

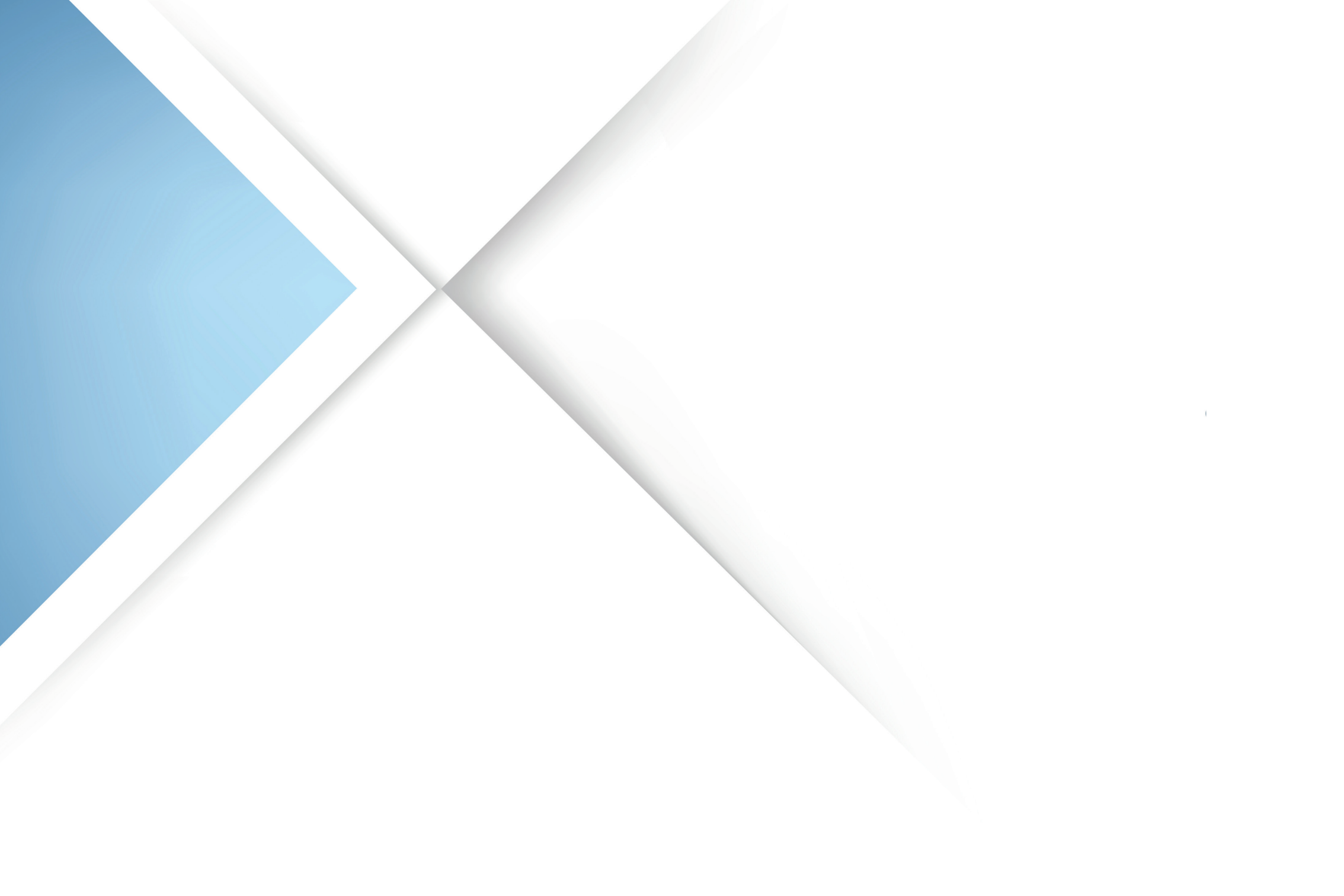
AÇÕES E RESULTADOS
2016 A 2018





O BRASIL VOLTOU

maio de 2016 a maio de 2018



EIXO SOCIAL E CIDADANIA23

Assistência à infância.....24

Ampliação da licença-maternidade a servidoras públicas adotantes24

Criança Feliz24

Cultura.....24

Regulamentação da Lei Rouanet.....24

Fortalecimento e modernização do fomento ao audiovisual26

Lançamento do Atlas da Cultura Brasileira27

Ampliação de espaços culturais.....27

Apoio a feiras literárias no País.....27

Programa Rio de Janeiro a Janeiro29

Criação do Prêmio Monteiro Lobato29

Edital para premiação de 544 instituições culturais paulistas.....30

Lançamento do Circuito Diálogos #CulturaGeraFuturo.....30

Reforma do prédio da prefeitura da cidade de Goiás.....31

Inauguração do modelo de gestão por organização social na Cinemateca31

Lançamento do primeiro manual de exportação de bens e serviços do setor cultural31

Lançamento do Programa #AudiovisualGeraFuturo32

Entrega de obras do Programa Avançar.....32

Habilitação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição e associações32

Lançamento da campanha Cultura Gera Futuro	32
Inclusão da Pampulha e do Cais do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco.....	33
Defesa do Consumidor	33
Sanções administrativas	33
Consumidor.gov.br e Sindec	33
Rede Consumo Seguro e Saúde (RCSS)	34
Cooperação internacional.....	35
Educação	36
Novo ensino médio.	36
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e o ensino fundamental	37
Novo FIES	37
Aumento do orçamento para a educação	37
Mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio.....	37
Investimentos na formação de professores	38
Política Nacional de Alfabetização para reverter estagnação na aprendizagem	38
Política de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	38
Reajuste da merenda escolar	39
Política de Inovação Educação Conectada.....	39
Novo Mais Educação	39
Formação de mulheres na linha bélica das Forças Armadas.....	39

Emprego	40
Empregos.....	40
Sine Fácil	41
Carteira de Trabalho Digital	41
Escola do Trabalhador	41
Aprendizagem profissional	41
Programa Seguro-Emprego.....	42
Esporte.....	42
Bolsa Pódio	42
Bolsa Atleta.....	42
Autoridade de Governança do Legado Olímpico	42
Centros de Iniciação ao Esporte (CIE)	43
Programa Forças no Esporte (Profesp).....	43
Habitação	44
Minha Casa Minha Vida	44
Cartão Reforma	44
Juventude	45
Identidade Jovem	45
Plano Juventude Viva	45
Plataforma Juventude Segura	46

Inova Jovem.....	46
Estação Juventude.....	46
Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e à Desigualdade Racial	46
Conselho Nacional de Juventude	47
Sistema Nacional de Juventude	47
Plano Nacional de Juventude	47
Políticas e acordos ambientais	48
Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa	48
Reparação do desastre de Mariana (atuação articulada)	48
Acordo de Paris	49
Adesão do Brasil ao Desafio de Bonn e à Iniciativa 20x20.....	49
8º Fórum Mundial da Água.....	49
Criação de duas novas áreas marinhas de conservação.....	50
Programa Plantadores de Rios.....	50
Contas Econômicas Ambientais da Água	50
Primeiro chamamento público do Programa de Conversão de Multas Ambientais	51
Novas plataformas de monitoramento da preservação ambiental.....	51
Quase duas Franças de unidades de conservação	
Redução do desmatamento na Amazônia	52
Políticas inclusivas	52

Bolsa Família e as melhorias no Programa.....	52
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).....	53
Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	53
Titulação de terras rurais.....	53
Titulação de terras urbanas	54
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).....	54
Jornada reduzida para servidores com familiares com deficiência	55
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	55
Crédito Instalação.....	55
Infraestrutura de assentamentos	56
Projeto Rondon.....	56
Progridir	57
Programa de Aquisição de Alimentos	57
Fomento	57
Repasses sociais das Loterias.....	58
Políticas para as mulheres	58
Entrega de equipamento público	58
Lançamento da Rede Brasil Mulher	58
Políticas sobre drogas	59
Eixo Cuidado e Inserção Social.....	59

Promoção dos direitos das pessoas com deficiência	60
Plano para a melhoria da acessibilidade dos sítios eletrônicos governamentais.....	60
Elaboração e disponibilização de curso a distância sobre Língua Brasileira de Sinais (Libras).	61
Parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para a criação de livro acessível referencial.....	61
Governança e monitoramento da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência	61
Proteção dos direitos humanos	62
Ampliação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH)	62
Criação do ObservaRIO	62
Atualização do Disque 100.....	62
Promoção da igualdade racial.....	63
Coletânea “História da África” para ensino fundamental e médio	63
Acordos de Cooperação Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).....	63
Saúde.....	64
Orçamento para saneamento básico.....	64
Desburocratização na saúde.....	64
Apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) ao transporte de órgãos.....	64
Reforço de combate ao Aedes aegypti.....	64
Distribuição de testes de zika vírus.	65
Microcefalia (diagnósticos e habilitação de novos serviços)	65
Microcefalia (investimentos em pesquisa)	66

Programa Mais Médicos.....	66
Apoio a hospitais filantrópicos.....	67
Renovação da frota do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)	67
Novas tecnologias e medicamentos incorporados ao SUS	68
Incorporação do melhor medicamento para o tratamento da Aids.....	68
Habilitação de UPAs	68
Diretrizes de assistência ao parto normal.....	68
HPV	69
Novos protocolos clínicos.....	69
Combate à febre amarela.....	69
Aumento do orçamento para a saúde	70
Estoque automático de medicamentos.....	70
Apoio técnico para as decisões judiciais sobre saúde	70
Avanços na Atenção Básica	71
Mais serviços de saúde habilitados.....	71
Segurança hídrica.....	72
Projeto de Integração do Rio São Francisco	72
Programa Cisternas.....	72
Carro-pipa.....	73
Baixio do Irecê	73
Programa Água Doce	73

EIXO ECONÔMICO	75
Melhoria do ambiente econômico	76
Liberação de saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	76
Saques de cotistas do Fundo PIS-PASEP.....	76
Cartão de crédito: mudanças no crédito rotativo	76
Redução de juros da Caixa Econômica Federal (CEF) para financiamento imobiliário	77
Distribuição dos resultados do FGTS.....	77
Modernização trabalhista.....	78
Medidas para desburocratização	78
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)	79
Nova Lei das Agências Reguladoras	80
Lei de Governança das Estatais.....	80
Novo marco regulatório do pré-sal	80
Programa de Operador Econômico Autorizado.....	81
BNDES Giro.....	81
Investimento em infraestrutura	82
Melhoria do ambiente de negócios	82
Liberação do funcionamento do setor supermercadista	82
Ações na Suframa (Zona Franca de Manaus).....	82
Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial.	83

Novo portal do empreendedor	83
eSocial	84
Lucro do Banco do Brasil	84
Lucro da Caixa Econômica Federal	85
Balança comercial brasileira	85
Modernização e produtividade	86
Plano Agro+	86
Renegociação de dívidas de agricultores do Norte e do Nordeste.....	86
Agenda Brasileira para a Indústria 4.0	87
Programa Brasil Mais Produtivo	87
Micro e pequenas empresas.....	88
Estimativa da safra 2017/2018.....	88
Plano Agrícola	88
Vacinação contra aftosa.....	89
Recuperação da Petrobras.....	89
Crédito para desenvolvimento regional	90
Promoção do turismo	90
Brasil + Turismo (ampliação do turismo no Brasil)	90
Brasil + Turismo (qualificação profissional)	91
Apoio a projetos de infraestrutura turística.....	91

Brasil + Turismo (atualização do Mapa do Turismo Brasileiro)	92
Brasil + Turismo (melhor aproveitamento de áreas da União).....	92
Brasil + Turismo (nova regra para voos de férias).....	93
Brasil + Turismo (fortalecimento dos órgãos estaduais de turismo).....	93
Brasil + Turismo (parques temáticos)	93
Brasil + Turismo (reforço para a formalização do setor).....	94
Marketing Nacional.	94
Fundo Geral de Turismo (Fungetur)	95
Brasil + Turismo (Prodetur + Turismo)	95
Turismo no Programa Agora, é Avançar.....	95
Turismo sustentável e infância.....	96
Desenvolvimento dos Parques Nacionais	96
Governo investe R\$ 2,5 bi em empresas de turismo	97
Reequilíbrio fiscal.....	97
Novo Programa de Regularização Tributária	97
Modernização da Eletrobras.....	98
Repatriação de capital	98
Renegociação da dívida dos Estados	99
Teto dos gastos públicos.....	99
Aprovação da Desvinculação de Receitas da União	99

Inovação	100
StartOut	100
Sala de Inovação.....	100
Programa InovAtiva	100
Programa Nacional Conexão <i>Startup</i> Indústria.....	101
 EIXO INFRAESTRUTURA	 103
Aeroportos	104
Aeroporto de São Luís (MA)	104
Inauguração do Aeroporto de Jericoacoara (CE)	104
Investimentos em aeroportos regionais.....	104
Entrega da ampliação do novo terminal de passageiros do Aeroporto do Galeão (RJ)	104
Inauguração do Terminal 2 do Aeroporto de Confins (MG)	105
Leilão dos aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza	106
Inauguração da reforma e ampliação do aeroporto de Vitória (ES).....	106
Aeroporto de Juazeiro do Norte (CE)	106
Fundo Marinha Mercante.....	107
Aprovação do Conselho do Fundo Marinha Mercante para novos investimentos	107
Hidrovias.....	108
Dragagem do rio Madeira	108
Início do Derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava	108

Portos 108

Novo Marco Regulatório de Portos.....	108
Prorrogações antecipadas Nitport e Nitshore (porto de Niterói-RJ)	109
Prorrogação antecipada – terminal Santa Catarina (TESC) – São Francisco do Sul (SC).....	109
Prorrogação antecipada – Tequimar (porto do Itaqui-MA)	109
Prorrogação antecipada – contêineres de Vila do Conde (Convicon) – porto de Vila do Conde (PA)	109
Ampliação do cais público do porto Novo de Rio Grande (RS)	110
Alinhamento e reforço do Berço 3 no porto de Itajaí (SC).....	110
Dragagem porto de Vitória (ES)	110
Dragagem porto do Rio de Janeiro (RJ).....	111
Dragagem porto de Maceió (AL).....	111
Leilão dos terminais portuários de Santarém (PA).....	111
Leilão do Terminal do Trigo do porto do Rio de Janeiro (RJ).....	111
Leilão do terminal de passageiros do porto de Salvador (BA).....	112
Renovação antecipada dos contratos de arrendamento – terminal de contêineres (Tecon Salvador-BA) e do Terminal de Fertilizantes Fospar, no porto de Paranaguá (PR)	112
Inauguração da obra de reforço do cais 12 a 23 do porto de Santos (SP)	112
Assinatura da ordem de serviço da dragagem do porto de Maceió (AL).....	113

Rodovias 113

Obras Públicas (DNIT).....	113
BR-101/RN obras complementares entre Natal e Parnamirim	113

BR-101/PE duplicação Palmares – Divisa PE/AL.....	113
BR-101/AL duplicação do Contorno de Messias	114
BR-242/BA construção Luís Eduardo Magalhães – Divisa BA/TO	114
BR-163/PR duplicação Cascavel – Santa Tereza do Oeste (PR).....	114
BR-101/RJ mergulhão da Ponte Rio-Niterói (RJ)	114
Inauguração da Ponte de Acesso a Ilhota (SC)	115
Inauguração da ponte sobre o rio Paraná, em Três Lagoas (Divisa MS/SP)	115
Inauguração das obras de revitalização da Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR).....	115
Inauguração das obras de construção e pavimentação da BR 235 entre Gilbués e Santa Filomena (PI)	115
BR 230/PB, trecho Campina Grande-Farinha.....	116
BR 135/MA, trecho Estiva-Bacabeira.....	116
BR-316/AL, trecho Carié-Canapi.....	116
Travessia urbana de Formoso do Araguaia, na BR-242/TO	116
Lote 4 da BR 242/TO, em Taguatinga (TO).....	116
Inauguração da restauração da BR-401/RR trecho Boa Vista-Bonfim	117
Inauguração da pavimentação da BR-432/RR, trecho Vila Itã-Vila União	117
Transporte	117
Transporte Urbano	117
Energia	118
Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.....	118

Licitações de blocos petróleo e gás natural do pré-sal sob o regime de partilha	118
4ª rodada de acumulações marginais.....	118
15ª rodada de licitações de blocos para a exploração de petróleo e gás natural sob o regime de concessão	119
Leilão de 35 lotes de linhas de transmissão de energia elétrica.....	119
2º leilão de transmissão de 2017	119
Leilões de energia existente “A-1” e “A-2” de 2017	120
Leilões de energia “A-4” e “A-6” de 2017	120
Leilões de energia “A-4” de 2018.....	120
Leilão da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).....	121
Melhoria do ambiente de negócios dos setores elétrico e de petróleo e gás	121
Desestatização das empresas distribuidoras de energia elétrica da Eletrobras	122
RenovaBio.....	122
Energia renovável.....	122
Plano Decenal de Expansão de Energia 2026	122
Riscos de desastres.....	123
Gestão Integrada de Riscos de Desastres Naturais	123
Tecnologia e comunicações.....	123
Lei de Revisão do Marco Regulatório da Radiodifusão	123
Migração de rádios AM para FM.....	124
Minha Cidade Inteligente.....	124

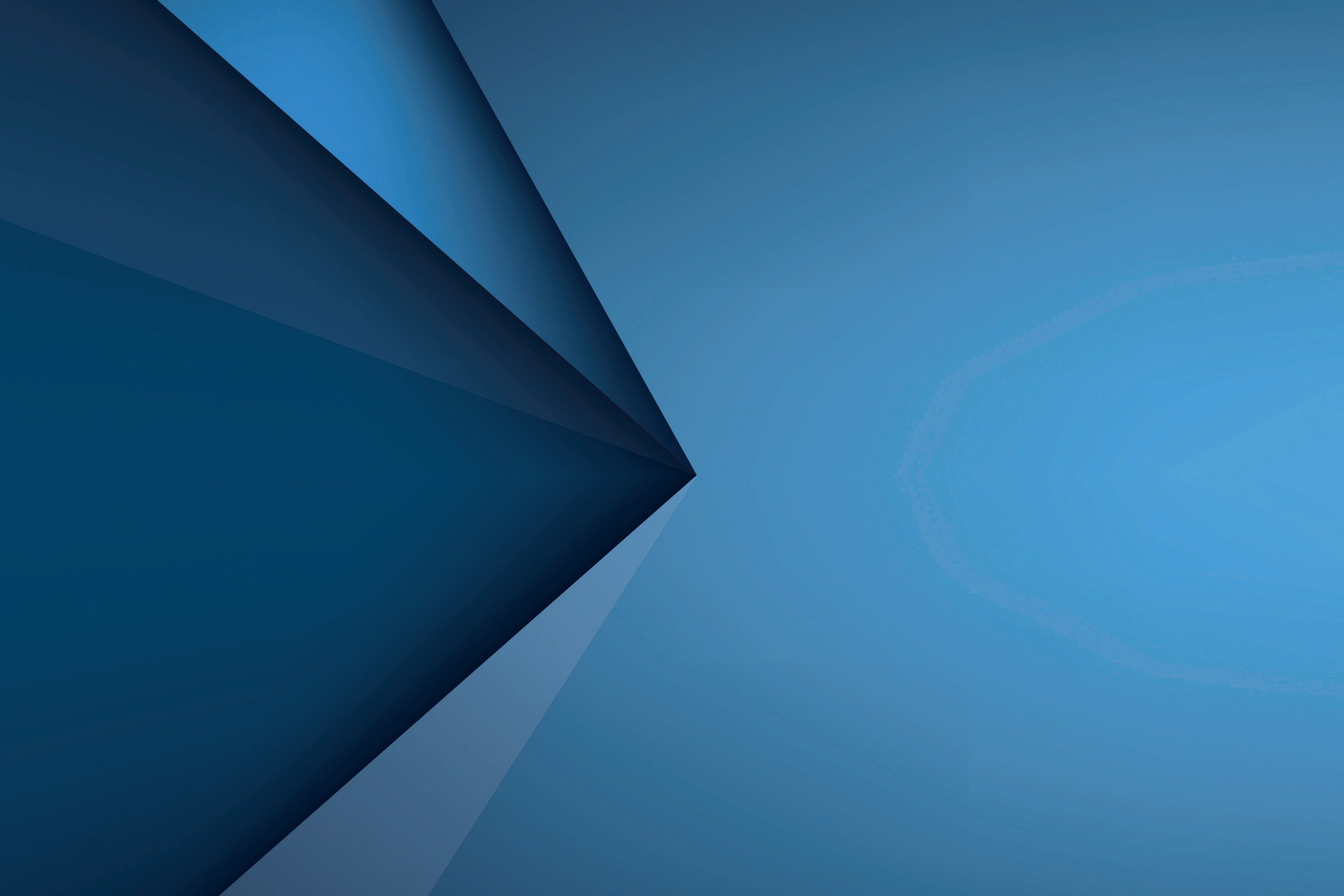
Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital)	124
Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)	124
Internet para Todos	125
EIXO MELHORIA DA EFICIÊNCIA DO ESTADO	127
Combate à corrupção	128
Ações de combate à corrupção	128
Punições adotadas aos servidores	129
Punições adotadas às empresas.	129
Articulação Internacional (acordos)	130
Articulação Internacional – Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA)	130
Eficiência na gestão	130
Programa Agro+ Integridade	130
Integridade – 4ª Conferência Lei da Empresa Limpa	131
Ouvidoria Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas Públicas	131
Ouvidoria Simplifique!	131
Observatório Nacional do Mercado de Trabalho	132
Sistema antifraude no Seguro-Desemprego	132
Seguro-Desemprego via <i>web</i>	132
Fiscalização de normas trabalhistas	133
Painel de preços de referência para compras públicas.	133

Reforma administrativa.....	133
Centro de Serviços Compartilhados.....	134
Reconhecimento facial biométrico.....	134
CNH Digital.....	134
Projeto de Cooperação Brasil-Alemanha de Proteção do Clima na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (ProteGEEr)	135
Acordos de planos econômicos	135
Boletim das Empresas Estatais Federais – 5ª edição.....	135
Emissão de passaportes e fiscalização	136
Informatização na Saúde digiSUS	137
Fazer mais com os mesmos recursos disponíveis na saúde.	137
Revitalização da Indústria Mineral Brasileira.....	138
Melhoria do gasto público	138
Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).....	138
Auditorias de avaliação dos benefícios sociais	139
Auditorias de avaliação dos programas de Governo	139
Nova política operacional do Banco Nacional do Desenvolvimento.....	140
Combate ao crime	141
Corregedoria de Polícia Federal	141
Concurso público e capacitação.....	141
Tecnologia da Informação.	142

Inteligência Policial.....	142
Combate ao crime organizado.....	143
Ampliação da Rede de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro.....	144
Cooperação Jurídica Internacional.....	144
Segurança pública.....	145
Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro e varreduras em presídios	145
Apreensão de drogas.....	146
Drogas apreendidas nas rodovias federais	146
Defensoria Sem Fronteiras	146
Projeto Mulheres Livres.....	148
Programa Identidade Cidadã.....	148
Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (Resgata).....	148
Doação de veículos para Estados.....	149
Plano Nacional de Segurança Pública	149
Construção e reforma de presídios.....	149
Criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública	150
Linha de crédito para segurança pública.....	150
EIXO O BRASIL E O MUNDO.....	153
Comércio exterior	154
Aprimoramento da Governança e Funcionamento do Mercosul	154

Aproximação com a Aliança do Pacífico	154
Relações Mercosul com outras regiões do mundo e lançamento de novas negociações comerciais	154
Exportações de Proteína Animal.....	155
Organização Mundial do Comércio (OMC)	155
Assinatura do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul.....	155
Assinado o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul.....	156
Portal Sem Barreiras.....	156
Plano Nacional da Cultura Exportadora	156
Portal Único do Comércio Exterior	157
Novo processo de exportações.....	157
Criação da CZPE do porto do Açu	157
Criação da ZPE de Pecém.....	158
Política externa.....	158
Lançamento da plataforma para o Biofuturo	158
Retomada da diplomacia presidencial e participação nos principais foros da governança global (ONU, BRICS, G20)	159
Universalismo das relações exteriores do Brasil	159
Eleição para o Conselho de Direitos Humanos	159
Eleição de brasileiros em órgãos internacionais	160
Desarmamento e não proliferação nuclear	161
Pedido de adesão à OCDE	161

Operações de manutenção da paz	161
Eficiência nos serviços consulares.....	162
XI Cúpula da CPLP	163
Brasil + Turismo (emissão de vistos eletrônicos)	163
Defesa da democracia na Venezuela	163
Realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016	164
Segurança das fronteiras.....	165
Segurança das Fronteiras	165
Operação Ágata	165
Sisfron.....	165
Acordos comerciais.....	166
Brasil-Argentina	166
Brasil-Colômbia.....	166
Brasil-Paraguai.....	166
Brasil-Uruguai	167
Brasil-China	167
Brasil-BRICS.....	167



EIXO SOCIAL E CIDADANIA

A educação é prioridade do Governo Federal. O novo modelo do ensino médio e a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aproximam ainda mais a escola da realidade dos estudantes, frente às novas demandas profissionais. Em 2017, pela primeira vez na história do Bolsa Família, a fila de acesso ao Programa foi zerada. A titulação de terras rurais ganhou um novo ritmo, com a entrega da maior quantidade de títulos definitivos e provisórios em 15 anos. Na saúde, destaque para o aumento no orçamento e para a renovação da frota do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em 67%. Já o Programa Minha Casa Minha Vida contratou 882.455 unidades habitacionais, com investimento de R\$ 112 bilhões, em todo o território nacional.

ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA

Ministério dos Direitos Humanos

Ampliação da licença-maternidade a servidoras públicas adotantes – Em dezembro de 2016 foi aprovado parecer da Advocacia-Geral da União que garante às servidoras públicas adotantes o mesmo período de licença-maternidade concedido às gestantes: 120 dias prorrogáveis por mais 60.

Ministério do Desenvolvimento Social

Criança Feliz – No total, 2.687 Municípios já aderiram ao Programa. Até 23 de março de 2018, 212.008 crianças e 31.572 gestantes já foram visitadas, totalizando 243.580 pessoas. O Criança Feliz tem 10.846 visitantes capacitados e 2.589 mil supervisores. O Programa é implementado em colaboração com todos os níveis de governo e visa a ampliar a rede de atenção e o cuidado integral com a primeira infância. Público prioritário: crianças e gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família e crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

CULTURA

Ministério da Cultura

Regulamentação da Lei Rouanet – A nova Instrução Normativa nº 1, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 21 de março de 2017, regulamentou a Lei Rouanet, com o objetivo de diminuir a burocracia e a concentração de autores dos projetos, de região e de beneficiários. A Lei é o principal

instrumento de fomento à cultura no País. A Instrução Normativa nº 4, publicada no DOU de 1º de dezembro, estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

Em janeiro de 2018, foi feito um balanço dos impactos causados pela nova legislação:

- Reversão da tendência de queda na captação de recursos para projetos culturais. Em 2017, R\$ 1,156 bilhão foram garantidos por meio do benefício fiscal com a Lei Rouanet, valor superior aos R\$ 1,149 bilhão em 2016;
- Alcance de recordes históricos em 2017:
 - Pela primeira vez na história, todos os projetos apresentados foram processados dentro do ano fiscal de 2017;
 - Só em dezembro de 2017, o Ministério da Cultura (MinC) analisou 1.800 projetos, permitindo a captação de R\$ 600 milhões – o maior volume mensal histórico, que representa 52% do total captado no ano; e
 - Aumento de 20% no número de projetos aprovados de 2016 para 2017 (de 4.517 para 5.434). Mais projetos foram contemplados, cumprindo a política de desconcentração e democratização do acesso, com impacto direto na eficiência do mecanismo.

- Novas empresas se tornaram patrocinadoras: a Uber, por exemplo, contribuiu pela primeira vez com R\$ 5,1 milhões, compensando a queda no índice de investimento das empresas públicas, que já chegou a 38% e caiu para 7,5%.

Fortalecimento e modernização do fomento ao audiovisual - Ação de incentivo à produção do audiovisual e ampliação do diálogo com atores da sociedade civil do setor, por meio da divulgação de editais. Formação de produtores, diretores e cineastas, democratização do acesso, prevenção dos conteúdos audiovisuais, fortalecimento dos centros técnicos audiovisuais e cinemateca brasileira.

Ações realizadas:

- Publicação de seis editais para o setor entre maio e novembro de 2017;
- Implantação de 15 núcleos de produção digital até julho de 2017;
- Assinatura de acordo de produção cinematográfica Brasil-China em setembro de 2017;
- Organização da Reunião de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul em outubro de 2017; e
- Criação de grupos de trabalho sobre cobrança da Contribuição para o Desenvolvimento da Atividade Cinematográfica (Condecine) para vídeos sob demanda (VOD) e pirataria para a Agência Nacional do Cinema (Ancine).

Lançamento do Atlas da Cultura Brasileira – Inédito no Brasil, trata-se de um trabalho fundamental para a compreensão da importância da cultura na composição do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Em 2017, o Ministério da Cultura lançou os dois primeiros volumes da Coleção Atlas Econômico da Cultura Brasileira. Ao todo, serão seis obras que pretendem dimensionar o impacto da cultura na economia do País. Com investimento de R\$ 1,3 milhão do Governo Federal, a obra completa da coleção tem conclusão prevista para abril de 2018.

Ampliação de espaços culturais – O Governo Federal autorizou o repasse de R\$ 38,6 milhões em 2017 para os Municípios construírem, reformarem e adquirirem equipamentos para 63 espaços culturais, entre bibliotecas, teatros e cinemas, em 57 Municípios de todas as regiões do Brasil. O montante é 44% maior do que em 2016 e tem o objetivo de garantir que a população tenha acesso a equipamentos culturais modernos e de alta qualidade. Além disso, foram inaugurados dez novos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), com um investimento de R\$ 21,6 milhões. Os CEUs são espaços de fomento à formação cultural em regiões de alta vulnerabilidade. Atualmente, o País dispõe de um total de 330 operações ativas em 310 Municípios de 26 UFs do País. Entre janeiro e março de 2018, foram inaugurados mais seis Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), em Cubatão (SP), Cariacica (ES), Suzano (SP), Santa Rosa (RS) e em Itu (SP), totalizando investimento de R\$ 8 milhões do MinC.

Apoio a feiras literárias no País – Durante o ano, o Governo Federal apoiou 11 feiras literárias com um investimento de cerca de R\$ 2,1 milhões, conforme disposto a seguir:

- Feira Literária Pan Amazônica (PA);
- Passo Fundo (RS);

- Ponta Grossa (PR);
- Montes Claros (MG);
- Jandaíra (BA);
- Teresina (PI);
- Campos dos Goytacazes (RJ);
- Rio Branco (AC);
- Fortaleza (CE);
- Palmeira dos Índios (AL); e
- Cariri (CE).

Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social, do Turismo e do Esporte

Programa Rio de Janeiro a Janeiro – O Programa, lançado em outubro de 2017, tem como objetivo aproveitar a cultura como mola propulsora do desenvolvimento econômico do Estado, atração de turismo, investimento, geração de renda e emprego. É um calendário de eventos a serem realizados durante todo o ano de 2018.

Investimento do Governo Federal:

- R\$ 200 milhões: R\$ 150 milhões para patrocínio aos eventos e R\$ 50 milhões para promoção das ações. Perspectiva de aumento de 20% no turismo local, com incremento em R\$ 6 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado.

Calendário do Programa:

- Em março de 2018, foi feita a seleção de 154 projetos de eventos culturais, esportivos e de negócios com potencial de injetar até R\$ 13,2 bilhões na economia do Estado e gerar 351 mil empregos. Os eventos foram selecionados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com base em cinco critérios: potencial de impacto no turismo, na geração de renda e emprego, na atração de investimento e na inclusão social; e o potencial de expansão e de continuidade.

A FGV também procurou estimar o grau de retorno de cada projeto na forma de arrecadação de impostos e impacto econômico.

Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores

Criação do Prêmio Monteiro Lobato – O Ministério da Cultura e o governo português criaram o prêmio paralelo com o Prêmio Camões de Literatura, mas destinado exclusivamente a autores (escritores e ilustradores) que publiquem livros voltados ao público infanto-juvenil. A comissão julgadora será composta por representantes do Brasil, de Portugal e de países africanos de língua portuguesa. A premiação vai consagrar um escritor e um ilustrador de livros de língua portuguesa para a infância e a



juventude. A divulgação do Prêmio foi feita durante a X Reunião de Ministros da Cultura da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Salvador (BA), na data de maio de 2017.

Ministério da Cultura e Governo do Estado de São Paulo

Editais para premiação de 544 instituições culturais paulistas – Lançado em março de 2018, o edital prevê a liberação de R\$ 12 milhões do Governo Federal e de R\$ 3 milhões do governo estadual, de maneira que as entidades possam se adaptar para integrar a Rede Estadual de Pontos de Cultura de São Paulo. Essa é uma das iniciativas para revitalizar as redes de pontos de cultura em parceria com Estados e Municípios, responsáveis pela gestão dos espaços. Já estão em andamento as repactuações da Rede Municipal de Pontos de Cultura do Rio de Janeiro e da Rede Estadual do Rio Grande do Sul.

Ministério da Cultura

Lançamento do Circuito Diálogos #CulturaGeraFuturo – Em março de 2018, o Governo Federal lançou o Circuito como forma de descentralizar o fomento à cultura no País. O Ministério da Cultura irá percorrer as 27 unidades federativas das cinco regiões do Brasil entre abril e julho de 2018, para capacitar e estimular proponentes, gestores públicos e produtores culturais, qualificar projetos, além de atrair mais patrocinadores, com vistas a ampliar o uso dos mecanismos de fomento à cultura em todas as regiões do País. Na capacitação, haverá orientações sobre como utilizar os mecanismos de fomento à cultura:

- Lei Rouanet;


- Lei do Audiovisual; e
- Fundo Setorial do Audiovisual e outros mecanismos.

Haverá também um módulo voltado para patrocinadores.

Reforma do prédio da prefeitura da cidade de Goiás – Em março de 2018, foi feita a entrega da sexta obra do Avançar na cidade de Goiás: a reforma do prédio da prefeitura, que foi restaurada e requalificada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Dessa forma, encerrou-se mais um ciclo de intervenções, totalizando R\$ 30,3 milhões em investimentos em seis grandes obras na cidade nos últimos três anos. Para a sede da Prefeitura, foram investidos R\$ 5,6 milhões.

Inauguração do modelo de gestão por organização social na Cinemateca – Em março de 2018, foi inaugurado o novo modelo de gestão na Cinemateca, por meio de termo de contrato com a Associação Comunicativa Roquette Pinto (Acerp), ligada ao Ministério da Educação. A partir do contrato, a Acerp passará a executar atividades atualmente sob a competência da Cinemateca Brasileira. Esses novos modelos de gestão, que não são 100% estatais, são capazes de conferir mais sustentabilidade e qualidade aos serviços oferecidos.

Lançamento do primeiro manual de exportação de bens e serviços do setor cultural – Guia lançado em março de 2018, foi elaborado em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O material visa a impulsionar negócios brasileiros no mercado global em meio a cenário de crescente produção cultural nacional, aliada a acordos internacionais e ferramentas de acesso a mercados.



Lançamento do Programa #AudiovisualGeraFuturo – O Programa, lançado em fevereiro de 2018, irá disponibilizar R\$ 1 bilhão para fomento ao audiovisual. Já foram lançados 11 editais no valor de R\$ 80 milhões para cerca de 250 projetos, com cotas de gênero e raça, além de cotas regionais: ao menos 30% para Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e ao menos 20% para Sul, Minas Gerais e Espírito Santo. Trata-se do maior aporte de editais já lançados pela Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura. Também já foram disponibilizados outros R\$ 471 milhões por meio do Fundo Setorial do Audiovisual, da Agência Nacional do Cinema (Ancine): R\$ 468 milhões serão direcionados para produção e distribuição para cinema e TV, além de R\$ 3 milhões para subsidiar as atividades de grupos exibidores e de pequeno porte, que se destacaram pela exibição de filmes nacionais em suas salas de cinema.

Entrega de obras do Programa Avançar – Em fevereiro de 2018 foram entregues, em Salvador (BA), a Igreja do Passo e a Casa do Carnaval. A Igreja do Passo foi reaberta depois de quase 20 anos fechada, em razão de seu mau estado de conservação, totalizando um investimento de R\$ 11,3 milhões por parte do Governo Federal. A Casa do Carnaval foi construída a partir da restauração do edifício do antigo 18º Batalhão da Polícia Militar da Bahia, com recursos de mais de R\$ 10 milhões.

Habilitação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição e associações – Em janeiro de 2018, o Ministério da Cultura habilitou o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) e sete associações para garantir que os músicos tenham remuneração justa pela reprodução de suas obras.

Lançamento da campanha Cultura Gera Futuro – A campanha, lançada em janeiro de 2018, enfatiza, pela primeira vez, o papel da cultura como pilar fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico.

Ministério da Cultura

Inclusão da Pampulha e do Cais do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco – O País logrou a inscrição do Conjunto Arquitetônico da Pampulha (MG) e do Cais do Valongo e da Imperatriz (RJ) na Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em junho de 2016 e julho de 2017, respectivamente.

DEFESA DO CONSUMIDOR

Ministério da Justiça

Sanções administrativas – Publicação da Portaria nº 7, em maio de 2016, que disciplina a aplicação de sanções administrativas, no âmbito da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon/MJ):

- Elaboração do curso de extensão “Oferta e Publicidade” da Secretaria com a Universidade de Brasília (UnB), de abril a maio de 2017;
- Vinte e sete processos instaurados; e
- Seis decisões/sanções publicadas.

Consumidor.gov.br e Sindec – Plataformas para o fortalecimento das políticas de prevenção e redução de conflitos de consumo.



Consumidor.gov.br:

- Ano de 2016: melhorias na plataforma para ampliar sua utilização;
- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com entidades para adesão à plataforma; e
- Anos de 2016 e 2017: mais de 758 mil reclamações na plataforma.

Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec):

- Anos de 2016 e 2017: mais de cinco milhões de atendimento;
- Integração de 83 novos Institutos de Defesa do Consumidor, Procons Municipais e um Procon estadual; e
- Divulgação no portal das estatísticas e informações dos atendimentos realizados aos consumidores de todo o Brasil pelos Procons.

Rede Consumo Seguro e Saúde (RCSS) - Ferramenta a serviço dos consumidores e autoridades da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a troca de experiências, difusão de informações e educação sobre segurança dos produtos e seu impacto na saúde.

Realizações a partir de maio de 2016:

- Lançamento da 2ª edição do Guia Prático do Fornecedor;
- Criação de dez Redes Estaduais de Consumo Seguro e Saúde;
- Entrega do curso inédito de Consumo Seguro e Saúde para a Escola Nacional de Defesa do Consumidor, que o realizou para mais de mil estudantes de todo o País;
- Publicação da 3ª edição da Revista Consumo e Saúde, em parceria com a Ouvidoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e
- Publicação inédita do Boletim de *Recall* de Veículos, em conjunto com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), do Ministério das Cidades.

Cooperação internacional – Atuação internacional da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) de maio de 2016 a dezembro de 2017:

- Elaboração de proposta de Código de Proteção e Defesa do Consumidor do Mercosul;
- Harmonização sobre procedimento de alerta e retirada de produtos e serviços considerados potencialmente nocivos ou perigosos no Mercosul (*Recall*);

- Assinatura de memorando de entendimento sobre cooperação na área de proteção do consumidor entre a Secretaria Nacional do Consumidor e a Administração Estatal para Indústria e Comércio da República Popular da China; e
- Consumidor Turista: articulação, junto ao Ministério das Relações Exteriores, da proposta brasileira de Convenção sobre Cooperação e Acesso à Justiça para Turistas Internacionais na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (HCCH).

EDUCAÇÃO

Ministério da Educação

Novo ensino médio – A reforma do ensino médio foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em fevereiro de 2017. A proposta estabeleceu a base legal para novas regras no ensino médio, incluindo mudanças como flexibilização do currículo, com o objetivo de permitir ao aluno escolher a área de seu maior interesse para aprofundamento de estudos ou uma área de ensino técnico profissional, e a ampliação da carga horária regular. Estados e Municípios já estão aptos a adotar o novo ensino médio.


Ensino Médio Inovador: O Programa visa a apoiar as secretarias estaduais de educação no desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade do ensino médio. A ênfase do Programa é a promoção da discussão e a reorganização da flexibilização dos currículos. O orçamento executado em 2017 foi de R\$ 300 milhões para atender 4,5 milhões de estudantes em 7,3 mil escolas. A adesão superou a expectativa e alcançou 8,6 mil escolas, beneficiando mais de três milhões de estudantes.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e o ensino fundamental – Contempla os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos. Todas as escolas e as redes de ensino deverão adaptar e rever os seus currículos em 2018 para iniciar a implementação da base em 2019 e até 2020, visando ao cumprimento das metas 1, 2 e 3 do Plano Nacional de Educação. A BNCC da educação infantil e do ensino fundamental foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 15 de dezembro de 2017 e sancionada pelo presidente da República. A Base Nacional Comum Curricular do ensino médio foi entregue para análise do CNE em abril de 2018.

Novo FIES – Sancionado pelo presidente da República em 7 de dezembro de 2017, o novo FIES já está em vigor e oferta 310 mil vagas em 2018, das quais 100 mil a juros zero, para estudantes com renda mensal per capita de até três salários mínimos. O FIES antigo estava com altos níveis de inadimplência e com um rombo fiscal.

Aumento do orçamento para a educação – O orçamento do Ministério da Educação em 2017 foi superior em R\$ 4,4 bilhões ao que foi executado em 2016, conferindo um aumento de 6,5%. Esse incremento no orçamento beneficiou programas e ações da educação básica e superior, alimentação escolar e valorização de professores. Para 2018, o orçamento do MEC aumentou em quase R\$ 1 bilhão em relação a 2017.

Mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio – O ENEM passou por mudanças que reforçaram a segurança do candidato e do resultado do exame, sendo avaliado, em 2017, como o mais seguro dos últimos anos. Outras mudanças importantes são a aplicação em dois domingos seguidos e o fato do exame deixar de certificar o ensino médio.



Investimentos na formação de professores – No biênio 2018/2019, serão investidos R\$ 2 bilhões na Política Nacional de Formação de Professores, com a criação de 190 mil vagas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), no Programa de Residência Pedagógica e na Universidade Aberta do Brasil (UAB). No Pibid, já foram disponibilizadas 56.754 vagas em 2018. No UAB, houve o lançamento de edital no dia 1º de março, para preenchimento de 20 mil vagas a partir de julho de 2018.

Política Nacional de Alfabetização para reverter estagnação na aprendizagem – Trata-se de um conjunto de iniciativas que envolvem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a formação de professores, o protagonismo das redes e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A Política deu origem ao Programa Mais Alfabetização, que tem o objetivo de atender, em 2018 e 2019, um total de 3,6 milhões de estudantes. O Programa, anunciado em março de 2018, terá um investimento de R\$ 523 milhões nos próximos dois anos. Em 2018, serão liberados R\$ 253 milhões, sendo R\$ 124 milhões de forma imediata para escolas de Estados e Municípios em todo o País. A segunda parcela será liberada no segundo semestre de 2018. O Programa vai fortalecer e apoiar as escolas no processo de alfabetização dos estudantes no 1º e 2º anos do ensino fundamental. Quarenta e nove mil escolas aderiram ao Programa, com atendimento de 3,6 milhões de estudantes em 156 mil turmas do 1º e 2º anos do ensino fundamental em todo o País.

Política de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – A Política vai criar 520 mil vagas em tempo integral e tem como objetivo incentivar o aumento da carga horária para cumprir a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE). A iniciativa prevê que, até 2024, 50% das escolas públicas e 25% das matrículas na educação básica pública (incluindo os ensinos infantil, fundamental e médio) estejam no ensino de tempo integral.

Reajuste da merenda escolar – Após sete anos sem alteração, a merenda escolar para Estados e Municípios foi reajustada em 2017. O Programa atende 41 milhões de estudantes em todo o País. Em 2017, o orçamento foi de R\$ 4,15 bilhões, sendo R\$ 1,24 bilhão destinados à aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar.

Ministério da Educação/Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Política de Inovação Educação Conectada – A nova política, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), tem o objetivo de universalizar a conectividade nas escolas públicas de ensino médio e fundamental até 2024, definir diretrizes para o uso pedagógico da tecnologia nas escolas e fomentar a formação inicial e continuada para o uso pedagógico da tecnologia. Houve aceite de 4.800 Municípios e das 27 unidades federativas.

Ministério da Educação

Novo Mais Educação – Voltado para os estudantes do ensino fundamental, o principal foco do Programa é a melhoria da aprendizagem de matemática e língua portuguesa. Em 2017 houve adesão de mais de 38 mil escolas e foi possível beneficiar 3,8 milhões de estudantes.

Ministério da Defesa

Formação de mulheres na linha bélica das Forças Armadas – Pela primeira vez na história do Exército Brasileiro, as mulheres poderão se tornar oficiais combatentes e chegar à patente de general e até ao comando do Exército. Em fevereiro de 2018, 34 alunas foram recebidas na Academia Militar



das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ), e serão as pioneiras na linha de ensino militar bélico da Força.

As cadetes receberão a mesma formação de oficial combatente do Exército Brasileiro ofertada aos homens que compõem a turma, denominada “Dona Rosa da Fonseca”, em homenagem ao Patrono da Família Militar.

Ao final do curso básico, as cadetes poderão optar pelo Serviço de Intendência ou pelo Quadro de Material Bélico, áreas nas quais atuarão por toda a carreira militar.

No concurso de 2017 para Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) foram 10.893 mulheres inscritas numa disputa de 272 candidatas por vaga. A expectativa é que esse número aumente em 2018.

EMPREGO

Ministério do Trabalho


Empregos – De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o emprego formal no Brasil aumentou, em fevereiro de 2018, com um acréscimo de 61.188 postos de trabalho. No acumulado do ano, já houve crescimento de 143.186 empregos, representando expansão de +0,38%. A Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirma a volta dos empregos. A população ocupada (92,1 milhões) no trimestre de outubro-dezembro de 2017 cresceu 0,9% em relação ao mesmo período anterior (mais 811 mil pessoas). Contra o mesmo trimestre de 2016, houve alta de 2,0%”.

Sine Fácil – Até 14 de março de 2018, o aplicativo registrou 1.133.818 *downloads*, com 353.240 encaminhamentos e 45.410.334 pesquisas realizadas, totalizando 10.285 colocações. O total de vagas ofertadas chegou a 4.126.745. O Sine Fácil é um aplicativo lançado em maio de 2017, que pode ser instalado em celulares e *tablets*, permitindo que as pessoas acessem vagas de emprego, busquem informações sobre abono salarial, acompanhem os pagamentos de parcelas do seguro-desemprego e visualizem os vínculos empregatícios.

Carteira de Trabalho Digital – Lançada em novembro de 2017, é uma versão eletrônica e digitalizada da carteira de trabalho impressa. Até 15 de março de 2018 foram realizados 190 mil *downloads* do aplicativo. Inicialmente estão disponíveis os dados do trabalhador, com foto e todos os contratos já assinados na carteira física. Nesse primeiro momento, a Carteira Digital não substitui o documento físico.

Escola do Trabalhador – Criada a partir de uma parceria com a Universidade de Brasília (UnB), o Programa disponibiliza, desde novembro de 2017, 21 cursos gratuitos. Eles foram definidos com base em análise de dados estatísticos sobre o mercado de trabalho e as necessidades de empregadores e trabalhadores. Até 15 de março de 2018, o total de pessoas cadastradas era de 166.713, com 240.055 matrículas.

Aprendizagem profissional – O Brasil fechou 2017 com 386.791 jovens contratados. Apesar de avanços, boa parte dessas contratações foi fruto da fiscalização do Ministério do Trabalho. De acordo com a legislação brasileira, todas as empresas de médio e grande porte devem manter em seus quadros de funcionários jovens de 14 a 24 anos, na modalidade “Aprendiz”, com cotas que variam de 5% a 15% por estabelecimento.



Programa Seguro-Emprego – O Programa Seguro-Emprego (PSE) sucedeu o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) em junho de 2017. Tem o objetivo de evitar o desemprego, permitindo que as empresas em dificuldades financeiras reduzam em até 30% a jornada de trabalho dos seus empregados, com diminuição proporcional de salários. O Governo Federal complementa 50% do valor reduzido da renda desses trabalhadores, até o teto de 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego. Até novembro, foram liberados R\$ 186,647 milhões para atender 68.824 trabalhadores.

ESPORTE

Ministério do Esporte

Bolsa Pódio – Após desempenho recorde nos Jogos Olímpicos Rio 2016, o Governo Federal decidiu manter os investimentos no Programa Bolsa Pódio, com vistas aos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. Em 2017, foram publicadas quatro listas da Bolsa, contemplando 303 atletas. O investimento anual soma R\$ 38,8 milhões. São 140 atletas olímpicos e 163 atletas paralímpicos. O edital de 2018 deve ser publicado no primeiro quadrimestre.

Bolsa Atleta – Após desempenho recorde nos Jogos Olímpicos Rio 2016, o Governo Federal decidiu manter os investimentos no Programa Bolsa Atleta, com vistas aos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. Atualmente, 5.830 atletas de modalidades olímpicas e paralímpicas são apoiados, o que representa um investimento de R\$ 79,3 milhões no ano.

Autoridade de Governança do Legado Olímpico – Criada em 2017, tem como competência viabilizar a adequação, a manutenção e a utilização das instalações esportivas olímpicas e paralímpicas.

Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) – Os CIEs constituem o maior projeto de legado de infraestrutura esportiva dos Jogos 2016 e foram idealizados para ampliar a oferta de infraestrutura de equipamentos públicos esportivos no Brasil e aprimorar as chances de detecção de talentos. O Programa conta hoje com 136 contratos ativos, o que representa um investimento total de R\$ 486,5 milhões do Governo Federal. Do total de contratos, 27 fazem parte do Programa Agora, é Avançar.


Ministérios da Defesa, do Esporte e do Desenvolvimento Social

Programa Forças no Esporte (Profesp) – O Programa Forças no Esporte (Profesp) é uma vertente do Programa Segundo Tempo do Governo Federal, desenvolvido em parceria com o Ministério do Esporte, responsável pelo material esportivo e pelo pagamento de professores e estagiários; com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que responde pela alimentação; e com o Ministério da Defesa, que disponibiliza as unidades militares das Forças Armadas, além de serviço médico, odontológico e de assistência social, coordenadores, transporte e monitores.

No Profesp, alunos de escolas públicas de áreas carentes e com maior vulnerabilidade social participam de práticas esportivas, culturais e reforço escolar no contraturno escolar.

As atividades de 2018 foram retomadas na primeira semana de março, atendendo a 23 mil crianças em todos os Estados brasileiros.

A unidade com maior número de participantes está localizada na Associação de Esporte e Lazer dos Subtenentes e Sargentos do Exército (Asseb), em Brasília (DF), onde funcionam dez núcleos com 100 crianças cada. Entre os beneficiários estão crianças indígenas, do Haiti e da Venezuela.



Este ano, como parte da medida do pacote social, também foram iniciadas atividades nas áreas de atuação das operações de Garantia da Lei e da Ordem, no Rio de Janeiro. Cerca de três mil crianças já estão participando de atividades em unidades militares das Forças Armadas. A previsão é que esse número chegue a cinco mil ainda neste ano.

O Profesp completa, em 2018, 15 anos de atividades.

HABITAÇÃO

Ministério das Cidades

Minha Casa Minha Vida – A publicação da Resolução nº 836, de fevereiro de 2017, trouxe a ampliação das faixas de renda e a atualização dos limites de valor de venda ou investimento dos imóveis. De maio de 2016 até agora, em todas as faixas de renda, foram contratadas 882.455 unidades habitacionais no valor total de R\$ 112 bilhões, em todo o território nacional.

Cartão Reforma – Em abril, foi divulgada a primeira lista de 2018 dos Municípios selecionados pelo Programa Cartão Reforma. A população dessas cidades contará com recursos de R\$ 178,5 milhões da União para reformar, ampliar ou concluir suas casas. Na primeira etapa foram contempladas cidades em 22 Estados brasileiros: Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.


A contratação das propostas aprovadas está condicionada à disponibilidade de limite orçamentário do Programa no exercício 2018. O Cartão Reforma possibilita que famílias com renda mensal de até R\$ 2.811 comprem materiais de construção destinados a melhorias em suas unidades habitacionais, desde que as moradias estejam localizadas em área regular ou passível de regularização.

JUVENTUDE

Secretaria de Governo/Secretaria Nacional de Juventude

Identidade Jovem – Até fevereiro de 2018 já foram emitidas 671.308 Identidades Jovem. Para o primeiro trimestre de 2018, considerando a média dos últimos quatro meses, a projeção é de que sejam emitidas 750 mil identidades jovens. Regulamentado em 2015, o Programa foi lançado em dezembro de 2016 e todas as carteiras emitidas no sítio da Caixa Econômica Federal ou por meio de aplicativo foram feitas no atual Governo. O Programa é um documento digital criado para garantir os direitos à mobilidade e à cultura, previstos no Estatuto da Juventude.

Plano Juventude Viva – Em junho de 2017, foi instituído o Comitê Gestor Federal Juventude Viva para acompanhar as ações de execução do Plano e o Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos Juventude Viva. Em março de 2018, está em andamento consulta pública sobre o plano e a adequação à realidade das estatísticas apresentadas pelo Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), lançado em novembro de 2017. O Plano busca prevenir a violência contra a juventude, com atenção especial aos jovens negros, do sexo masculino, em situação de maior vulnerabilidade.



Plataforma Juventude Segura – A Plataforma contribui para a articulação do Governo Federal com os governos estaduais e o Distrito Federal. A Plataforma possibilitou a realização de encontros regionais para debater temas relacionados à juventude. Como resultado desses encontros, em dezembro de 2017, foi lançado o livro “Juventude Segura”.

Inova Jovem – O Projeto Inova Jovem é uma iniciativa criada no âmbito do Plano Juventude Viva, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade de jovens negros nas comunidades por meio da educação empreendedora e da abertura de novos negócios. Trata-se de um curso destinado a jovens de 18 a 29 anos, focado na elaboração de um plano de negócios, com posterior processo de incubação de novos empreendimentos e acompanhamento pelo período de três meses após a conclusão do curso. A partir de abril de 2018, o projeto vai atender dois mil jovens em 74 cidades do Brasil, com um investimento de aproximadamente 4,6 milhões. Serão atendidas todas as capitais e as 53 cidades com vulnerabilidade juvenil “muito alta” ou “alta” pelo Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017.

Estação Juventude – Até o momento, 27 entes federativos foram contemplados, somando um total de R\$ 5,2 milhões de investimento. A Estação é um espaço onde o jovem pode se capacitar e obter informações atualizadas sobre políticas e programas voltados para a juventude. Em 2017 e 2018, foram firmados novos convênios com Estados e Municípios selecionados para a implantação da segunda versão do Programa. Os projetos contemplados receberão repasses do Governo Federal, que variam de R\$ 190 mil a R\$ 300 mil. O Programa tem um orçamento de R\$ 22 milhões em 2018 e a expectativa é celebrar 106 convênios.

Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e à Desigualdade Racial – A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) atualizou o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e à Desigualdade Racial (IVJ)

em 2017, encomendado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O relatório trouxe dados sobre a violência contra a juventude negra. O ano-base é 2015 e as fontes de dados utilizadas são do IBGE (PNAD 2015, Censo Demográfico 2010, projeções populacionais) e do Datasus (Sistema de Informações de Mortalidade – SIM). Os dados estão sendo utilizados nas ações do Novo Plano Juventude Viva.

Conselho Nacional de Juventude – O Conjuve é a entidade representativa da juventude brasileira. O Conselho foi fortalecido e se tornou democrático, representativo e ampliado com o Decreto nº 9024/2017, editado pelo Poder Executivo, que manteve o Conjuve com 2/3 de seus integrantes da sociedade civil e 1/3 de representantes do poder público, num total de 60 conselheiros.

Sistema Nacional de Juventude – Instituído a partir de Decreto Presidencial em março de 2017, o Sinajuve é um desdobramento do Estatuto da Juventude que determina quais são os direitos dos jovens, de 15 a 29 anos, garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro.

Plano Nacional de Juventude – O texto do Plano foi construído de forma colaborativa com a sociedade civil, para atualizar o Projeto de Lei nº 4530/04 que tramita desde 2004 na Câmara dos Deputados. O novo texto é resultado de uma consultoria entre SNJ e Unesco (edital de julho de 2017) e contou com contribuições *online* do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), do Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv) e de cinco audiências públicas, uma em cada região do País, realizadas entre novembro e dezembro de 2017. Ele será decenal e seu objetivo é estipular metas a serem alcançadas pelo Poder Público em relação à juventude brasileira, determinando índice de escolaridade e ocupação a serem atingidos; prevenção a doenças, ao consumo de drogas e à violência.

POLÍTICAS E ACORDOS AMBIENTAIS

Ministérios do Meio Ambiente e Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – O Governo Federal instituiu a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa com o objetivo de promover ações indutoras da recuperação de florestas e vegetação nativa, bem como impulsionar a regularização ambiental das propriedades rurais brasileiras, em área total de, no mínimo, 12 milhões de hectares, até 31 de dezembro de 2030. A Política será implantada por meio do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), lançado em 16 de novembro de 2017, durante a Conferência do Clima, COP 23, em Bonn, na Alemanha.

Ministério do Meio Ambiente

Reparação do desastre de Mariana (atuação articulada) – São pagos, atualmente, 9.075 auxílios emergenciais, garantindo assistência a 21.477 pessoas. Também está em curso o Programa de Indenização Mediada (PIM), que indenizou 1.094 famílias. Foram construídos quatro diques para a retenção de rejeitos. Além disso, foi adquirida uma fazenda para acondicionamento de rejeitos que estão sendo retirados da área impactada e foi lançado edital de Pagamento de Serviços Ambientais. Também foi instalada a Rede de Monitoramento da Qualidade da Água em 56 pontos da Bacia do Rio Doce. Ao todo, são 42 programas socioambientais e socioeconômicos a cargo da Fundação Renova e monitorados por Comitê Interfederativo criado especificamente para tratar da questão. O sistema de governança desse Comitê, que envolve cerca de 70 organizações públicas federais, estaduais e municipais, é inédito no mundo e tem mostrado resultados de suma importância. A empresa Samarco foi notificada 73 vezes e recebeu 24 autos de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que totalizam R\$ 345 milhões. Na esfera da compensação, cabe destacar a destinação de R\$ 500 milhões para programas de saneamento ambiental.

Acordo de Paris – O Brasil confirmou, em setembro de 2017, a participação no Acordo de Paris, que entrou em vigor no início de novembro. O ato é um esforço de mais de 190 países para conter as mudanças do clima, concluído em 2017. A meta do Brasil é reduzir 37% das emissões até 2025, com indicativo de reduzir 43% até 2030. O cumprimento da meta brasileira ocorrerá por meio de ações como o Renovabio e o Planaveg.

Ministérios do Meio Ambiente e Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Adesão do Brasil ao Desafio de Bonn e à Iniciativa 20x20 – O Governo brasileiro aderiu ao Desafio de Bonn (“*Bonn Challenge*”) e à Iniciativa 20x20. Com isso, o Brasil declara sua intenção de restaurar, reflorestar e promover a recuperação natural de 12 milhões de hectares de florestas até 2030. Foz do Iguaçu sediou a terceira reunião do Desafio de Bonn, em 16 de março de 2018.

Ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente e Agência Nacional de Águas

8º Fórum Mundial da Água – Realizado em março de 2018, em Brasília, com participação dos ministérios de Relações Exteriores e do Meio Ambiente, além da Agência Nacional das Águas, o Fórum reuniu e mobilizou mais de 120 mil pessoas em torno do tema. O evento, realizado pela primeira vez no hemisfério Sul, chegou ao final como a maior edição da sua história. O Fórum Mundial da Água, organizado pelo Conselho Mundial da Água, é considerado o principal evento internacional sobre o tema. A edição brasileira trouxe inovações, entre elas, a ampla participação gratuita da sociedade.

Ministério do Meio Ambiente

Criação de duas novas áreas marinhas de conservação – Decreto Presidencial de março de 2018 criou as áreas de conservação dos arquipélagos de São Paulo e São Pedro (PE) e Trindade e Martim Vaz (ES). As áreas somadas chegam a 921 mil km². Com isso, o Brasil dá um salto de 1,5% para 26,3% em áreas marinhas protegidas. O número vai muito além do compromisso brasileiro com a Organização das Nações Unidas (ONU) de proteger pelo menos 10% de áreas marinhas e costeiras.

Programa Plantadores de Rios – A iniciativa foi lançada em junho de 2017 para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente. Em março de 2018, foi firmado convênio com a Fundação Banco do Brasil e com a ONG Instituto Espinhaço para fortalecer o Programa. A ação visa a conectar proprietários rurais de áreas com nascentes e pessoas interessadas em apoiar essas fontes. Essa interação ocorre por meio de um aplicativo de celular, onde é possível cadastrar doadores, prestadores de serviços, fornecedores de insumos e voluntários, de forma a facilitar a execução das atividades de recuperação dos mananciais brasileiros.

Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Agência Nacional de Águas

Contas Econômicas Ambientais da Água – Lançado em março de 2018, com divulgação no 8º Fórum Mundial da Água. Trata-se de um levantamento pioneiro com indicadores físicos e monetários sobre a oferta e a demanda de água no Brasil. O estudo contabiliza o capital hídrico do País. A publicação será periódica e irá produzir e disseminar informações para a sociedade, referentes ao balanço entre a disponibilidade quantitativa e qualitativa, e a demanda hídrica dos diversos setores da economia brasileira, incluindo as famílias.

Ministério do Meio Ambiente

Primeiro chamamento público do Programa de Conversão de Multas Ambientais - Lançado em março de 2018, em cerimônia no Palácio do Planalto, é direcionado para a recuperação da bacia do rio São Francisco e ações de adaptação às mudanças climáticas por meio da convivência sustentável com a semiáridade na bacia do rio Parnaíba. A seleção abrange projetos em 195 Municípios na bacia do São Francisco e em 213 na do Parnaíba. No São Francisco há potencial para aplicação de mais de R\$ 2,5 bilhões em multas a serem convertidas. Para as dez sub-bacias do São Francisco abrangidas, já estão garantidos R\$ 300 milhões pela Petrobras e estima-se o atendimento de pelo menos cinco mil famílias com ações socioambientais no Parnaíba. O chamamento decorre do Decreto nº 9.179, de 23 de outubro de 2017, o qual estabelece que uma autoridade ambiental federal competente para a apuração da infração poderá converter a multa simples em serviço de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Meio Ambiente/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Novas plataformas de monitoramento da preservação ambiental - A plataforma virtual ABC - Agricultura de Baixo Carbono, que monitora as emissões de gases de efeito estufa - e a plataforma Webambiente, com soluções tecnológicas e serviços para fazer cumprir o Código Florestal brasileiro, foram lançadas em março de 2015. As duas plataformas são consideradas fundamentais para viabilizar o Plano ABC e o Novo Código Florestal, assim como cumprir os compromissos assumidos na 15ª Conferência das Partes (COP-15), realizada em dezembro de 2009, em Copenhague, e, posteriormente, na 21ª Conferência do Clima (COP-21), em dezembro de 2015, em Paris.

Ministério do Meio Ambiente

Quase duas Franças de unidades de conservação – Foram criados, em 2018, 938.651 km² de unidades de conservação ambiental. É praticamente o território de um Mato Grosso e de quase duas Franças.

Redução do desmatamento na Amazônia – Entre agosto de 2016 e julho de 2017, o desmatamento na Amazônia foi reduzido em 12%. Foi a primeira redução após dois anos de aumento.

POLÍTICAS INCLUSIVAS

Ministério do Desenvolvimento Social

Bolsa Família e as melhorias no Programa – Em 2017, pela primeira vez na história do Programa, a fila de acesso ao benefício foi zerada sete vezes (janeiro, fevereiro, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro) e duas vezes em 2018, nos meses de janeiro e fevereiro. Os mecanismos de controle foram aprimorados e a quantidade de bases utilizadas aumentou.

“Pente-fino” no Programa Bolsa Família: O Ministério do Desenvolvimento Social realizou o maior cruzamento de dados da história do Programa. Desde maio de 2016, o Ministério cancelou 5,2 milhões de benefícios e concedeu 4,8 milhões (maio de 2016 a fevereiro de 2018). O Bolsa Família chegou a ter dois milhões de pessoas na fila de espera para receber o benefício, mas que não conseguiam a vaga por questões de orçamento. Com o pente-fino, quem estava na fila de espera e realmente precisava, teve a oportunidade de receber o benefício. O cruzamento com as bases de dados é realizado todos os meses.


Casa Civil/Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) – O Decreto nº 9.263, de 10 de janeiro de 2018, ampliou os tetos do Programa, em especial o de financiamento, que passou de R\$ 80 mil para R\$ 140 mil. Já o prazo para pagar a terra passou de 20 para 25 anos. O PNCF oferece condições para que os agricultores familiares que não têm terra ou possuem pouca terra consigam adquirir um imóvel rural por meio de financiamento subsidiado pelo Governo.

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Disponibiliza 17 linhas de crédito, dessas, 14 direcionadas exclusivamente para a agricultura familiar e três para assentados da reforma agrária, com taxas subsidiadas. Na safra atual – julho de 2017 a junho de 2018 – foram feitos mais de 900 mil novos contratos, totalizando mais de R\$ 13,5 bilhões em crédito até janeiro, quase metade dos R\$ 30 bilhões disponibilizados pelo Governo Federal. Em comparação à última safra, foram disponibilizados R\$ 403 milhões a mais em crédito. Só no Nordeste, o crescimento foi de 30%.

Casa Civil/Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Titulação de terras rurais – A Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, mudou a legislação de titulação de terras e reforma agrária. O resultado da legislação foi a retomada da titulação de lotes em projetos de assentamentos e na titulação de posses em áreas públicas da União, permitindo a segurança jurídica no campo e o acesso a novas linhas de crédito para financiamento da produção. Em 2017 foram expedidos 137.753 títulos definitivos e provisórios, maior quantidade em 15 anos, tendo ainda superado



o total de documentos emitidos no período de 2013 a 2016 (98.860). No período de junho de 2016 a fevereiro de 2018, foram expedidos 142.291 títulos.

Titulação de terras rurais (Programa Terra Legal): Os pequenos produtores e as comunidades locais têm prioridade. Foram entregues 22 mil títulos somente em março de 2018 na Amazônia Legal. A previsão é de que até o final do ano esse total chegue a 35 mil. O número é 116% maior que a quantidade entregue na história do Programa.

Casa Civil e Ministério das Cidades

Titulação de terras urbanas – A Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, estabeleceu o novo marco legal da regularização fundiária. O Decreto nº 9.310/2018, de 15 de março, regulamentou a lei, instituindo as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana. Em 2017 foram 31.372 famílias beneficiadas. De janeiro a março de 2018, foram entregues 42 mil títulos. As entregas fazem parte do Programa Nacional de Regularização Fundiária Urbana (Reurb).

Casa Civil/Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) – Em 2017 foram iniciados os atendimentos da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) para 42 mil famílias. A ATER busca a melhoria dos processos de trabalho no campo e a qualidade de vida dos agricultores. Estudos mostram que após a assistência técnica, a produção dos agricultores aumenta em três a quatro vezes mais. A Anater, criada em 2013, começou a atuar efetivamente somente em 2017. Foram investidos mais de R\$ 100 milhões para que a agência começasse a dar o suporte devido aos agricultores.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão


Jornada reduzida para servidores com familiares com deficiência - Em dezembro de 2016, o presidente da República sancionou lei que estende a servidores públicos com parentes com deficiência o direito à jornada de trabalho reduzida sem a necessidade de compensação. A nova regra beneficiou 1.251 servidores com a concessão do horário especial em 2017. Em abril do mesmo ano, foi lançada chamada pública com previsão de atendimento de 19.658 Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA), com especial atenção a povos e comunidades tradicionais, observando o atendimento ao percentual mínimo de 50% de mulheres rurais e 25% de jovens.

Ministério do Desenvolvimento Social

Benefício de Prestação Continuada (BPC) - Em janeiro de 2017, o Governo Federal mudou as regras do BPC, ampliando a rede de atendimento. O requerimento pode ser feito nos Estados e nos Municípios, além das agências da Previdência Social. Após uma década sem revisão dos benefícios, o MDS também começou, no mesmo mês, um “pente-fino”, no qual detectou irregularidades que estão sendo corrigidas. Num primeiro cruzamento, foi identificado 151 mil beneficiários com renda familiar *per capita* acima de meio salário mínimo e 17 mil beneficiários que já haviam morrido.

Casa Civil/Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Crédito Instalação - Crédito para instalação das famílias nos assentamentos e no desenvolvimento de atividades produtivas. O Decreto nº 9.066, de 31 de maio de 2017, modificou as regras da Lei



nº 13.001, de 13 de junho de 2014. As novas regras estabelecidas permitem o atendimento a mais famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O valor destinado em 2017 a essas famílias foi de R\$ 97.502.400, montante superior à soma dos recursos aplicados nos três anos anteriores (R\$ 89.563.000). Os valores pagos no período de maio de 2016 a março de 2018 totalizaram R\$ 112.292.800.

Infraestrutura de assentamentos – Investimento em obras de infraestrutura básica e produtiva para garantir o desenvolvimento dos assentamentos, com a construção de pontes, implantação de sistemas coletivos de abastecimento de água, implantação e recuperação de estradas vicinais e construção de agroindústrias. Os valores empenhados em 2017 (R\$ 237.918.888) foram superiores ao total de recursos empenhados nos dois anos anteriores (R\$ 178.978.268,53). O crescimento foi de 132%. No período de maio de 2016 a março de 2018, foram empenhados R\$ 355.642.592,19 para investimento em infraestrutura.

Presidência da República/Ministérios da Defesa, do Desenvolvimento Social, da Educação, do Esporte, da Integração Nacional, do Meio Ambiente e da Saúde

Projeto Rondon – Em 2017, 830 rondonistas desenvolveram ações em 40 Municípios do Tocantins, de Rondônia, do Pará e do Mato Grosso. No ano, os 50 anos da Operação Zero foram comemorados, reforçando sua importância social e educacional. Entre os dias 19 de janeiro e 3 de fevereiro de 2018, foi realizada a Operação “Teixeirão”, em oito Municípios do Estado de Rondônia. Na operação, em parceria com o governo estadual, participaram 152 rondonistas (universitários) de sete Instituições de Ensino Superior (IES) de Rondônia. Cada Município recebeu, durante 12 dias, professores e alunos que trabalharam com oficinas de diferentes áreas do conhecimento. O objetivo do Projeto Rondon é o

desenvolvimento de ações que tragam benefícios permanentes para as comunidades, principalmente as relacionadas à melhoria do bem-estar social e a capacitação da gestão pública. Busca, ainda, consolidar no universitário brasileiro o sentido de responsabilidade social.

Ministério do Desenvolvimento Social

Progridir – Conjunto de ações do Governo Federal para promover a autonomia, por meio da geração de emprego e renda, das famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais e beneficiárias do Bolsa Família. De julho a dezembro de 2017 foi liberado R\$ 1,94 bilhão de microcrédito. Em três meses – outubro a dezembro de 2017 – foram gerados 68.357 empregos formais. Estão matriculados em cursos, por meio do Programa, 83.727 alunos. Desse total, 32.496 já concluíram, 25.776 ainda estão cursando e 25.455 têm pré-matrícula válida em cursos ainda não iniciados.

Programa de Aquisição de Alimentos – Em 2017, o Programa executou R\$ 362,3 milhões, beneficiando 67.179 agricultores e 13.949 entidades. O PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. O orçamento para 2018 é de R\$ 374 milhões.

Casa Civil/Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

Fomento – O Programa visa a redução da pobreza e a insegurança alimentar por meio de repasse de recursos financeiros não reembolsáveis em apoio à estruturação produtiva de famílias vulneráveis no meio rural, tendo como meta a inclusão de 25 mil famílias em 2017 e 25 mil famílias em 2018. Em 2017, o Programa atendeu 25.032 famílias com repasse de recursos no valor de R\$ 52.329.600.

Ministério da Fazenda/Caixa Econômica Federal

Repasses sociais das Loterias – De maio de 2017 a março de 2018 as Loterias Caixa repassaram cerca de R\$ 5,9 bilhões aos programas sociais do Governo Federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde. Para os esportes foram repassados R\$ 1,9 bilhão; para a educação R\$ 2,4 bilhões; para a cultura R\$ 728 mil; para segurança R\$ 785 mil e para seguridade R\$ 4,4 bilhões, entre outros.

POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Secretaria de Governo/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Entrega de equipamento público – Entrega de duas Unidades Móveis de Atendimento às mulheres vítimas de violência para o Estado do Tocantins. Com essas unidades, o Governo Federal já entregou 60 ônibus em todo o Brasil, em agosto de 2017.

Secretaria de Governo/Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Lançamento da Rede Brasil Mulher – Rede de mobilização que integra governos, sociedade civil, iniciativa privada e organismos internacionais, pactuando ações concretas em cinco eixos: Enfrentamento à violência; Educação; Saúde; Espaço; e Poder e autonomia econômica. Ato em curso por Decreto Presidencial em dezembro de 2017.

POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ministério da Justiça

Eixo Cuidado e Inserção Social - Ações realizadas dentro do eixo social do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP):

- Serviços de acolhimento em comunidades terapêuticas;
- Custeio de vagas em comunidades terapêuticas;
- Ações em 2016:
 - 369 contratos celebrados;
 - 4.411 vagas; e
 - Investimento de R\$ 77.816.824,20.
- Ações em 2017:
 - 326 contratos celebrados;
 - 4.221 vagas; e

- Investimento de R\$ 51.686.330,67.
- Fiscalizações *in loco* realizadas em 2016 e 2017: 331;
- Projeto de Inserção Social (PIS):
 - Ênfase no cuidado e na reinserção social de pessoas em condições de vulnerabilidade social relacionadas ao consumo de drogas. De maio de 2016 a dezembro de 2017 foram firmados 39 convênios com um valor de R\$ 40.398.168,95; e
 - Ênfase no enfrentamento das situações de violência contra mulheres, relacionadas ao uso de crack, álcool e outras drogas, nos eixos de moradia; trabalho/formação e qualificação profissional; cultura/esporte e educação. De maio de 2016 a dezembro de 2017 foram realizados 16 projetos com investimento total de R\$ 11.200.000.

PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ministério dos Direitos Humanos

Plano para a melhoria da acessibilidade dos sítios eletrônicos governamentais - Em 12 de janeiro foi editada a portaria interministerial que padronizou o processo de coleta das informações por meio do Formulário Eletrônico de Acessibilidade Digital (FAD), elaborado pela equipe do governo eletrônico, e estabeleceu a produção de um plano de trabalho para melhoria

continua da acessibilidade digital. Relatório de consolidação dos relatórios circunstanciados de acessibilidade digital, lançado em 6 de outubro de 2017. Material disponível no endereço: <http://fad.governoeletronico.gov.br/fad/relatorio-final>.

Elaboração e disponibilização de curso a distância sobre Língua Brasileira de Sinais (Libras) –

Lançamento do curso de ensino a distância de Libras, criado em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). A turma-piloto foi lançada em 25 de outubro de 2016 e obteve 16.144 inscritos em 2016 e 15.579 em 2017.

Parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para a criação de livro acessível referencial –

Elaboradas as diretrizes para o desenvolvimento de materiais didáticos digitais acessíveis, bem como os requisitos necessários às ferramentas de leitura desses livros digitais. A Secretaria agora trabalha para divulgar o manual na forma de uma publicação.

Governança e monitoramento da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência

– Em 2017, o Governo Federal prestou apoio financeiro para a realização de projetos institucionais selecionados de organizações do movimento das pessoas com deficiência, visando a governança e a capacidade de monitoramento da Convenção. Em relação aos projetos apoiados estão o “Encontro de gerações”, que realizou a formação de 200 novas jovens lideranças do movimento das pessoas com deficiência. Outro projeto foi a “Capacitação de gestores das instituições de e para pessoas com deficiência”. A Convenção tem como princípio o fortalecimento da participação das pessoas com deficiência, seja como indivíduos, seja como instituições, em todos os aspectos da vida.

PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ministério dos Direitos Humanos

Ampliação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) – Aumento dos recursos para o Programa, com um aporte adicional de R\$ 5,5 milhões em março de 2018. Em maio de 2018 foi formalizada parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que dá prioridade aos protegidos nas vagas gratuitas de educação profissional. O Programa tem como objetivo a adoção e a articulação de medidas que possibilitem garantir a proteção de pessoas que estejam em situação de risco ou ameaça em decorrência de sua atuação na promoção ou defesa dos direitos humanos.

Criação do ObservaRIO – Observatório de Direitos Humanos da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. A Portaria foi assinada em 27 de fevereiro de 2018 e o órgão instalado em reunião plenária em 9 de março de 2018. Interlocução permanente com o Gabinete da Intervenção para o repasse de informações e recomendações de proteção e defesa dos direitos humanos durante as atividades.

Atualização do Disque 100 – Em maio de 2018 foram implantadas novas funcionalidades para a melhoria do serviço de denúncias de violações de direitos humanos. Ativação do atendimento de urgência, com tempo de espera reduzido para acolher vítimas com risco de morte, canal exclusivo para denúncias relacionadas à intervenção federal no RJ, e redirecionamento de ligações relacionadas à violência contra a mulher diretamente para o Disque 180.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Ministério dos Direitos Humanos

Coletânea “História da África” para ensino fundamental e médio – Está em fase de impressão a publicação do livro didático “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Infantil”. Serão impressos 48.222 exemplares em parceria entre o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação e a Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).

Acordos de Cooperação Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Os acordos preveem a:

- Elaboração de um guia de orientação para a criação dos órgãos de igualdade racial e outro para os respectivos conselhos, com vistas a viabilizar a institucionalização desses e posterior adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir); e
- Elaboração de termos de referência como base para os participantes do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) apresentarem a sua candidatura para receberem os recursos financeiros para execução em 2018.

Posição em março de 2018:

- Guia com consultor, para revisão final do material; e
- Aguardando aprovação da revisão substantiva do projeto pelo PNUD.

SAÚDE

Ministério da Saúde

Orçamento para saneamento básico – O Ministério da Saúde destinou R\$ 821,2 milhões do orçamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em 2017 para aplicar em ações de implantação e melhoria do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Municípios com população de até 50 mil habitantes. Atualmente, são financiados pela Funasa 2.714 projetos.

Desburocratização na saúde – O Governo Federal está sistematizando 17,5 mil portarias do Ministério da Saúde. Desse total, estavam ativas 700 portarias, que serão distribuídas em seis portarias que consolidarão as informações das demais e sem supressão de normas, divididas por eixos temáticos. Organização das 48 políticas públicas de saúde e organização de dez sistemas no SUS.

Ministérios da Saúde e da Defesa

Apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) ao transporte de órgãos – Este ano, entre janeiro e março (até dia 8), foram 135 órgãos para transplante transportados em 36 voos. Em 2017 foram transportados 823 órgãos/tecidos. A FAB é acionada somente quando não há voos para atender a uma emergência. Decreto Presidencial de junho de 2016 permitiu que aviões da Força Aérea fossem usados para transporte de órgãos transplantados em todo o território nacional.

Reforço de combate ao *Aedes aegypti* – O Governo Federal promoveu uma série de medidas para combater o *Aedes aegypti*. Entre elas, a obrigatoriedade de os Municípios informarem a situação da

infestação do mosquito para planejamento de ações de combate, sob pena de deixarem de receber recursos; e a campanha “Sexta sem mosquito”, com mutirão em órgãos públicos, unidades de saúde, escolas, residências e outros. A pasta tem garantido orçamento crescente aos Estados e aos Municípios. Os recursos para as ações de vigilância em saúde cresceram 83% nos últimos anos, passando de R\$ 924,1 milhões, em 2010, para R\$ 1,7 bilhão, em 2016. Em 2017, o orçamento de vigilância em saúde aos Estados foi de R\$ 1,93 bilhão. Em 2018, estão previstos R\$ 1,9 bilhão. Até 17 de fevereiro, foram notificadas reduções significativas em todo o País nos casos prováveis de doenças transmitidas pelo mosquito. No caso da dengue, a redução é de 32% em relação ao mesmo período do ano passado, passando de 47,3 mil casos para 31,1 mil. Os casos prováveis de febre chikungunya caíram de 16,6 mil para 7,4 mil, com redução de 55% em relação ao mesmo período do ano passado. Os casos de zika vírus caíram 83% em relação ao período anterior, saindo de 4,2 mil, para 705 casos.

Ministério da Saúde

Distribuição de testes de zika vírus – O Governo Federal distribuiu 3,4 milhões de testes rápidos de zika para todo o País. O teste detecta infecção pelo vírus em algum momento da vida e tem o objetivo de triagem na investigação e na condição imunológica do paciente no momento da consulta médica. Toda a população pode ter acesso ao teste quando o médico suspeitar de infecção. O Governo Federal assinou o contrato de aquisição de mais 1,5 milhão de testes rápidos para zika vírus em 18 de janeiro de 2018, que em breve, deverão ser disponibilizados aos serviços de saúde.

Microcefalia (diagnósticos e habilitação de novos serviços) – Foram esclarecidos 10.611 casos de alterações no Sistema Nervoso Central.



Os números são:

- Aproximadamente 68,6% do total foram notificados (15.480);
- Cerca de 2.396 serviços de atendimento habilitados;
- Cento e noventa e oito Centros Especializados em Reabilitação (CERs);
- Trinta e cinco oficinas ortopédicas;
- Duzentos e quarenta e quatro serviços de reabilitação em modalidade única;
- Cerca de 1.920 serviços de reabilitação credenciados pelos gestores municipais e estaduais; e
- No total, 2.506 BPC concedidos a crianças nascidas com microcefalia.

Microcefalia (investimentos em pesquisa) – Desde 2016, o Governo Federal aplicou R\$ 260 milhões no financiamento de pesquisas relacionadas às três doenças causadas pelo mosquito. Será criado um banco nacional de amostras biológicas, relacionadas às doenças transmitidas pelo Aedes, como sangue, urina e saliva. O Biobanco servirá de suporte aos especialistas e aos pesquisadores, permitindo que análises futuras possam ser realizadas com a ajuda desses materiais.

Programa Mais Médicos – Atualmente há mais de 17 mil médicos no Programa, atuando em 3.838 Municípios e atendendo mais de 60 milhões de brasileiros. Para tornar o País autossuficiente na oferta

de médicos, o Governo Federal pretende chegar a quatro mil substituições por médicos brasileiros em três anos, reduzindo de 11,4 mil para 7,4 mil participantes cubanos e aumentando, na mesma proporção, o número de brasileiros. Atualmente, do total de médicos participantes, 47,1% são profissionais da cooperação com a Organização Panamericana para a Saúde (OPAS), 45,6% médicos brasileiros formados no Brasil ou no exterior e 4,16% são intercambistas estrangeiros.

Ministérios da Saúde e das Cidades

Apoio a hospitais filantrópicos – O Programa de Financiamento Específico para Santas Casas e Hospitais Sem Fins Lucrativos que atendem o SUS (Pró-Santas Casas) foi criado em setembro de 2017. A iniciativa fortalece o setor filantrópico brasileiro e prevê no Orçamento Geral da União recursos na ordem de R\$ 10 bilhões, a serem operados pelos bancos oficiais federais (Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, Caixa Econômica Federal – CEF e Banco do Brasil – BB) em duas linhas de crédito em um prazo de cinco anos. Serão liberados R\$ 2 bilhões anuais consignados no Orçamento Geral da União. Inicialmente, o Programa terá duração de cinco anos, começando em 2018 e terminando em 2022.

Ministério da Saúde

Renovação da frota do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) – Desde janeiro de 2017 o Ministério da Saúde distribuiu 1.335 ambulâncias do SAMU 192, substituindo as que circulavam há cinco anos sem renovação. Até o final de 2018 serão 2.249 ambulâncias substituídas. Com isso, a frota do País está 65,7% renovada. Em julho, foi anunciada a compra de 1.500 novas ambulâncias para o SAMU 192, 6.500 ambulâncias brancas e mil vans para transporte sanitário.

Novas tecnologias e medicamentos incorporados ao SUS – Dolutegravir (Aids), Rivastigmina (Alzheimer), Paracalcitol (hiperparatireoidismo), Cinacalcete (hiperparatireoidismo), Tobramicina (antibiótico inalatório), 4 em 1 (Veruprevir, Ritonavir, Ombitasvir e Dasabuvir) – Hepatite C, cirurgia bariátrica por videolaparoscopia, e escleroterapia (varizes). Repassados R\$ 6,2 bilhões aos Estados para compra de medicamentos e R\$ 11,8 bilhões em compra centralizada pelo Ministério da Saúde de medicamentos, vacinas e soros enviados aos Estados. Além disso, foi adotada uma medida que permite adequar a oferta da penicilina (penicilina benzatina e penicilina cristalina) para o combate à sífilis. O Ministério da Saúde também está estimulando a produção nacional de 49 medicamentos prioritários para o SUS.

Incorporação do melhor medicamento para o tratamento da Aids – Em 2017, o Ministério da Saúde incorporou ao SUS o “Dolutegravir”, considerado atualmente o melhor medicamento para tratamento da Aids. A negociação do fármaco resultou na redução de 82% no preço, um desconto de mais de R\$ 504 milhões para atender a 600 mil pacientes. Com isso, a incorporação não alterou o orçamento do Ministério da Saúde para aquisição de antirretrovirais, que é de R\$ 1,1 bilhão.

Habilitação de UPAs – Desde o início do Governo, 206 UPAs passaram a contar com financiamento do Governo Federal. Atualmente, existem no País 562 Unidades de Pronto Atendimento 24 horas contando com incentivo federal mensal de R\$ 1,8 bilhão. A capacidade de atendimento é estimada em 104 milhões de habitantes. O Governo Federal também monitora o avanço de novas UPAS, para começarem a funcionar em até 90 dias após a conclusão das obras. Para novas construções, foram investidos R\$ 1,5 bilhão para 839 unidades. Atualmente 209 UPAs 24 horas estão em obras e já com recursos empenhados.


Diretrizes de assistência ao parto normal – Novas diretrizes para o parto normal foram lançadas em março de 2017. Em março de 2018, o MS criou o monitoramento *online* de acompanhamento dos partos cesáreas

pelo SUS. Além disso, para fortalecer a realização do parto normal, a pasta irá implantar o projeto Parto Cuidadoso em 634 maternidades do País. A iniciativa é inspirada no projeto Parto Adequado, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que conseguiu em três anos evitar que dez mil cesarianas fossem realizadas desnecessariamente em 35 hospitais. Desde 2015 até 2017, o Ministério da Saúde capacitou 2.774 enfermeiras que trabalham em maternidades, hospitais, centros de parto normal em obstetras.

HPV – Está em curso uma campanha de mobilização e comunicação para a vacinação do adolescente contra HPV e meningite. O Ministério da Saúde está convocando dez milhões de jovens e adolescentes para se vacinar. Serão adquiridas 14 milhões de doses da vacina para 2018, totalizando um investimento de R\$ 506,6 milhões – economia de R\$ 95,6 milhões, considerando preço unitário da contratação anterior. Em 2018, o Ministério da Saúde está ampliando a faixa etária da vacina meningite C, que agora passa a ser de 11 a 14 anos de idade. Serão adquiridas 15 milhões de doses da vacina para 2018, totalizando um investimento de R\$ 493 milhões.

Novos protocolos clínicos – Desde 2016, 57 diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos foram aprovados pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Foram elaborados, por exemplo: Protocolo de uso da zidovudina para tratamento do adulto com leucemia/linfoma associado ao vírus HTLV-1, PCDT de Imunossupressão Cardíaco, PCDT de Imunossupressão de Pulmão, PCDT de Imunossupressão Hepático, Diretriz Brasileira para o Tratamento Percutâneo do Aneurisma de Aorta Abdominal, Distúrbio Mineral Ósseo, Diretrizes Metodológicas para Elaboração de Diretrizes Clínicas e Diretriz de Parto Normal. Outros 52 protocolos estão em análise.

Combate à febre amarela – Desde o início de 2017 até o momento, o Ministério da Saúde enviou 53,2 milhões de doses extras da vacina contra a febre amarela (em 2017, foram 32,8 milhões e em 2018,



20,3 milhões) para os cinco Estados que registraram casos suspeitos da doença (MG, SP, ES, RJ e BA). Além disso, distribuiu seis milhões de doses da vacina na rotina para todas as unidades da Federação no ano de 2018 e 11,2 milhões de doses para a rotina de 2017. Outras 852 mil foram enviadas para intensificar as ações em outros Estados no ano de 2017.

Aumento do orçamento para a saúde – Ampliação de 13,5% para 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União aplicada na saúde. A medida garantiu mais R\$ 10 bilhões para o Sistema Único de Saúde em 2017, subsidiando a manutenção da estrutura de saúde. O percentual que determina o gasto mínimo em ações e serviços públicos de saúde foi ampliado por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, aprovada em 2016 no Congresso Nacional. Pela regra constitucional até então vigente (Emenda Constitucional nº 86), o percentual de 15% da RCL só seria alcançado em 2020. Pela nova regra, já em 2017 atinge-se os 15% da RCL e o valor mínimo para ser aplicado na saúde passa a ser de R\$ 115,3 bilhões. Para 2018, o orçamento do Ministério da Saúde ultrapassa os R\$ 131 bilhões.

Estoque automático de medicamentos – O novo sistema irá integrar as informações de distribuição, estoques e acesso aos medicamentos do SUS em todo o País. A Base Nacional de Dados da Assistência Farmacêutica permitirá o melhor planejamento da compra, do controle de validade e os remanejamentos. A experiência em quatro Estados mostrou que a iniciativa pode evitar desperdícios de até 30% dos fármacos entregues. Ao todo, 2.610 Municípios do País já fornecem dados para a Base Nacional, lançada em outubro de 2017.

Apoio técnico para as decisões judiciais sobre saúde – Firmado acordo com o Conselho Nacional de Justiça para disponibilizar informações técnicas e laudos científicos que apoiem a tomada de decisão

dos juízes sobre saúde. Pelo acordo, juízes poderão consultar pareceres médicos e jurisprudências em uma base de dados única. Atualmente, a judicialização da saúde gera impacto superior a R\$ 7 bilhões por ano no SUS. Serão investidos R\$ 3,3 milhões para a construção da base de dados (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS – Proadi/Hospital Sírio Libanês).

Avanços na Atenção Básica – A Atenção Básica é a principal porta de entrada para o SUS, onde 80% dos problemas de saúde podem ser resolvidos. Desde maio de 2016, foram investidos mais de R\$ 1 bilhão para custear e reforçar os serviços e equipes. Nesse período, foram habilitados 14.105 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), 3.045 Equipes de Saúde Bucal (ESB), 3.781 Equipes de Saúde da Família (ESF), 41 novos consultórios na rua, 446 Equipes de Academia da Saúde, 148 Equipes de Saúde Prisional, 1.194 Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Atualmente, 75,8% da população brasileira recebe cobertura da Atenção Básica, com 42.616 UBS funcionando e com a atuação de 272.391 Agentes Comunitários de Saúde e 43.994 Equipes de Saúde da Família.

Mais serviços de saúde habilitados – A economia também permitiu reaplicar recursos no custeio de 8.551 serviços de saúde hospitalares e ambulatoriais, que aguardavam repasse do Ministério da Saúde. Também foram abertos 4.461 novos leitos para a população, permitindo atendimento contínuo nos serviços que não possuíam esse tipo de serviço. Mais 4.583 procedimentos foram incorporados na tabela SUS para que pudessem ser custeados pelo Ministério da Saúde. Isso significa que exames, cirurgias que antes não contavam com recursos federais e que muitas vezes deixavam de ser ofertados passarão a ter investimento garantido, beneficiando pacientes que dependem do atendimento no SUS. Outros 4.132 serviços da Atenção Básica também foram beneficiados, além da compra de dez mil equipamentos odontológicos com raio-X.

SEGURANÇA HÍDRICA

Ministério da Integração Nacional/Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco/Agência Nacional de Águas

Projeto de Integração do Rio São Francisco – O atual Governo deu prioridade à conclusão do Projeto de Integração do Rio São Francisco. O Eixo Leste, com 217 km, foi inaugurado em março de 2017 e já abastece mais de um milhão de pessoas em 32 Municípios nos Estados de Pernambuco e da Paraíba. O Eixo Norte, dividido em três metas, vai beneficiar 7,1 milhões de pessoas de 223 cidades de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. A previsão é de que a água do rio São Francisco corra por todos os canais no primeiro semestre de 2018. Atualmente, as águas já percorrem 51 km do Eixo Norte entre Cabrobó e Terra Nova, em Pernambuco. Em dezembro de 2017 a Agência Nacional de Águas (ANA) editou a Resolução ANA nº 2.333, que dispõe sobre as condições gerais de prestação do serviço de água bruta pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

Ministério do Desenvolvimento Social

Programa Cisternas – Em 2017, foram entregues 59,2 mil cisternas: 47.123 de 1ª água, 10.696 de 2ª água e 1.637 cisternas escolares, com investimento de R\$ 51 milhões. Em 2018, já foram entregues 3.872 tecnologias, sendo 2.134 de 1ª água, 1.619 de 2ª água e 119 cisternas escolares. Ao todo, já foram construídas cerca de 1 milhão e 150 mil cisternas, ultrapassando a meta do Programa (um milhão), com investimento de R\$ 3,5 bilhões e mais de quatro milhões de famílias beneficiadas.

Ministérios da Integração Nacional e da Defesa

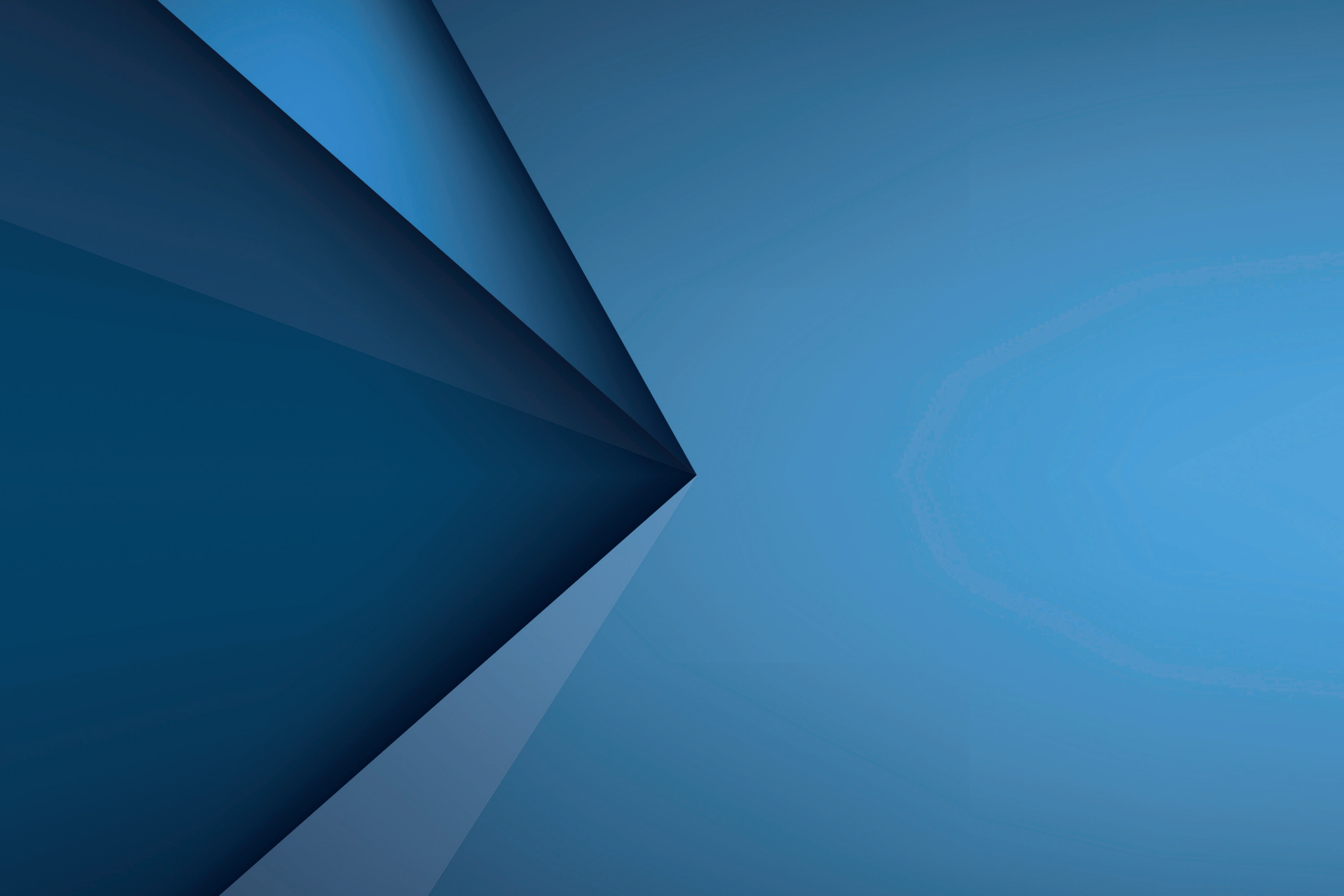
Carro-pipa – Na Operação Federal são atendidas mais de três milhões de pessoas em mais de 800 Municípios de nove Estados brasileiros. O investimento anual é de aproximadamente R\$ 1 bilhão. A média de investimentos mensal é de cerca de R\$ 90 milhões. O carro-pipa é dividido em dois eixos de atuação: a Operação Federal, que atende áreas rurais, e a Operação Estadual, para áreas urbanas. Consiste na mútua cooperação técnica e financeira entre o Ministério da Integração Nacional e o Ministério da Defesa para atendimento do semiárido nordestino e das regiões norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Ministério da Integração Nacional

Baixio do Irecê – A expectativa é de que o empreendimento possa gerar aproximadamente 25 mil empregos diretos e indiretos na região do vale no médio São Francisco, compreendendo os Municípios de Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique (BA), ao longo dos próximos anos. O projeto, inaugurado em março de 2018, recebeu investimentos de R\$ 550 milhões do Governo Federal e foi executado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Além de incentivar o desenvolvimento econômico da região semiárida, o projeto contribui com a segurança alimentar, pois amplia a produtividade agrícola e a oferta de alimentos.

Ministério do Meio Ambiente

Programa Água Doce – Atualmente, 210 mil pessoas são atendidas pelo Programa, que disponibiliza água potável em comunidades difusas do semiárido brasileiro. Foram destinados R\$ 51,4 milhões ao Água Doce, em dez Estados. Nesse período, foram implantados 355 sistemas de dessalinização, um aumento de 193% em relação ao que havia até maio de 2016. No total, existem, hoje, 523 equipamentos instalados.



EIXO ECONÔMICO

Em menos de dois anos, o Governo Federal retirou o Brasil da maior recessão da história. A política econômica implantada a partir de maio de 2016 fez o País voltar ao ciclo virtuoso do crescimento: investir, produzir mais e gerar emprego. A matriz da economia brasileira voltou a ser a responsabilidade fiscal. A inflação, menor que 3% em 2018, protegeu os salários e o poder de compra dos trabalhadores. A taxa básica da economia, a Selic, atingiu o menor percentual de todos os tempos, 6,5%, criando meios para pessoas e empresas quitarem dívidas e refinanciarem empréstimos. Além disso, também ajudou no controle das contas públicas.

MELHORIA DO AMBIENTE ECONÔMICO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Liberação de saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) –

O Governo liberou o saque dos saldos do FGTS para contas inativas até 31 de dezembro de 2015. A decisão injetou mais de R\$ 44 bilhões na economia, com um impacto de 0,61% no Produto Interno Bruto (PIB). No total, aproximadamente 25,9 milhões de pessoas retiraram o dinheiro. Os saques do FGTS foram realizados até o dia 31 de julho de 2017.

Saques de cotistas do Fundo PIS-PASEP – Em 2017, o Governo editou duas medidas provisórias (MP) que reduziram a idade mínima para saque das cotas do fundo PIS-PASEP. A primeira reduziu a idade para 62 anos, no caso das mulheres, e 65 anos, no caso dos homens. A segunda MP reduziu a idade mínima para 60 anos, tanto para os homens quanto para as mulheres. Até o início de abril de 2018, 3.340 milhões de cotistas sacaram R\$ 4,7 bilhões. A segunda MP continua em vigor.

Ministério da Fazenda

Cartão de crédito: mudanças no crédito rotativo – O Conselho Monetário Nacional restringiu para 30 dias o prazo do crédito rotativo do cartão de crédito. Vencido esse prazo, as operadoras ficam obrigadas a oferecer outras maneiras para o cliente quitar seu débito, por meio de linhas de crédito com juros menores que o rotativo. A medida foi implementada por meio da Resolução nº 4.549, de janeiro de 2018.

Ministério da Fazenda/Caixa Econômica Federal

Redução de juros da Caixa Econômica Federal (CEF) para financiamento imobiliário – Em novembro de 2016, a Caixa Econômica Federal reduziu 0,25% no crédito imobiliário para pessoas física e jurídica, dentro do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Para clientes que adquirirem imóveis novos ou na planta, cuja construção tenha sido financiada pela Caixa, e fizerem a opção de receber o salário pelo banco, as taxas de juros passam a ser ainda menores – iguais às oferecidas aos servidores públicos. O objetivo da medida é estimular o setor da construção civil e fomentar os financiamentos imobiliários. A redução permanece vigente até o momento. Em 16 de abril de 2018, a instituição reduziu em até 1,25% a taxa de juros do financiamento imobiliário com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). A taxa mínima saiu de 10,25 ao ano para 9% ao ano. Em um empréstimo de R\$ 300 mil, em 30 anos, a economia aproximada é de R\$ 50 mil, sem considerar a TR.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Distribuição dos resultados do FGTS – A distribuição de resultados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), prevista na Lei nº 13.446, de 25 de maio de 2017, garantiu o crédito de R\$ 7,3 bilhões do lucro líquido do Fundo a 88 milhões de trabalhadores em agosto de 2017. Conforme a Lei, o percentual de distribuição de resultados do FGTS é de 50% do lucro líquido do exercício anterior. A Lei estabelece, ainda, que os valores creditados nas contas dos trabalhadores sejam proporcionais ao saldo da conta vinculada apurada no dia 31 de dezembro do ano anterior.

Ministério do Trabalho

Modernização trabalhista – A nova lei trabalhista entrou em vigor em novembro de 2017 para tornar o País mais competitivo, mais produtivo e com mais empregos. Na prática, isso significa melhores relações entre trabalhadores e empregadores, com novas regras para parcelamento de férias, compensação de jornada de trabalho, intervalo intrajornadas, plano de cargos e salários, banco de horas e trabalho remoto.

Ministérios da Fazenda, da Transparência e Controladoria-Geral da União e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Medidas para desburocratização – Destaque-se a publicação do “Decreto da Desburocratização”, Decreto nº 9094, de 17 de julho de 2017. A norma tem por proposta oferecer aos cidadãos e empresários acesso aos serviços de forma mais simples, com menos exigências de comprovações de documentos por meio do aprimoramento da gestão e da governança. Na mesma direção, foi editado o Decreto nº 8.936 de, 19 de dezembro de 2016, sobre a Plataforma de Cidadania Digital; ela, por sinal, já resultou no novo portal de serviços do Governo Federal (<http://servicos.gov.br>) e na digitalização do acesso de 38 serviços públicos. Em janeiro de 2018 foi lançado o Programa “Simplifique”, um canal de comunicação focado em sugestão de simplificação de serviços; denúncias no caso de exigência de documentos que já estão disponíveis na base de dados do Governo Federal; e reclamações. Outros exemplos de melhoria são a Nota Fiscal Eletrônica Municipal, o aperfeiçoamento e a integração de sistemas eletrônicos nas três esferas de governo, a automatização da restituição de impostos, os bancos de dados mais ágeis, o reembolso e a compensação de tributos federais.

Casa Civil/Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) – Em 2017, os trabalhos do CDES dividiram-se em dois ciclos, com temas sugeridos pelo presidente da República e pelos conselheiros. O 1º ciclo, realizado nos meses de janeiro e fevereiro, teve reuniões de grupos de trabalho montados para discutir os temas de “ambiente de negócios”, “educação básica”, “agronegócio”, “produtividade e competitividade”, e “desburocratização e modernização do Estado”.

Como resultado dos debates ocorridos nesse primeiro ciclo, o Conselho apresentou ao Presidente da República, durante a 46ª Reunião Plenária do CDES, realizada em março de 2017, 15 recomendações, que originaram 26 medidas anunciadas pelo Presidente como compromissos de governo – as chamadas “determinações presidenciais”, que são pactuadas com os ministérios responsáveis, incluindo prazos e metas. O 2º ciclo dos grupos de trabalho teve reuniões nos meses de abril e maio. Os grupos trataram dos temas “relações internacionais e política comercial”; “empregabilidade”; “segurança pública”; “investimento e intermediação financeira” e “saúde”.

No dia 21 de março de 2018, foi realizada a 47ª reunião plenária, quando foi apresentado o balanço de execução das medidas anunciadas na reunião anterior. A partir das recomendações, o Governo concluiu 17 iniciativas (65%), enquanto outras sete (27%) estão em fase de desenvolvimento e 8% estão em estudo. Na ocasião também foram apresentadas 15 recomendações oriundas dos debates do 2º ciclo dos grupos de trabalho.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Nova Lei das Agências Reguladoras – Projeto já aprovado no Senado Federal e em análise na Câmara dos Deputados, garante maior autonomia administrativa e financeira para as agências reguladoras. Entre as mudanças está a negociação sobre orçamento do órgão feita diretamente com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Outros destaques são o mandato de cinco anos para os dirigentes da agência e a indicação de um ouvidor, com mandato de três anos e nome submetido à aprovação do Senado Federal.

Lei de Governança das Estatais – A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, estabeleceu requisitos rígidos de governança, transparência e gestão, regras sobre licitações e contratos, obras e serviços e aquisição e alienação de bens para as estatais e sociedades de economia mista. Além disso, definiram critérios para a nomeação de diretores, membros do conselho de administração e de presidentes em empresas públicas e de sociedade mista. O prazo das empresas estatais federais para adequação à Lei termina em 30 de junho de 2018. A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) implantou o IG-SEST, indicador de governança que busca conformidade com as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência para as empresas estatais federais de controle direto da União. A primeira certificação IG-SEST ocorreu em novembro de 2017.

Ministério de Minas e Energia

Novo marco regulatório do pré-sal – Lei nº 13.365, sancionada em 29 de novembro de 2016, desobriga a Petrobras de ser a operadora de todos os blocos de exploração do pré-sal em regime de partilha de produção. A nova legislação faculta à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e


possuir participação mínima de 30% nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção. A mudança abre oportunidade para os leilões acontecerem com ou sem a participação da Petrobras.

Receita Federal

Programa de Operador Econômico Autorizado – O Programa de Operador Econômico Autorizado (OEA) mantém sua atuação crescente. Até fevereiro de 2018, foram concedidas 167 certificações a exportadores, importadores e demais intervenientes do comércio exterior e 257 estão em análise no Centro do OEA. O Programa deverá concluir seu projeto de desenvolvimento em dezembro de 2018, com a entrega do Sistema Informatizado OEA e a conclusão do projeto OEA-Integrado, que inova perante às aduanas globais ao integrarem outros órgãos ao projeto – todos com o mesmo espírito de agilização do comércio exterior seguro. O Programa Brasileiro de OEA já é um processo de trabalho interno da Receita Federal do Brasil (RFB), em funcionamento e operacional, e representou no ano de 2017 mais de 12% da quantidade total de operações realizadas no País.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Banco Nacional do Desenvolvimento

BNDES Giro – Lançado em 2017, com foco em micro e pequenas empresas, destina-se a capital de giro para superar momentos de crise e manter empregos. Nos últimos 12 meses, o Programa liberou R\$ 6,6 bilhões. Os resultados mostram que 40% dos financiamentos concedidos foram para empresas que nunca tinham acessado recursos do BNDES antes. Entre os novos clientes, mais de 50% são microempresas.



Investimento em infraestrutura – Em 2017, os financiamentos para infraestrutura foram um dos destaques no desempenho do BNDES, que liberou R\$ 26,9 bilhões para o setor, 38% do total desembolsado. E as aprovações de novos financiamentos para projetos de infraestrutura no País — em especial para energia elétrica e transporte rodoviário — tiveram crescimento significativo: aumentaram 29% em relação a 2016 e somaram R\$ 29,7 bilhões.

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Casa Civil/Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Liberação do funcionamento do setor supermercadista – Reconhecimento do setor supermercadista como essencial à atividade econômica, por meio de Decreto Presidencial editado em agosto de 2017. A mudança era um pleito antigo do segmento varejista. Os supermercados representam 83,7% da comercialização de produtos de primeira necessidade. Há 89 mil supermercados no Brasil, que empregam mais de 1,8 milhão de pessoas. O setor passou a contar com instrumentos jurídicos adicionais para negociar a abertura dos estabelecimentos aos domingos e feriados, em todo o Brasil.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Ações na Suframa (Zona Franca de Manaus) – Desde 2016, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) cerca de 350 projetos industriais e de serviços. Os investimentos ultrapassam o valor de US\$ 4,5 bilhões, com a geração estimada de 7,5 mil postos de trabalho na região nos próximos três anos.


Backlog (Polo Industrial de Manaus): O Governo Federal, em parceria com a Suframa, avançou expressivamente na redução do *backlog* de análise dos investimentos em P&D no Polo Industrial de Manaus. Entre o início de 2016 e 2017, o passivo reduziu cerca de 70%. O tempo médio de análise passou de seis anos para um ano.

Nova Lei de Informática: A Lei de Informática da Zona Franca de Manaus foi aperfeiçoada, uma iniciativa que aumenta a segurança jurídica para empresas desse setor no Polo Industrial de Manaus. Com a nova lei, surgem modalidades inovadoras de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. A gestão dos recursos foi simplificada e, além disso, será possível reinvestir os valores glosados, aumentando o aporte de recursos em inovação em cerca de R\$ 1,5 bilhão, ao longo de quatro anos. Trata-se da Medida Provisória nº 810, de 8 de dezembro de 2017, que tem força de lei, mas ainda carece de aprovação do Congresso Nacional.

Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial – Em 2017, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) analisou o maior volume de patentes e desenhos industriais na história do órgão e o maior volume de marcas dos últimos dez anos, considerando um período de 12 meses. Fechou o ano com mais análises realizadas do que pedidos efetuados, nas três áreas, reduzindo o *backlog*. O INPI reduziu, em 2017, 7,6% em patentes, 14,9% em marcas e 26% em DI. Nos últimos três anos, a produtividade dos exames do instituto vem subindo consistentemente e alcançou patamares recordes.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/Receita Federal do Brasil

Novo portal do empreendedor – Sítio com mais de dois milhões de acessos mensais, foi completamente reformulado para facilitar a vida dos pequenos empresários, em outubro de 2017.



A principal funcionalidade do portal é permitir o cadastro dos Microempreendedores Individuais (MEI) junto ao Governo Federal. Durante a Conferência Ministerial da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Impulsionar o Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), ocorrida em fevereiro de 2018, no México, o Portal do Empreendedor foi destacado como exemplo na redução da informalidade do setor.

Receita Federal Secretaria de Previdência/Ministério da Fazenda/Ministério do Trabalho Instituto Nacional do Seguro Social/Ministério do Desenvolvimento Social/Caixa

eSocial – Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, que unifica a prestação das informações das empresas. Desde 8 de janeiro de 2018 está sendo implantado em fases, com entradas bimestrais de informações. Até julho de 2018 todas as empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões passarão a prestar informações ao eSocial. A partir de agosto de 2018, o Sistema estará aberto para as demais empresas, também de maneira faseada, com conclusão em dezembro de 2018.

Ministério da Fazenda e Banco do Brasil

Lucro do Banco do Brasil – A empresa teve lucro líquido de R\$ 11,1 bilhões em 2017. Esse montante significa um incremento de 54,2% em relação a 2016. Com o resultado, as ações do Banco tiveram valorização de 147,6%, com o pico de R\$ 43,71 a ação, alcançado em 9 de março de 2018. Graças à sua recuperação, o BB fez investimentos sociais da ordem de R\$ 584,1 milhões nos últimos 21 meses.

Ministério da Fazenda e Caixa Econômica Federal

Lucro da Caixa Econômica Federal – A instituição registrou, em 2017, lucro de R\$12,5 bilhões, o maior dos seus 157 anos de história. É resultado de medidas de gestão, com destaque para a melhoria do Índice de Eficiência, o aprimoramento do modelo de governança, dos mecanismos de controle e de gerenciamento de riscos, o fortalecimento da sua estrutura de capital com atendimento aos níveis prudenciais estabelecidos pelo Banco Central, a redução da inadimplência – cujo índice foi o menor de todo o mercado financeiro – e a aprovação do novo estatuto da empresa em 19 de janeiro de 2018, totalmente adequado à Lei das Estatais.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Balança comercial brasileira – Em 2017, as exportações brasileiras somaram US\$ 217,739 bilhões, valor 17,5% superior ao resultado de 2016 – US\$ 185,235 bilhões. O saldo comercial chegou a US\$ 67 bilhões – recorde histórico do superávit comercial. As exportações cresceram 17,5% no ano, após cinco anos consecutivos de queda. Resultado das ações de governo, do esforço da indústria e também do agronegócio. Por sua vez, as importações aumentaram em quase 10% no ano, chegando a US\$ 150,0749 bilhões. Esse movimento de alta das compras externas não ocorria há três anos. O crescimento das importações sinaliza o reaquecimento da atividade econômica brasileira e está em linha com outros indicadores, que apontam também para a retomada da atividade industrial. Em 2018, até a segunda semana de abril, as exportações totalizavam US\$ 64,173 bilhões e as importações, US\$ 46,897 bilhões, com saldo positivo de US\$ 17,276 bilhões.

MODERNIZAÇÃO E PRODUTIVIDADE

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Plano Agro+ – Cerca de 900 ações já foram adotadas por meio do Agro+, plano para desburocratização e modernização do setor, com ganho de eficiência projetado em R\$ 1 bilhão. Entre os destaques: a redução da temperatura de -18°C para -12°C dos cortes suínos, impactando no gasto de energia elétrica; a flexibilização das regras que orientavam a produção de laticínios, ovos e mel, para viabilizar os pequenos negócios; o fim da exigência de vigilância epidemiológica para *Salmonella Enteritidis*, *Typhimurium*, *Gallinarum* e *Pullorum* das aves de um dia e ovos férteis que forem provenientes de granjas certificadas como livres para estes agentes patogênicos e vacinadas para a doença de Newcastle; e a dispensa da reinspeção de produtos importados quando o histórico do produto demonstra baixa ocorrência de não conformidades. Sobre a execução do crédito, o valor é 20,6% superior ao observado no mesmo período na safra anterior.

Ministério da Integração Nacional


Renegociação de dívidas de agricultores do Norte e do Nordeste – Na região Norte, de um total de 219.881 dívidas passíveis de renegociação, foram renegociadas, até o início de 2018, cerca de 25 mil operações. Na região Nordeste, são mais de 800 mil contratos passíveis de renegociação. Até janeiro de 2018, foram realizadas 211 mil renegociações/quitações. O prazo foi prorrogado até o final de 2018.

Ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, do Trabalho e da Educação/Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial/Câmara de Comércio Exterior/Banco Nacional do Desenvolvimento/Banco da Amazônia/Financiadora de Estudos e Projetos

Agenda Brasileira para a Indústria 4.0 – Em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), foi lançada, em março de 2018, a agenda brasileira para a Indústria 4.0, um conjunto de medidas para auxiliar o setor produtivo, em especial as pequenas e médias indústrias, em direção ao futuro da produção industrial. No total, serão ofertadas linhas de crédito que somam R\$ 9,1 bilhões pelo BNDES, Banco da Amazônia (Basa) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Além disso, está previsto o financiamento de projetos para a realização das chamadas fábricas do futuro (*testbeds*, em inglês), para os quais foram destinados R\$ 20 milhões. Por meio da Câmara de Comércio Exterior (Camex), o Governo também zerou o imposto de importação para aquisição de robôs industriais não produzidos no Brasil, o que deve gerar investimentos de US\$ 250 milhões nos próximos dois anos. Em outra frente, o Governo estabeleceu parcerias para financiamento público-privado para requalificação de trabalhadores, treinamento de professores e criação de laboratórios voltados à 4ª Revolução Industrial.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Programa Brasil Mais Produtivo – O Brasil Mais Produtivo tem o objetivo de prestar consultoria especializada, de baixo custo, para indústrias de pequeno e médio porte, visando ao aumento da produtividade. Em sua primeira etapa, concluída em dezembro de 2017, a iniciativa atendeu a três



mil empresas dos setores metalmecânico, moveleiro, vestuário e calçados, alimentos e bebidas. O investimento total é de R\$ 50 milhões. Além disso, o Programa foi ampliado com foco em eficiência energética e tecnologia.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/Receita Federal

Micro e pequenas empresas – Desde junho de 2017, 17 mil micro e pequenas empresas brasileiras exportadoras conseguem operar com mais facilidade, usando a Declaração Única de Exportação (DU-E). A DU-E reduz em até 40% o prazo médio de uma operação de exportação e em até 60% o preenchimento manual de dados. A mudança diminui erros e facilita a comprovação junto aos fiscos estaduais.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Estimativa da safra 2017/2018 – A produção da safra de grãos 2017/2018 está estimada em 226 milhões de toneladas, conforme sexto levantamento divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Deverá ser a segunda maior de todos os tempos. Safra 2016/2017: Maior safra de grãos de toda a história, com 237,7 milhões de toneladas.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento


Plano Agrícola – Médios e grandes produtores rurais tomaram, até março, R\$ 92,1 bilhões em empréstimos por meio do crédito oficial na atual temporada 2017/2018. Isso representa um aumento de 12,4% em relação ao que foi contratado em igual período da safra anterior. O valor é liderado pelos

financiamentos para comercialização e para investimentos, cuja expansão foi, respectivamente, de 32,7% e de 25,3%.

Vacinação contra aftosa – Um total de 192,1 milhões de cabeças de bovinos e bubalinos foram vacinadas durante o período oficial da vacinação de 2017, com uma cobertura vacinal de 98% nas 26 UFs onde a vacinação é obrigatória. Em maio, durante a reunião anual da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em Paris, a entidade deverá anunciar o Brasil como país livre da febre aftosa com vacinação. A certificação oficial pela OIE de que todo o território nacional é livre da doença com vacinação, deve contribuir para ampliar e abrir novos mercados internacionais às carnes brasileiras.

Minas e Energia/Petrobras

Recuperação da Petrobras – Em 2017, a Petrobras registrou prejuízo de R\$ 446 milhões e, no mesmo período do ano passado, a empresa havia sofrido um prejuízo de quase R\$ 15 bilhões. Em dezembro de 2017, a empresa atingiu o recorde de produção mensal de óleo e gás na camada pré-sal de 1,69 milhões de barris de óleo equivalente por dia. As medidas tomadas pelo Governo Federal para a recuperação da Petrobras já mostram resultados importantes também no cenário internacional. Em fevereiro de 2017, a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) mudou a classificação de risco da dívida corporativa da companhia de B+ para BB- e a perspectiva de negativa para estável. No relatório sobre a Petrobras, a S&P afirmou que a melhora no nível de risco da estatal reflete a evolução da sua liquidez e uma robusta posição de caixa que confere maior capacidade para lidar com possíveis contingências, ou seja, diminuiu os riscos de a companhia não honrar seus compromissos. A recuperação do relacionamento com bancos domésticos e internacionais e da capacidade da Petrobras em acessar o mercado de capitais também foi ressaltada pela agência, que considerou como positivas as operações de gestão



da dívida. Também foram destacados o avanço do Programa de Desinvestimentos e as perspectivas para o atingimento da meta estabelecida para 2017 e 2018. A Standard & Poor's também ressaltou o foco em lucratividade pela administração da companhia, a estrutura de capital mais equilibrada e o compromisso com a desalavancagem, assim como a consistência da nova política de preços, que permite maior visibilidade para a geração de caixa da Petrobras.

Ministério da Integração Nacional

Crédito para desenvolvimento regional - O volume de recursos contratados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento no Centro-Oeste (FCO), no Nordeste (FNE) e no Norte (FNO) do País cresceu. Em 2017, as três regiões contrataram mais de R\$ 26,5 bilhões de crédito por meio dos Fundos. Em 2018, o Governo Federal está destinando R\$ 43 bilhões para as três regiões. Os recursos atendem desde o agricultor familiar até às grandes indústrias, com o objetivo de aquecer a economia e estimular o desenvolvimento regional.

PROMOÇÃO DO TURISMO

Ministério do Turismo

Brasil + Turismo (ampliação do turismo no Brasil) - Lançado em abril de 2017, o Projeto visa fortalecer o setor no País. Foram elencadas dez medidas para destravar o setor e consolidar o turismo como atividade econômica capaz de gerar emprego, renda e movimentar a economia. O plano tem, entre suas metas, a de ampliar de 6,6 milhões para 12 milhões em 2022 a entrada de turistas estrangeiros no País e, em consequência, elevar a receita cambial do turismo de US\$ 6 bilhões para US\$ 19 bilhões.

Ministério do Turismo/Ministério da Educação

Brasil + Turismo (qualificação profissional) – Intensificação dos programas e parcerias para qualificação profissional de jovens e adultos para melhor atendimento aos turistas.

Programa Brasil Braços Aberto: Plataforma *online* de ensino a distância, já qualificou mais de 2,73 mil alunos em 2017.

Mediotec Turismo: 10,2 mil vagas em cursos presenciais e a distância para jovens que queiram entrar no mercado de trabalho do turismo.

Pronatec Turismo Voluntário: 207.375 vagas para 24 cursos destinados a pessoas maiores de 15 anos, residentes em qualquer unidade da Federação e no DF.

Programa de Qualificação Internacional: 104 alunos de hotelaria e hospitalidade enviados ao Reino Unido para estudar em instituições renomadas de ensino.

Ministério do Turismo

Apoio a projetos de infraestrutura turística – O Ministério do Turismo desembolsou R\$ 578 milhões em 2017 para melhorar a infraestrutura turística do País. Ao todo foram 1.099 obras entregues em 24 Estados, como a pavimentação de vias em destinos turísticos, sinalização turística, reforma de praças, construção e reforma de centros de convenções, construção de centro de eventos e Centros de Atendimento ao Turista (CAT), entre outros.

Ministério do Turismo/Ministério da Educação

Brasil + Turismo (atualização do Mapa do Turismo Brasileiro) – O Mapa do Turismo Brasileiro, que norteia a definição de políticas públicas para o setor e o direcionamento de verbas federais, foi atualizado pelo MTur em setembro de 2017: agora são 3.285 Municípios em 328 regiões turísticas – crescimento de 51% frente a 2016. Depois, em fevereiro, o MTur atualizou a categorização (classificação de “A” a “E”) desses Municípios que declararam adotar o turismo como estratégia de desenvolvimento. Essa classificação serve como ferramenta de gestão e acompanhamento do desempenho da economia do turismo local. A atualização do Mapa do Turismo Brasileiro é feita a cada dois anos, para que os Municípios se organizem e para que os recursos federais sejam direcionados às regiões realmente vocacionadas ao Turismo.

Ministérios do Turismo e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Brasil + Turismo (melhor aproveitamento de áreas da União) – O Ministério do Turismo e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, assinaram portaria conjunta que permite a cessão, ao MTur, de áreas com alto potencial turístico, para fins de gestão, regularização e concessão. Pela parceria, o Ministério identificará áreas da União, como orlas marítimas e margens de rios federais com potencial turístico. O Ministério do Turismo e SPU estão elaborando a instrução normativa com procedimentos para efetivar a entrega das áreas e trabalhando em uma proposta para criar mecanismos para agilizar os processos de regularização da situação fundiária das áreas com potencial para o desenvolvimento do turismo.

Ministérios do Turismo e dos Transportes, Portos e Aviação Civil


Brasil + Turismo (nova regra para voos de férias) – Teve início, no final de março, a nova regra para voos *charters*, os chamados voos de férias, que deixaram de necessitar da autorização prévia da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). O MTur estima que a normatização resultará na entrada de dez milhões de brasileiros no mercado de viagens, além de contribuir com a melhoria da infraestrutura dos aeroportos de pequeno porte que deverão passar a contar com aparelhos de raio-x e bagagens para aumentar a segurança do voo e dos passageiros, o que poderá despertar o interesse das empresas em começarem a operar voos regulares.

Ministério do Turismo

Brasil + Turismo (fortalecimento dos órgãos estaduais de turismo) – Repasse de R\$ 5,4 milhões para os órgãos estaduais de turismo, objetivando a estruturação das regiões turísticas do Mapa Brasileiro do Turismo. Os recursos serão destinados para elaboração de projetos executivos, planos de desenvolvimento integrado do Turismo Sustentável e de Marketing, entre outros. O MTur divulgou resultado da chamada pública em setembro de 2017: nove estados brasileiros foram contemplados e receberão R\$ 250 mil por projeto, em um total de 13 projetos selecionados.

Ministério do Turismo e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Brasil + Turismo (parques temáticos) – Para atrair grupos de investidores estrangeiros para parques temáticos e tornar sustentáveis os já existentes no País, o Brasil + Turismo adotou medidas para adequar



o conceito de parques temáticos na Lei Geral do Turismo e nos decretos e portarias relacionados. Equipamentos similares na indústria nacional, destinados a parques temáticos, poderão ser adquiridos no exterior sem pagamento do imposto de importação até o dia 6 de outubro de 2018. A medida consta de Resolução nº 4 da Câmara de Comércio Exterior (Camex), publicada no Diário Oficial da União, no dia 6 de fevereiro. A resolução enumera sete itens a serem beneficiados com a redução temporária do imposto de importação de até 20% para zero. A iniciativa deverá resultar em investimento de R\$ 42,5 milhões.

Ministério do Turismo

Brasil + Turismo (reforço para a formalização do setor) – O MTur tem se dedicado, desde setembro de 2017, a um intenso trabalho de sensibilização e fiscalização dos empreendimentos turísticos em todo o Brasil, após a criação de um corpo de fiscais da própria pasta, demanda histórica do setor. A operação pioneira “Verão Legal” cobriu as 27 capitais do País (encerra em abril de 2018), que receberam equipes de fiscalização para sensibilizar os prestadores de serviços sobre a importância da formalização do setor. Além das medidas educativas pela regularização dos empreendimentos, os fiscais também divulgaram as vantagens do cadastramento para as empresas.

Modernização do Cadastur: Promoveu a simplificação do processo de cadastramento, que passa a ser integralmente eletrônico (www.cadastur3.turismo.gov.br). O novo Cadastur está 100% implantado e em vigor em todo o País.

Marketing Nacional – Ao longo de 2017 foram lançadas quatro grandes campanhas promocionais regionais para estimular o brasileiro a viajar pelo Brasil: ‘O verão chegou. E espera por você no

Nordeste’, “Descubra uma nova Amazônia”, “Sul. Não dá para contar, tem que conhecer” e “Rio de Janeiro: vem que é muuuito maneiro”. Foram realizados investimentos também no projeto Descubra o Brasil e “Se Joga”.

Fundo Geral de Turismo (Fungetur) – O Fundo foi reformulado com foco no atendimento a micro e pequenas empresas na compra de bens ou para construção e reforma de empreendimentos turísticos. Com a mudança promovida em 2017, a operacionalização da linha de crédito – que antes era feita apenas pela Caixa Econômica Federal – foi ampliada para outras sete instituições financeiras com oferta total de crédito no valor de R\$ 66,7 milhões. Atualmente, o fundo registra R\$ 11 bilhões em operações contratadas e aprovadas.

Brasil + Turismo (Prodetur + Turismo) – No início de abril, o MTur lançou o Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo – Prodetur + Turismo, um novo programa para ampliar a oferta de recursos para a realização de projetos para o desenvolvimento do turismo no País. Um total de R\$ 5 bilhões em recursos vão apoiar Estados e Municípios no acesso a linhas de financiamento com prazos e juros diferenciados de instituições parcerias, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O pré-requisito para acessar os recursos é fazer parte do Mapa do Turismo Brasileiro. Os projetos e ações aptos a serem beneficiados pelo Prodetur + Turismo serão identificados com o Selo+Turismo, indicativo de alinhamento da proposta com a Política Nacional de Turismo, com o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 e com as diretrizes do Programa.

Turismo no Programa Agora, é Avançar – No Programa, 23 obras de infraestrutura turística receberam prioridade de investimentos e serão aceleradas para gerar emprego, renda e movimentar a economia



e o turismo dos destinos onde serão implantadas. Para esses projetos, foram garantidos R\$ 682,5 milhões. As obras estão em andamento.

Turismo sustentável e infância – No âmbito do Programa, que trabalha a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, foram realizadas três ações no estilo “câmara escondida” para o período do carnaval de 2017, com o objetivo de alertarem turistas e setor produtivo sobre possíveis situações de exploração, além de estimularem a realização de denúncias pelo “DISQUE 100”. O conteúdo foi utilizado nas redes sociais, portal do MTur e divulgado nas TVs de bordo das principais companhias aéreas brasileiras. Também foi produzido material impresso, divulgado em suas revistas de bordo.

Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Desenvolvimento dos Parques Nacionais – O Brasil é apontado como o número um do mundo em recursos naturais, mas as unidades de conservação do País receberam pouco mais de 10,7 milhões de visitantes em 2017, enquanto os Estados Unidos da América (EUA) recebem mais de 300 milhões de visitantes ao ano.

Status: MMA e ICMBio divulgaram recentemente o início da concessão de novos parques nacionais: Parques nacionais de Brasília e do Pau Brasil, em Porto Seguro, na Bahia.

Caixa Econômica Federal/Banco do Brasil/Banco do Nordeste/Banco da Amazônia/Banco Nacional do Desenvolvimento

Governo investe R\$ 2,5 bi em empresas de turismo - De janeiro a setembro de 2017 a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e o BNDES emprestaram cerca de R\$ 2,5 bilhões para as empresas do setor de turismo. As linhas de crédito destinam-se a construção e reformas de hotéis, bares, restaurantes, agências de viagens, parques temáticos e outras atividades relacionadas.

REEQUILÍBRIO FISCAL

Ministério da Fazenda/Receita Federal

Novo Programa de Regularização Tributária - O Programa de Regularização Tributária (Medida Provisória nº 766/2017) permite que quaisquer dívidas com a Receita Federal, vencidas até 30 de novembro de 2016, de pessoas físicas ou jurídicas, sejam renegociadas em condições especiais. O prazo para adesão ao PRT é até 31 de maio.

Previsão de cronograma:

- Consolidação: setembro de 2018;

- Exclusão/encerramento: dezembro de 2018;
- Validação dos créditos – fevereiro de 2019; e
- Revisão da consolidação – maio de 2019.

Ministério de Minas e Energia

Modernização da Eletrobras – Em agosto de 2017, o Ministério de Minas e Energia comunicou a proposta de redução da participação da União no capital da Eletrobrás, com sua consequente democratização na Bolsa de Valores. A medida trará maior competitividade e agilidade à empresa para gerir suas operações, sem as amarras impostas às estatais. Esse movimento permitirá à Eletrobrás implementar os requisitos de governança corporativa exigidos no novo mercado, equiparando todos os acionistas – públicos e privados – com total transparência em sua gestão. Em janeiro de 2018, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9.463, que propõe a modernização da Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.).

Ministério da Fazenda

Repatriação de capital – A aprovação da repatriação de capital permitiu a regularização de recursos mantidos no exterior, pagando tributo e multa. Em 2017, houve nova abertura de prazo para a repatriação de recursos por meio da Lei nº 13.428, de 30 de março de 2017.

Renegociação da dívida dos Estados – O Projeto de Lei Complementar nº 343/2017 foi aprovado na Câmara dos Deputados em abril e convertido na Lei Complementar nº 159 em maio de 2017. Até o momento, o Rio de Janeiro foi o único Estado que aderiu ao RRF. O Estado do Rio Grande do Sul negocia sua entrada no regime.

Teto dos gastos públicos – Medida essencial para o ajuste das contas públicas no País, a Emenda Constitucional nº 95 foi promulgada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2016 e instituiu o Novo Regime Fiscal. A medida limitou o crescimento das despesas do Governo para os próximos 20 exercícios financeiros. A partir de 2017, as despesas primárias da União estão restritas ao que foi gasto no ano anterior, corrigidas pela inflação. A partir do 10º ano de vigência do Novo Regime Fiscal, projeto de lei complementar de autoria do Presidente da República poderá propor novo método de correção do limite da despesa a cada mandato presidencial.

Ministério da Fazenda/Receita Federal

Aprovação da Desvinculação de Receitas da União – Promulgada pelo Congresso Nacional em setembro de 2016, a Emenda Constitucional nº 93 desvincula 30% das Receitas da União até dezembro de 2023. A Desvinculação de Receitas da União (DRU) possibilita ao Governo Federal maior flexibilidade para aplicar os recursos públicos em despesas e investimentos considerados prioritários para o País, sem prejudicar o financiamento da Seguridade Social.

INOVAÇÃO

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

StartOut – Em uma parceria com o setor privado, o MDIC promove a inserção internacional de *startups* brasileiras, por meio de uma agenda desenvolvida com parceiros argentinos, franceses, americanos, alemães e israelenses. O foco é a capacitação de *startups* brasileiras e a conexão dessas empresas nascentes com clientes, parceiros e investidores estrangeiros. A primeira missão foi realizada em Paris, em dezembro de 2017. Para 2018, estão previstas ações em Berlim, Miami e Lisboa. O *StartOut* Brasil é coordenado pelo MDIC, em parceria com o MRE, a Apex-Brasil, o Sebrae e a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). A meta é levar 240 empresas para o exterior até 2021.

MDIC/MCTIC/Apex-Brasil/MRE/BNDES/CNPq/FINEP

Sala de Inovação – Criada em dezembro de 2017, a Sala de Inovação é uma iniciativa do Governo Federal para coordenar as ações de atração de centros e projetos de PD&I de grandes empresas multinacionais para o Brasil. Com essa iniciativa, o Brasil quer atrair pelo menos 30 grandes centros de PD&I até 2022.

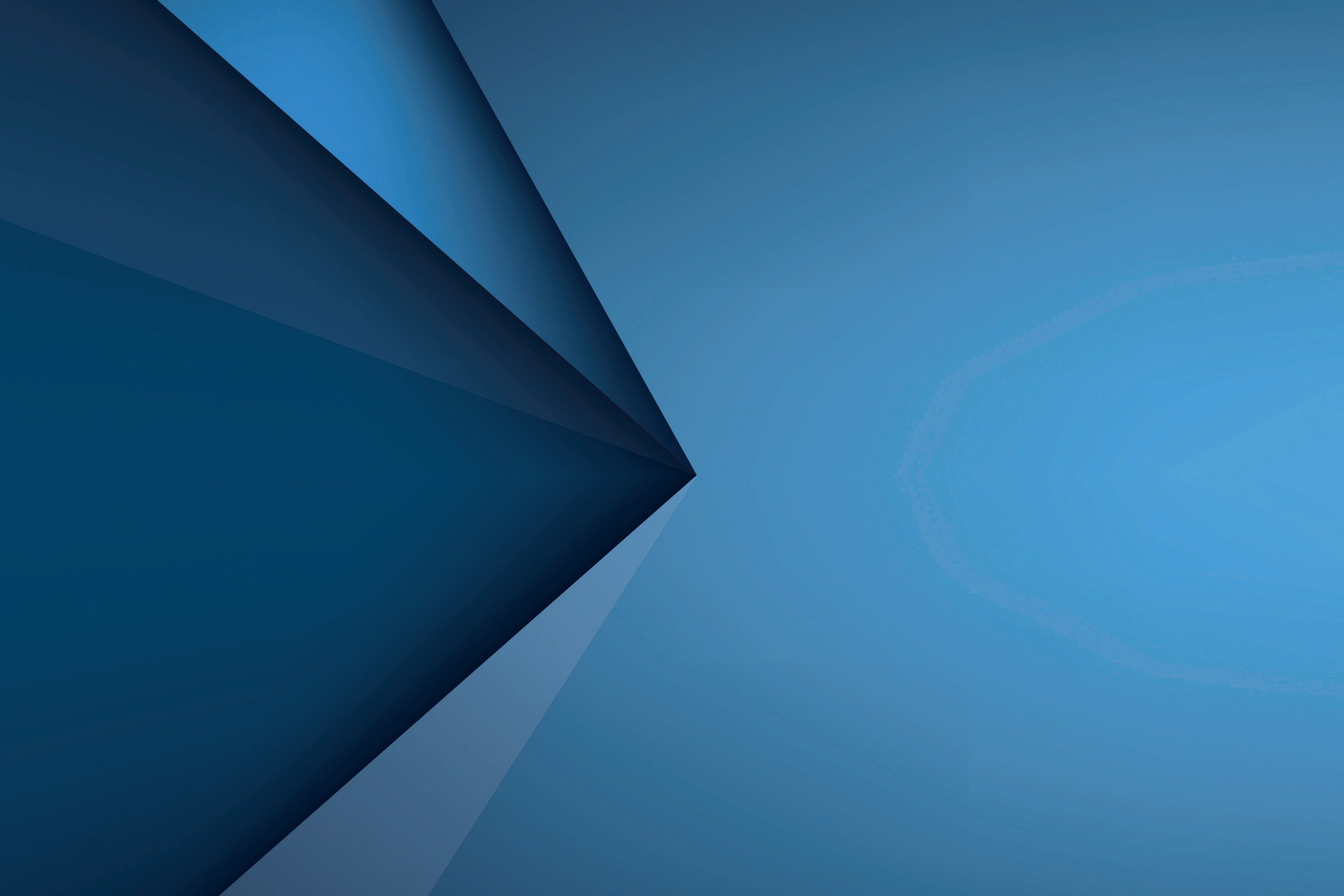
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Programa InovAtiva – Oferece capacitação *online*, mentorias de alto nível e conexão com o mercado para *startups* de todo o País, sem nenhum custo para os participantes. Em 2017, foram realizadas

duas edições do Programa, com mais de 2,7 mil projetos submetidos, 555 *startups* selecionadas para capacitação e mentorias individuais e 250 delas se apresentaram para uma banca de investidores, clientes e parceiros. No primeiro trimestre de 2018, o Programa recebeu 1.240 inscrições, das quais até 300 foram selecionadas em março para o ciclo de aceleração de 2018. Ainda em 2017, o Programa, corealizado em parceria com o Sebrae desde 2016, foi escolhido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) como exemplo mundial de inovação no setor público.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Programa Nacional Conexão *Startup* Indústria – Em 2017, o Programa cadastrou 394 empresas de todo o País – 49 indústrias, 325 *startups* e 20 instituições de apoio ao desenvolvimento de negócios. Com o avançar do projeto, levando em conta os critérios do edital, foram realizadas conexões (*matches*) envolvendo dez indústrias, 27 *startups* e cinco instituições de apoio. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) prevê investimentos de R\$ 50 milhões, em três anos, para a promoção do ambiente de negócios em inovação.



EIXO INFRAESTRUTURA

O setor de infraestrutura deu um grande salto com a criação de novos marcos regulatórios, que modernizaram a legislação, reduziram a burocracia e atraíram novos investimentos. O Programa “Agora, é Avançar” adotou o modelo de parcerias, resultando em desenvolvimento e novos investimentos para o País. Os aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza foram arrematados pelo valor total de R\$ 3,72 bilhões no leilão realizado em março de 2017.

AEROPORTOS

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Aeroporto de São Luís (MA) – Nova sala de embarque do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado. Ampliação do terminal de passageiros, com investimento de R\$ 17 milhões, para embarques remotos. Entregue em março de 2017.

Inauguração do Aeroporto de Jericoacoara (CE) – O empreendimento é resultado das parcerias entre os governos Federal, Estadual e Municipal. O governo do Estado investiu na infraestrutura, na pista, no terminal e nos acessos. A União investiu R\$ 13,9 milhões, sendo R\$ 12,3 milhões em equipamentos e R\$ 1,6 milhões em um carro de combate a incêndio. O terminal passou a receber voos regulares após a certificação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), em julho de 2017.

Investimentos em aeroportos regionais – Foram assinados 42 instrumentos de repasse para investimentos em aeroportos regionais em todo o Brasil. No total, são quatro programas com foco em equipamentos que beneficiam mais de 50 aeroportos regionais. O valor total de investimentos em andamento supera R\$ 800 milhões, do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Entrega da ampliação do novo terminal de passageiros do Aeroporto do Galeão (RJ) – Inaugurada em maio de 2016, a nova área tem 100 mil m² e conta com 26 pontes de embarque, além de uma nova alameda que ofertará serviços de alimentação e entretenimento para os clientes do aeroporto.

Outras melhorias:

- Instalação de seis pórticos de raio-x;
- Quatorze elevadores;
- Dezesseis escadas rolantes;
- Implantação de aplicativo com geolocalização;
- Acessos automatizados à área de embarque; e
- Controle do passaporte.

Inauguração do Terminal 2 do Aeroporto de Confins (MG) – Inauguração, em dezembro de 2016, da obra do Terminal 2. Os investimentos possibilitam a duplicação da capacidade do aeroporto (de 11 milhões de passageiros/ano para 22 milhões de passageiros/ano, capaz de atender a demanda até 2023).

Em números:

- Área: 49 mil m² de área (em três pavimentos);
- Novos equipamentos: 17 pontes de embarque, seis esteiras e nove escadas;

- Estacionamento: 1.800 novas vagas;
- Data de início das obras: outubro de 2015;
- Valor investido: R\$ 750 milhões; e
- Empregos diretos: 1.300 no pico da obra.

Leilão dos aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza – Os quatro aeroportos foram arrematados pelo valor total de R\$ 3,72 bilhões, com ágio de 23% em relação aos R\$ 3,01 bilhões estabelecidos pelo Governo e de 93,75% em relação à oferta mínima prevista (R\$ 754 milhões). Em março de 2017.

Inauguração da reforma e ampliação do aeroporto de Vitória (ES) – A inauguração das obras de reforma e ampliação do Aeroporto Eurico de Aguiar Salles, em Vitória, foi realizada pelo Governo Federal em 29 de março de 2018. As obras, retomadas em junho de 2015, receberam um investimento total de R\$ 523,5 milhões. O novo aeroporto elevará a capacidade de transportar passageiros/ano, de 3,3 milhões para 8,4 milhões.

Aeroporto de Juazeiro do Norte (CE) – Assinada, em fevereiro de 2018, ordem de serviço para as obras de reforço do pátio de aeronaves do aeroporto. A obra conta com R\$ 2,6 milhões do Governo Federal e faz parte do Programa “Agora, é Avançar”. O prazo de conclusão do serviço é de sete meses.

FUNDO MARINHA MERCANTE

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Aprovação do Conselho do Fundo Marinha Mercante para novos investimentos – No total, a 36ª Reunião Ordinária do Conselho aprovou, em dezembro de 2017, o investimento de R\$ 6,7 bilhões, divididos em:

- R\$ 3,6 bilhões destinados a embarcações de carga;
- R\$ 2,4 bilhões para estaleiros;
- R\$ 509,1 milhões para apoio marítimo;
- R\$ 56,7 milhões para transporte de passageiros;
- R\$ 44,5 milhões para conversão de embarcações;
- R\$ 20,2 milhões para apoio portuário; e
- R\$ 10,6 milhões para reparo de embarcações.

HIDROVIAS

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Dragagem do rio Madeira – Numa primeira etapa, o leito do rio será aprofundado em sete pontos críticos. Está prevista a retirada de mais de 100 mil m² de sedimentos. Nos próximos cinco anos, serão investidos R\$ 68,7 milhões para garantir o calado mínimo de 3,5 metros necessário para a navegação das barcas que escoam milho e soja do oeste de Mato Grosso para os portos do Arco Norte e, também, para a movimentação de combustível e carga geral entre Porto Velho e Manaus. Início da obra em agosto de 2017.

Início do Derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava – O Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes (DNIT) iniciou as escavações em Nova Avanhandava, no rio Tietê. A intervenção faz parte do derrocamento do pedral localizado em Buritama, São Paulo. Serão retirados mais de 700 mil m³ de rocha, ao longo de um trecho de 10 km de rio. A obra foi avaliada em R\$ 181,5 milhões. O Departamento Hidroviário do Governo do Estado de SP executa a obra por meio de termo de compromisso com o Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes (DNIT), de 20 de setembro de 2017.

PORTOS

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Novo Marco Regulatório de Portos – Decreto Presidencial assinado em maio de 2017 trouxe mudanças para a regularização portuária do Brasil. Entre as principais mudanças estão a ampliação dos prazos


contratuais e liberdade para a realização de prorrogações de contratos, simplificação de processos de autorizações e ampliações de terminais de uso privado. A expectativa do Governo é que o tempo para autorização de novos terminais caia de três anos para 180 dias.

Prorrogações antecipadas Nitport e Nitshore (porto de Niterói-RJ) – Os terminais portuários Nitport e Nitshore tiveram seus contratos de prorrogação antecipada assinados em novembro de 2017. O prazo de prorrogação de cada contrato será de 12 anos e os investimentos somados serão de R\$ 63,8 milhões. A obra é do Programa Avançar Parcerias.

Prorrogação antecipada – terminal Santa Catarina (TESC) – São Francisco do Sul (SC) – O contrato foi prorrogado até maio de 2046. A previsão de investimentos é de R\$ 141,2 milhões nos quatro primeiros anos. Os recursos vão para a construção de três silos, com capacidade estática de 63 mil toneladas; expansão de área em 8.150 m²; instalações; automação; e um desvio ferroviário, com capacidade de apoio para até 80 vagões. Os investimentos vão permitir um acréscimo de 1,5 milhão de toneladas em movimentação de grãos sólidos por ano, a partir de 2023, contribuindo para o desenvolvimento do agronegócio regional. Em julho de 2017; a obra é do Programa Avançar Parcerias.

Prorrogação antecipada – Tequimar (porto do Itaqui-MA) – Concessão prorrogada por mais 25 anos; unifica os contratos de arrendamento e possibilita o investimento de R\$ 169 milhões, até 2026. Originalmente, a prorrogação seria em 2024, mas foi antecipada. Por isso o concessionário terá que antecipar esses investimentos. Realizado em agosto de 2017, obra do Programa Avançar Parcerias.

Prorrogação antecipada – contêineres de Vila do Conde (Convicon) – porto de Vila do Conde (PA)
– Até 2033, a empresa vai investir mais de R\$ 129 milhões em ampliação, equipamentos e sistemas



no porto paraense. Com a prorrogação antecipada, serão investidos mais de R\$ 37,2 milhões, não previstos no contrato de arrendamento, a serem realizados no período de 2018 a 2019. A obra é do Programa Avançar Parcerias.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil/Secretaria-Geral da Presidência da República

Ampliação do cais público do porto Novo de Rio Grande (RS) – Obra concluída em dezembro de 2017 com investimento de R\$ 120 milhões. Inclui a construção de 1.125 metros de cais, que vai permitir o aumento da capacidade operacional do porto e a possibilidade de receber simultaneamente quatro navios. Além disso, será responsável pela instalação de equipamentos modernos para elevar a produtividade e a atração de novos investimentos privados com a possibilidade de concessão de retroárea (área adjacente ao porto), com novas modelagens de arrendamento.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Alinhamento e reforço do Berço 3 no porto de Itajaí (SC) – As obras foram concluídas em dezembro de 2017. Investimento total foi de R\$ 147 milhões na obra, o que vai permitir o aumento da movimentação portuária.


Dragagem porto de Vitória (ES) – Dragagem e derrocagem (retirada de rochas) do canal de acesso ao porto de Vitória. As novas profundidades do canal, dos berços e da bacia de manobra garantirão o acesso de navios maiores, que irão representar um aumento de 30% na movimentação de carga no porto de Vitória. Foram dragados quase 2 milhões m³ de sedimentos e derrocados mais de 110 mil m³ de pedras. Foram R\$ 118,6 milhões em investimentos no porto Capixaba, entregue em 2 de outubro de 2017.

Dragagem porto do Rio de Janeiro (RJ) – Dragagem por resultado para a ampliação ao acesso do complexo portuário do Rio de Janeiro, com aumento em 50% de sua capacidade instalada. Os navios poderão movimentar até 900 contêineres a mais, cada. Ao todo, foram investidos R\$ 237 milhões para a execução da obra.

Dragagem porto de Maceió (AL) – Esperada há 20 anos, a dragagem do porto de Maceió teve início autorizado. A empresa belga Jan de Nul venceu a licitação para as obras de aprofundamento do porto, que incluem o canal de acesso, a bacia de evolução e os berços. O prazo para execução de vigência do contrato com a empresa é de 13 meses, a partir da assinatura, sendo nove para a execução do serviço de dragagem. Investimento de R\$ 31,7 milhões, em 11 de outubro de 2017.

Leilão dos terminais portuários de Santarém (PA) – O Governo arrecadou R\$ 68,2 milhões com o leilão dos terminais portuários de Santarém (PA), realizado em 23 de março de 2017. A vencedora foi o Consórcio Porto Santarém e, a obra, do Programa Avançar Parcerias.

Leilão do Terminal do Trigo do porto do Rio de Janeiro (RJ) – O consórcio Maravilha venceu o leilão realizado em abril de 2017 pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Com um valor de outorga de R\$ 1,18 milhão, o leilão foi para arrendamento da área e infraestrutura pública para movimentação e armazenagem de grãos sólidos de origem vegetal localizadas dentro do porto organizado do Rio de Janeiro (RJ). O terminal deverá ter uma movimentação mínima de 682 mil toneladas já a partir do terceiro ano do contrato, atingindo 918 mil toneladas no 25º ano. O valor do contrato alcança R\$ 515,797 milhões e o prazo do arrendamento é de 25 anos, prorrogável por igual período. O contrato foi assinado em setembro de 2017 e a obra é do Programa Avançar Parcerias.



Leilão do terminal de passageiros do porto de Salvador (BA) – Em julho de 2017 foi assinado contrato com o Consórcio Novo Terminal Marítimo de Salvador (Contermas), vencedor do leilão para o terminal de passageiros do porto de Salvador (BA). Trata-se de prédio de 10,9 mil m², com três pavimentos e áreas para embarque, desembarque, despacho e recebimento de bagagens, controle de migração, operações alfandegárias, *check-in*, restaurantes e lojas. O valor da outorga para a operação de instalação é de R\$ 8,5 milhões e a obra é do Programa Avançar Parcerias.

Renovação antecipada dos contratos de arrendamento – terminal de contêineres (Tecon Salvador-BA) e do Terminal de Fertilizantes Fospar, no porto de Paranaguá (PR) – A renovação antecipada por mais 25 anos desses contratos viabiliza a injeção de investimentos nesses dois terminais já a curto prazo. A renovação oferece maior segurança jurídica para a operação das arrendatárias e garantia de benefícios para os terminais a longo prazo. No Tecon Salvador, serão investidos R\$ 715 milhões pela Empresa Wilson Sons, com previsão de geração de 500 empregos diretos e ampliação em 75% da capacidade do terminal, além de permitir a atracação de navios maiores. Já o Terminal de Fertilizantes da Fospar S/A contará com investimentos de R\$ 134,5 milhões e geração de 428 empregos diretos. A capacidade do terminal será ampliada, possibilitando a atracação simultânea de navios, com ganhos operacionais relevantes. A obra é do Programa Avançar Parcerias.

Inauguração da obra de reforço do cais 12 a 23 do porto de Santos (SP) – Como parte das comemorações dos 126 anos do porto de Santos, no dia 2 de fevereiro de 2018, o Governo Federal fez a entrega da obra de recuperação e reforço estrutural do cais localizado entre os armazéns 12-A e 23, que conta com uma extensão de 1,7 mil metros. A obra faz parte do Programa “Agora, é Avançar” e teve investimento de R\$ 229 milhões.

Assinatura da ordem de serviço da dragagem do porto de Maceió (AL) – Esperada há 20 anos, a obra de dragagem do porto de Maceió foi autorizada no dia 5 de março de 2018, com a assinatura de ordem de serviço para a execução das obras. A empresa belga Jan de Nul, vencedora da licitação com valor de R\$ 35 milhões, será a responsável pelo aprofundamento do canal de acesso, da bacia de evolução e dos berços.

RODOVIAS

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Obras Públicas (DNIT) – Conclusão em 2017 de 382 km pavimentados/duplicados e 87% de malha coberta por manutenção.

BR-101/RN obras complementares entre Natal e Parnamirim – Construção de viadutos de Neópolis, Emaús, Cohabinal e Passagem Inferior de Pium: o tráfego foi liberado nesses viadutos. O valor total de investimento foi de R\$ 166,1 milhões e a previsão é de que as demais obras sejam entregues até setembro de 2018.

BR-101/PE duplicação Palmares – Divisa PE/AL – Mais um trecho duplicado da BR-101, com a liberação do tráfego entre as capitais de Alagoas e Pernambuco em março de 2018. Investimento de aproximadamente R\$ 55 milhões para as obras de duplicação da pista, e restauração da pista já existente.

BR-101/AL duplicação do Contorno de Messias – Inauguração de pista que faz parte do Lote 3 da BR-101, com liberação do tráfego em mais 8 km. As obras incluem duplicação da pista, requalificação do pavimento e construção de dois viadutos que ligam a rodovia à BR 104. Investimento de R\$ 60 milhões no trecho que vai do Município de Messias até o de rio Largo. Ao todo são 46 km de obras com percentual de 80% de execução. O investimento total para toda a extensão será de R\$ 300 milhões.

BR-242/BA construção Luís Eduardo Magalhães – Divisa BA/TO – Liberação, em julho de 2017, do tráfego da BR-242 em Luís Eduardo Magalhães, na Bahia. A obra faz parte de um corredor de ligação entre o oeste baiano e a região Sudeste do Estado de Tocantins. Foram investidos R\$ 63,7 milhões no empreendimento, que vai beneficiar mais de 450 mil pessoas. São 49 km de extensão, que vão do Município de Luís Eduardo Magalhães até a divisa com o Estado de Tocantins.

BR-163/PR duplicação Cascavel – Santa Tereza do Oeste (PR) – Liberação de mais um trecho de pista duplicada da BR-163, entre o Município de Cascavel e o distrito de Santa Maria em outubro de 2017. Mais de dez mil veículos passam pela rodovia diariamente. A duplicação tem 74,9 km de extensão entre Cascavel e Marmelândia. O total de investimentos é de R\$ 666 milhões.


BR-101/RJ mergulhão da Ponte Rio-Niterói (RJ) – Passagem subterrânea construída para reduzir o fluxo de veículos na região e melhorar a trafegabilidade, especialmente para os usuários que cruzam a cidade no sentido da Ponte Rio-Niterói e BR-101, que leva a São Gonçalo. É pedra fundamental da construção de 23 km da terceira pista da BR-101, sentido Norte: o Trevo da Manilha, em Itaboraí. O trecho liga Niterói à divisa do Espírito Santo e faz parte do contrato com a concessionária Autopista Fluminense, prometendo desafogar o tráfego local e o de longa distância (em 19 de agosto de 2017).

Inauguração da Ponte de Acesso a Ilhota (SC) – Inauguração, em setembro de 2016, da obra de construção de ponte rodoviária de Ilhota, que interliga a BR-470 e a SC-412, conhecida como Rodovia Jorge Lacerda, no Vale do Itajaí. A ponte proporciona a união do Município, que é dividido pelo rio Itajaí-Açu. Até a conclusão da ponte, a população local utilizava balsa para cruzar o rio em um percurso de mais de uma hora. Extensão: 2,4 km, sendo 480 m sobre o rio. Executada em parceria entre os governos Federal e Estadual.

Inauguração da ponte sobre o rio Paraná, em Três Lagoas (Divisa MS/SP) – Inauguração, em outubro de 2016, da obra de construção de ponte rodoviária entre os Municípios de Três Lagoas (MS) e Castilho (SP), na BR-262/MS. Trata-se de uma das principais ligações do Mato Grosso do Sul e da região Centro-Oeste com o Estado de São Paulo, contribuindo para a circulação de mercadorias e serviços. Antes, o fluxo de veículos ocorria sobre a barragem da Usina Hidrelétrica de Jupiá com um grande volume de tráfego (12 mil veículos/dia). Extensão: 1,34 km (ponte). Há ainda 6,1 km de acessos (2,66 km no MS e 3,45 km em SP) e mais 1,2 km de vias laterais.

Inauguração das obras de revitalização da Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR) – Inaugurada em julho de 2016, a obra inclui tratamento/conservação da estrutura de concreto, reparos no pavimento, adequação dos gradis metálicos internos e externos (conforme demanda da Polícia Federal para atender às necessidades operacionais de controle da fronteira); e execução de cobertura das passarelas e pintura. A ponte liga a cidade de Foz do Iguaçu a *Ciudad del Este*, no Paraguai, com tráfego diário de 15 mil pedestres e 40 mil veículos.

Inauguração das obras de construção e pavimentação da BR 235 entre Gilbués e Santa Filomena (PI) – Concluída em dezembro de 2016, em convênio com o governo do Piauí. A obra estava paralisada



desde abril de 15 por falta de recursos e foi retomada em julho de 16. População diretamente beneficiada: 150 mil pessoas no sudeste do Estado. Consolida o corredor de escoamento da produção agrícola na principal região produtora de grãos do cerrado piauiense, que integra o MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), e impulsionará a integração regional. Trata-se de obra aguardada há décadas pela população local. Extensão: 130 km.

BR 230/PB, trecho Campina Grande-Farinha - Em fevereiro de 2018, foi assinada ordem de serviço para duplicação da BR 230/PB, trecho Campina Grande-Farinha. Trata-se de um trecho de 31,6 km entre Campina Grande e a Praça do Meio do Mundo (comunidade de Farinha), no Município de Pocinhos.

BR 135/MA, trecho Estiva-Bacabeira - Inauguração, em janeiro de 2018, da BR-135/MA, entre a localidade de Estiva e o Município de Bacabeira, no Maranhão. A obra integra o Programa “Agora, é Avançar”, do Governo Federal.

BR-316/AL, trecho Carié-Canapi - Inauguração, em janeiro de 2018, das obras de pavimentação na rodovia, uma das prioridades do Programa Agora, é Avançar. O trecho inaugurado, de 12 km entre o povoado de Carié e o Município de Canapi (AL), era um dos últimos sem asfalto na BR-316.

Travessia urbana de Formoso do Araguaia, na BR-242/TO - Inauguração das obras de restauração com melhoramentos da travessia urbana de Formoso, na rodovia BR-242/TO, em março de 2018.

Lote 4 da BR 242/TO, em Taguatinga (TO) - Inauguração, em março de 2018, da pavimentação das obras de implantação e pavimentação de 54,40 km da BR-242, entre os Municípios de Paranã,

Taguatinga e Peixe. Foram investidos R\$ 63,9 milhões para serviços de drenagem, terraplenagem, revestimento, sinalização, entre outros.

Inauguração da restauração da BR-401/RR trecho Boa Vista-Bonfim - O Estado de Roraima concretizou, em março de 2018, um anseio de mais de 50 anos: as obras de restauração e melhoramento da BR-401, no trecho que vai da capital Boa Vista até o acesso ao Município de Bonfim. Foram entregues 90 km concluídos da rodovia, com um investimento federal de R\$ 157 milhões.

Inauguração da pavimentação da BR-432/RR, trecho Vila Itã-Vila União - Inauguração, em março de 2018, de 30 km das obras de implantação e pavimentação da BR-432/RR entre Vila Itã e Vila União. A obra está inserida no Programa “Agora, é Avançar” e já foram investidos R\$ 71 milhões de um total de quase R\$ 90 milhões para sua conclusão.

TRANSPORTE

Ministério das Cidades

Transporte Urbano - Concessionárias/permissionárias de transporte coletivo urbano apresentaram, em dezembro de 2017, propostas nos agentes financeiros habilitados para renovação de cerca de 2.300 ônibus com valor de financiamento com recursos do FGTS de aproximadamente R\$ 1 bilhão. O Governo Federal vai financiar a montagem de dez mil novos ônibus para renovar a frota do País, com repasse de R\$ 3 bilhões para todas as unidades da Federação. A medida faz parte do Programa de Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano (Refrota).

ENERGIA

Ministérios de Minas e Energia, Fazenda/Secretaria-Geral da Presidência da República/Agência Nacional do Petróleo

Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural – O leilão ocorreu em setembro de 2017, com a 14ª rodada em regime de concessão. Foram ofertados 287 blocos exploratórios, tendo sido arrematados 37 blocos, com a arrecadação de R\$ 3,84 bilhões em bônus de assinatura, e investimento mínimo previsto de R\$ 845 milhões.

Licitações de blocos petróleo e gás natural do pré-sal sob o regime de partilha – Os leilões ocorreram em outubro de 2017, com a segunda e a terceira rodadas em regime de partilha de produção do pré-sal. Na segunda rodada, foram ofertadas quatro áreas, relativas aos campos de Sapinhoá, Gato do Mato, Carcará e Tartaruga Verde, resultando no arremate das três primeiras áreas. Foram arrecadados R\$ 3,3 bilhões em bônus de assinatura nesse certame. Na 3ª rodada foram ofertados os blocos exploratórios de Pau Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central, resultando no arremate das três últimas áreas com o pagamento de R\$ 2,85 bilhões a título de bônus de assinatura.

Ministério de Minas e Energia

4ª rodada de acumulações marginais – Áreas inativas com acumulações marginais abrangem locais com descobertas de petróleo e/ou gás natural onde não houve produção ou a produção foi interrompida por falta de interesse econômico. A 4ª rodada de licitações de áreas com acumulações maduras arrecadou, em maio de 2017, R\$ 7.977.983,46 em bônus de assinatura, com um ágio médio de 1991,52%, o maior já registrado em leilões de áreas de acumulações marginais. Além do bônus, estão

previstos investimentos de R\$ 9.100.000 nas áreas arrematadas. O leilão ocorreu em maio de 2017 no Rio de Janeiro. Concessão dentro do Programa Avançar Parcerias.

15ª rodada de licitações de blocos para a exploração de petróleo e gás natural sob o regime de concessão – Leilão realizado em março de 2018 possibilitou a arrecadação de mais de R\$ 8 bilhões em bônus de assinatura, recorde de arrecadação entre as rodadas no regime de concessão. Isso irá gerar investimentos de pelo menos R\$ 1,2 bilhão apenas na primeira fase dos contratos de concessão (fase de exploração). Foram arrematados 22 blocos marítimos, que representam 16.400,30 km², dos 47 ofertados, com ágio de 621,91%. Os blocos marítimos arrematados estão distribuídos em sete setores nas bacias sedimentares oferecidas (Santos, Potiguar, Campos, Ceará e Sergipe-Alagoas).

Leilão de 35 lotes de linhas de transmissão de energia elétrica – A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) leiloou, em abril de 2017, concessões para construção, operação e manutenção de 7.068 km de linhas de transmissão. O leilão propiciará R\$ 12,7 bilhões de investimentos em 19 Estados. Dos 35 lotes ofertados, 31 foram arrematados. O leilão apresentou deságio médio de 36,47% ao preço inicial ofertado. Isso significa que a receita dos empreendedores para a exploração dos investimentos ficará menor que o previsto inicialmente, contribuindo para modicidade tarifária. O resultado do certame representa uma economia, em 30 anos, de R\$ 24,2 bilhões para os consumidores. Concessão dentro do Programa Avançar Parcerias.

2º leilão de transmissão de 2017 – O segundo leilão de transmissão de 2017, realizado pela Aneel em dezembro, proporcionará R\$ 8,75 bilhões de investimento para construção, operação e manutenção de 4.919 km de linhas de transmissão e de subestações com capacidade de transformação de 10.416 mega-volt-amperes (MVA). Todos os 11 lotes ofertados foram arrematados. Concessão dentro do Programa Avançar Parcerias.

Leilões de energia existente “A-1” e “A-2” de 2017 – Os leilões realizados em dezembro de 2017 resultaram na contratação de energia elétrica de oito vendedores no leilão “A-1” e 13 no leilão “A-2”, para atender a demanda de dez agentes de distribuição para 2018 e 12 de distribuição para 2019, nos quatro submercados: Nordeste, Norte, Sudeste/Centro-Oeste e Sul. A energia contratada, 288 MW médios no leilão “A-1”, e 423 MW médios no leilão “A-2”, irá suprir a demanda projetada de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) para 2018 e 2019.


Leilões de energia “A-4” e “A-6” de 2017 – O Leilão de Geração de Energia “A-4”, realizado em dezembro de 2017, movimentou R\$ 5,6 bilhões em contratos, equivalentes a um montante de 39.113.822,400 MWh de energia. O preço médio ao final das negociações foi de R\$ 144,51 por MWh, com deságio de 54,65% em relação aos preços-tetos estabelecidos, o que representou uma economia de R\$ 6,8 bilhões para os consumidores de energia. Ao todo, os projetos que foram contratados correspondem a 228,7 MW médios de garantia física e as usinas deverão iniciar o fornecimento de energia elétrica a partir de 1º de janeiro de 2021. O Leilão de Geração de Energia “A-6”, realizado em dezembro de 2017, resultou na contratação de 63 projetos de geração de energia elétrica, com capacidade instalada total de 3.841,617 megawatts (MW) de potência. A energia contratada, que totaliza 2.736,6 MW médios, irá suprir a demanda projetada de 25 concessionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) para 2023.

Leilões de energia “A-4” de 2018 – O Leilão de Geração de Energia “A-4”, realizado em abril de 2018, teve deságio de 59,07% em relação aos preços-tetos estabelecidos, representando uma economia de R\$ 9,73 bilhões para os consumidores de energia. O preço médio ao final das negociações foi de

R\$ 124,75 por MWh e o certame movimentou ao todo R\$ 6,74 bilhões em contratos, equivalentes a um montante de 54.094.749,6/MWh de energia. Foram registrados os menores preços já negociados para usinas eólicas e solares. Do total de 39 projetos contratados, 29 são de usinas solares fotovoltaicas, quatro de usinas eólicas e duas de projetos térmicos a biomassa (proveniente de bagaço de cana).

Leilão da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) - Foram arrematadas todas as quatro usinas hidrelétricas que tiveram suas concessões ofertadas no leilão realizado, em setembro de 2017, pela Aneel na Brasil Bolsa Balcão [B]3. O ágio médio foi de 9,73% e o pagamento total de bonificação será de R\$ 12,13 bilhões. Concessão dentro do Programa Avançar Parcerias.

Melhoria do ambiente de negócios dos setores elétrico e de petróleo e gás - Ações adotadas estão evidenciadas no ganho do valor de mercado de empresas como a Eletrobras e a Petrobras, que chega a ser o dobro até meados de 2016. Além de reforçar o compromisso com a competitividade e o diálogo aberto com os mais variados atores do setor energético mineral, o MME atuou na revisão de parâmetros de leilões, ajustando preços de ativos. Esse movimento foi refletido no sucesso do leilão de transmissão realizado em outubro de 2016, que contou com investimentos da ordem de R\$ 11,6 bilhões e venda de 21 dos 24 lotes ofertados, com o maior deságio chegando a 28%. A venda da distribuidora Celg-D, com prêmio de 28% em relação ao preço mínimo estabelecido, também é um bom exemplo desse movimento, que deve continuar nos próximos certames. Outras ações adotadas são a aprovação do fim da obrigação da Petrobras como operadora única do pré-sal e o aprimoramento nas regras de conteúdo local.



Desestatização das empresas distribuidoras de energia elétrica da Eletrobras – Está sob apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 814, de 28 de dezembro de 2017, a qual revogou a exclusão do Programa Nacional de Desestatização (PND) da Eletrobrás e suas controladas.

RenovaBio – Plano lançado em dezembro de 2016 pelo Ministério de Minas e Energia com entidades do setor sucroenergético, o RenovaBio tem como objetivo aumentar a participação dos biocombustíveis na matriz energética brasileira até 2030, com a produção subindo de 28 bilhões para 54 bilhões de litros no período. No dia 14 de março de 2018, o Presidente e o ministro de Minas e Energia assinaram decreto que regula o RenovaBio.

Energia renovável – O Brasil está entre os dez países com maior capacidade instalada de energia eólica, ocupando o oitavo lugar. Em 2017, foram adicionados 52,57 gigawatts (GW) de potência eólica à produção mundial, totalizando 539,58 GW de capacidade instalada. Desse total, 12,76 GW estão no Brasil. Na geração de energia solar as projeções da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) indicam que o País terá em 2024 mais de um milhão de sistemas fotovoltaicos em funcionamento. Em 2030, o objetivo é alcançar 25 GW de capacidade instalada: serão mais de R\$ 125 bilhões em investimentos, de acordo com especialistas do setor.

Plano Decenal de Expansão de Energia 2026 – De acordo com o PDE 2026, aprovado em dezembro de 2017, a Oferta Interna de Energia (OIE), necessária para movimentar a economia, vai atingir o montante de 351 milhões tep (Mtep) em 2026, como resultado de um crescimento de 2% ao ano. Deste montante, as fontes renováveis podem chegar a uma participação de 48% em 2026.

RISCOS DE DESASTRES

Ministérios das Cidades, da Integração Nacional, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e Minas e Energia/Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Gestão Integrada de Riscos de Desastres Naturais – Em dezembro de 2017, foi finalizado o projeto de Cooperação Técnica Internacional com o governo do Japão, que contou com o financiamento da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), no valor de U\$ 10 milhões, voltados ao aprimoramento das ações integradas em gestão de riscos de desastres. Foram produzidos seis manuais técnicos. O projeto Gestão Integrada de Riscos de Desastres Naturais recebeu o Certificado de Distinção do Prêmio Sasakawa 2017, da Agência das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres.

TECNOLOGIA E COMUNICAÇÕES

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Lei de Revisão do Marco Regulatório da Radiodifusão – Sancionada pelo Presidente da República, em março de 2017, a Lei simplifica o processamento das renovações de outorga, reduzindo a burocracia nos pedidos de renovação e nos processos de transferência de outorga de emissoras de rádio e televisão.

Migração de rádios AM para FM – Das 1.781 rádios AM do Brasil, 1.332 solicitaram, até final de janeiro, a mudança de faixa. Desse total, 623 estações já foram beneficiadas com a migração e estão prontas para operar na faixa FM. Em janeiro de 2018, foi publicado novo Decreto Presidencial que estende em 180 dias o prazo para emissoras AM migrarem para a faixa FM.

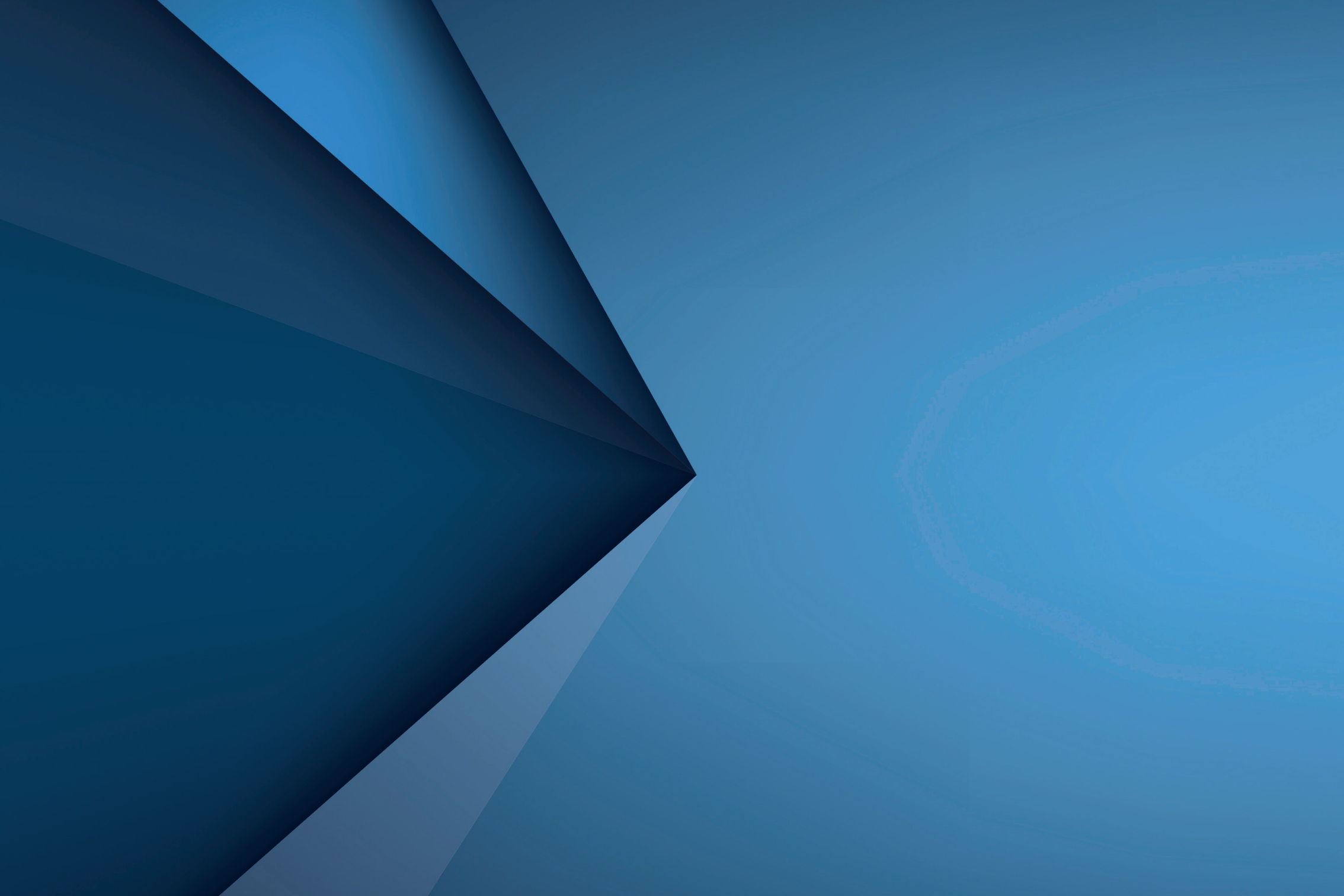
Minha Cidade Inteligente – O Programa leva às cidades uma rede de fibras ópticas para conectar órgãos públicos e cidades com acesso livre à Internet, a fim de modernizar a gestão municipal e o uso dos serviços do Governo. Em duas chamadas públicas, foram selecionados 334 Municípios. O investimento previsto até a conclusão do Programa é de mais de R\$ 241 milhões, que serão aplicados na construção de 987 km de redes, na conexão de mais de seis mil pontos e na implantação de 840 praças de acesso gratuito.

Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) – Instituída por decreto assinado pelo Presidente da República em março de 2018. O Brasil passa a dispor de um conjunto de 100 ações com o objetivo de promover a articulação das diversas iniciativas governamentais ligadas à economia digital em torno de uma visão única e impulsionar a digitalização na indústria, no setor de serviços e na sociedade nos próximos quatro anos.

Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) – O Governo brasileiro lançou, na noite de 4 de maio de 2017, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). O satélite será usado para as comunicações, principalmente para a oferta de banda larga em áreas remotas, e será integralmente controlado pelo Brasil. Com ele, o Brasil deixará de alugar satélites de empresas privadas. O satélite terá uso civil e militar e exigiu cerca de R\$ 3 bilhões em investimentos. Além de ampliar a capacidade de telecomunicações e a cobertura de serviços de Internet banda larga

no Brasil, com foco em áreas de difícil acesso, o SGDC fornecerá um meio seguro para transferência de informações civis e militares que envolvam a segurança nacional. O projeto do satélite é resultado de uma parceria entre a Telebras e o Ministério da Defesa.

Internet para Todos – Iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para levar acesso à banda larga a localidades sem conectividade de todo o País. Um total de 3.685 cidades manifestaram interesse na adesão, sendo que 3.503 já completaram sua inclusão. A conexão será feita por meio do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), de propriedade do Governo brasileiro e que recebeu R\$ 3 bilhões em investimentos. Em órbita desde maio de 2017, o satélite tem vida útil de 18 anos. As prefeituras assinam termo de adesão em que se comprometem a arcar com a segurança e as despesas de energia que as antenas consumirem. Já os usuários pagarão preços reduzidos pela banda larga do Internet para Todos. Todos começarão a receber as antenas em maio, e a expectativa é que sejam instalados 200 equipamentos por dia.



EIXO MELHORIA DA EFICIÊNCIA DO ESTADO

O Governo Federal tem promovido, desde 2016, auditorias em diversos programas. A iniciativa resultou na suspensão de pagamentos indevidos em auxílios-doença e aposentadorias por invalidez do INSS; Benefícios de Prestação Continuada (BPC); seguro-defeso do pescador artesanal; e Bolsa-Família, evitando prejuízos com pagamento de benefícios irregulares. Outras medidas como o lançamento da carteira de motorista digital e o reconhecimento facial biométrico nos aeroportos têm facilitado a vida do cidadão sem abrir mão da segurança. Na saúde, o prontuário eletrônico tem aumentado a eficiência para usuários e gestores. Outra prioridade do Governo é a área de segurança pública, para a qual foram destinados recursos para os próximos cinco anos. Por sua vez, mais de um milhão de ações que tramitam pelo Judiciário brasileiro poderão ser extintas com o acordo mediado pela Advocacia-Geral da União entre poupadores e bancos, referente aos planos econômicos dos anos de 1980 e 1990. Já a Lei de Governança das Estatais eleva a um novo patamar a capacidade de gestão das empresas e a transparência das informações.

COMBATE À CORRUPÇÃO

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Ações de combate à corrupção – No campo das ações de controle, um dos destaques foram as operações especiais, em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). Em 2017, foram 68 operações especiais (recorde histórico e 28,3% superior às 53 operações de 2016) realizadas em conjunto, que conseguiram apurar e investigar um prejuízo de cerca de R\$ 500 milhões. Desde 2003 até o primeiro trimestre de 2018, foram deflagradas 324 operações e R\$ 4,6 bilhões de danos ao erário identificados. As principais políticas públicas afetadas são da área de saúde e educação, com cerca de 70% dos casos.

Detecção de casos de corrupção e má gestão: A detecção dos casos de corrupção representou para os cofres públicos mais de R\$ 4,5 bilhões de economia efetiva. São benefícios financeiros decorrentes das auditorias e fiscalizações da Controladoria-Geral da União em 2017. Desde 2012, são R\$ 22,3 bilhões.


A economia inclui:

- Cancelamento de licitação/contrato com objeto desnecessário;
- Recuperação de valores pagos indevidamente;
- Redução nos valores licitados/contratados;

- Elevação da receita; e
- Eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos (entre outras).

Punições adotadas aos servidores – O Governo Federal expulsou, em 2017, 506 servidores públicos. O principal motivo foi a comprovação da prática de atos relacionados à corrupção, com 66% do total. Desde 2003, são mais 6,7 mil demissões, cassações de aposentadorias e destituições de cargos em comissão. Somente em janeiro de 2018, já foram 70 punições expulsivas. O Governo Federal firmou ainda, entre junho e dezembro de 2017, 140 termos de ajustes de conduta (TACs) com servidores que cometeram infrações leves. A simplificação do procedimento apuratório gerou uma economia potencial de R\$ 7 milhões aos cofres públicos.

Punições adotadas às empresas – Para as empresas, o Governo Federal atingiu a marca inédita de 183 processos administrativos de responsabilização (PARs), investigações em andamento contra empresas por atos de corrupção. Como resultado das apurações, já foram aplicadas 30 penalidades, com multas sobre o faturamento bruto anual, que totalizam mais de R\$ 12 milhões. Em 2017, cerca de 1,9 mil entes privados foram penalizados por irregularidades. No âmbito da Operação Lava Jato, a empresa Sanko Sider foi punida, em março de 2018, por irregularidades em contratos com a Petrobras. Dessa forma, agora são oito empresas declaradas inidôneas e proibidas de contratar com o setor público (Mendes Júnior, Skanska, Iesa Óleo & Gás, Jaraguá Equipamentos Industriais, GDK S/A, Alumini Engenharia S/A, Tomé Engenharia S/A e Sanko Sider). Já em relação à Lei Anticorrupção, em 2017, foram assinados dois acordos de leniência com a UTC Engenharia (R\$ 574 milhões) e a Bilfinger (R\$ 9,8 milhões). Há ainda cerca de dez em negociação, sendo dois próximos da formalização.



Articulação Internacional (acordos) – Brasil e Colômbia firmaram, em fevereiro de 2018, o primeiro acordo de cooperação bilateral para aprimorar a investigação, o compartilhamento de informações e a aplicação de sanções administrativas a empresas envolvidas em casos de corrupção e suborno transnacional. O Ministério da Transparência (CGU) tem a meta de assinar, até o final do ano, acordos bilaterais com todos os países da América Latina que possuem legislação de responsabilização de empresas.

Articulação Internacional – Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA) – O Brasil foi bem avaliado na última rodada de acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), em março de 2018. A análise da implementação produziu um relatório final sobre temas como aquisição de bens e serviços por parte do Estado; tipificação de atos de corrupção e sistemas de proteção de denunciante. A Lei Anticorrupção, o Pró-Ética e o Sistema e-Ouv foram destaques entre as medidas de prevenção e combate à corrupção.

EFICIÊNCIA NA GESTÃO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Programa Agro+ Integridade – Prêmio de reconhecimento às empresas e entidades do setor que adotam práticas de governança e gestão capazes de evitar desvios de conduta e de fazer cumprir a legislação, em especial, a Lei Anticorrupção. A premiação do Selo Agro+ Integridade está prevista para ocorrer no Dia da Agricultura, 17 de outubro de 2018.

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Integridade – 4ª Conferência Lei da Empresa Limpa – O Governo Federal reconheceu 23 empresas, de diversos portes e setores da economia, com o selo de integridade Pró-Ética 2017. As companhias foram aprovadas como comprometidas com a implementação de medidas e políticas de prevenção e combate à corrupção nas suas relações de negócio com os setores público e privado.

Ouvidoria Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas Públicas – O Governo Federal facilitou o acesso automatizado de cidadãos e instituições que desenvolvem aplicativos que avaliam serviços e políticas públicas, ao Sistema Informatizado de Ouvidorias (e-Ouv). Por meio da iniciativa, em 2017 foram analisados mais de 140 mil denúncias e manifestações de cidadãos sobre serviços públicos do Governo Federal, com a geração de sete relatórios de avaliação cidadã. As principais parcerias firmadas com aplicativos foram: “Tá de Pé?”, em que o cidadão monitora a construção de creches; “Monitorando a Merenda”, onde alunos avaliam a qualidade da merenda escolar; “Todxs”, registra casos de LGBTfobia; e “Reclame Aqui” (sítio).

Ouvidoria Simplifique! – O Governo Federal lançou, em janeiro, um novo canal *online* para que os brasileiros proponham mudanças que facilitem o acesso, a qualidade e a execução dos serviços públicos. A iniciativa é um desdobramento do Decreto de Desburocratização (Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017), que busca melhorar o atendimento aos usuários, reduzir o excesso de burocracia e gerar agilidade, economia aos cofres públicos.

Ministério do Trabalho

Observatório Nacional do Mercado de Trabalho - Em fevereiro de 2017 foi lançado o Portal do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, que reúne informações sobre sete bases de dados (entre elas a Relação Anual de Informações Sociais, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e o Cadastro Único), publicações e notícias relacionadas à dinâmica do mercado de trabalho. Integra duas importantes ferramentas para a gestão das políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil: o Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho e o Ambiente Virtual da Rede Observatórios do Trabalho.

Sistema antifraude no Seguro-Desemprego - O sistema antifraude foi implantado em dezembro de 2016. Até 15 de março de 2018, a economia para os cofres públicos foi de R\$ 946 milhões e registrou valores bloqueados de R\$ 294 milhões. O sistema é baseado em uma plataforma tecnológica que amplia a capacidade de identificação de requerimentos suspeitos e bloqueia pagamentos indevidos do seguro-desemprego. A base para o rastreamento é o CPF do trabalhador.


Seguro-Desemprego via *web* - Até o dia 15 de março de 2018 foram encaminhados 6.139 requerimentos via *web*. A novidade permite que o benefício seja solicitado de casa, assim que o trabalhador recebe os documentos demissionais. O procedimento ainda não elimina a necessidade de o profissional ir até um posto do Sine, mas agiliza o processo do atendimento nas agências, funcionando como papafilas. O prazo de 30 dias para receber o benefício começa a contar no momento em que o trabalhador preenche o cadastro no Emprega Brasil - e não após o atendimento presencial.

Fiscalização de normas trabalhistas – O Ministério do Trabalho realizou mais de 205 mil fiscalizações relativas ao cumprimento das normas trabalhistas e de segurança e saúde no trabalho em todo País em 2017. No combate ao trabalho análogo ao de escravo, mais de 3,7 mil trabalhadores foram alcançados pela fiscalização. Destes, 407 foram resgatados. Mesmo com o contingenciamento, a fiscalização do Ministério do Trabalho conseguiu que os grupos móveis mantivessem uma média de quatro ações mensais de combate ao trabalho análogo ao de escravo durante o ano.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Painel de preços de referência para compras públicas – Lançado em abril de 2017, é ação de caráter contínuo. A ferramenta permite pesquisar, analisar e comparar os preços praticados pelo Governo Federal nas contratações de materiais e serviços. A iniciativa apoia os gestores públicos na realização de pesquisas de mercado, análise e comparação de preços de referência na aquisição de bens e contratação de serviços gerais para a Administração Pública.

Reforma administrativa – Concluída em setembro de 2017, a reforma administrativa promovida pelo Governo Federal extinguiu 4.184 cargos e funções, reduzindo despesas orçamentárias anuais em mais de R\$ 200 milhões. Além disso, do total de cargos comissionados, o Governo está convertendo 10.462 Cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) em Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), que só podem ser ocupadas por servidores públicos concursados. Até fevereiro de 2018, mais de 9.232 cargos de DAS já foram transformados em FCPE. Outra medida relacionada aos cargos comissionados, adotada em 2017, estabelece percentuais mínimos para a ocupação de cargos DAS 5 e 6, por servidores efetivos. Pelo menos 60% dos mais altos cargos comissionados do Governo Federal passam a ser ocupados por servidores que ingressaram na carreira por meio de concurso público.



Centro de Serviços Compartilhados – Em março de 2017, o TáxiGov inaugurou o Centro de Serviços Compartilhados (CSC), com economia estimada de R\$ 20 milhões por ano. O CSC é uma unidade especializada na prestação de serviços administrativos para os órgãos do Poder Executivo Federal. O objetivo é a redução de custos da cadeia de suprimentos de serviços administrativos de uso comum, com ganhos de escala, qualidade e eficiência.

Ministério da Fazenda/Receita Federal

Reconhecimento facial biométrico – Com o novo sistema de reconhecimento facial, apresentado em julho de 2016 pela Receita Federal, os passageiros de voos internacionais que chegam aos aeroportos brasileiros são identificados por meio do reconhecimento das características faciais exclusivas de cada indivíduo. A novidade facilita a vida dos passageiros e otimiza o trabalho do Fisco. O sistema foi entregue definitivamente em abril de 2017.

Ministério das Cidades

CNH Digital – O Detran-DF é o segundo órgão de trânsito do País a adotar a CNH digital. O primeiro foi o de Goiás, ambos em 2017. Atualmente, mais de 200 mil condutores de veículos do DF, que possuem a CNH em papel com *QR Code* no verso, podem solicitar suas carteiras digitais. Entre as principais vantagens da Carteira de Motorista Digital estão a praticidade e a segurança, já que o documento eletrônico armazena dados em *QR Code*, dentro de um sistema criptografado de acesso às informações. O código bidimensional é um item de segurança que já está presente, desde maio de 2017, nas novas carteiras de motorista impressas e, agora, no documento digital com um sistema ainda mais seguro.

Ministérios do Meio Ambiente, das Cidades e de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

Projeto de Cooperação Brasil-Alemanha de Proteção do Clima na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (ProteGEEr) – Trata-se de um projeto de cooperação técnica entre o Brasil e a Alemanha para promover uma gestão sustentável e integrada dos resíduos sólidos urbanos, articulada com as políticas de proteção do clima, assinado em março de 2018.

Advocacia-Geral da União

Acordos de planos econômicos – A Advocacia-Geral da União mediu acordo entre poupadores e bancos referente aos planos econômicos dos anos 1980 e 1990. O acordo foi homologado em 1º de março de 2018 pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, e se refere à correção de aplicações na poupança durante a vigência dos planos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991). Mais de um milhão de ações que tramitam pelo Judiciário brasileiro poderão ser extintas.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Boletim das Empresas Estatais Federais – 5ª edição – As empresas estatais federais evoluíram de um prejuízo de R\$ 32 bilhões, em 2015, para um lucro de R\$ 28,4 bilhões*, em 2017, representando uma variação positiva de R\$ 50,9 bilhões. Esse é um dos principais destaques do 5º Boletim das Empresas Estatais Federais, divulgado em março de 2018, referente ao quarto trimestre de 2017. Ao longo do ano passado, houve uma redução de mais de 28 mil empregados. Grande parte desse quantitativo resultou da implantação de Programas de Desligamento Voluntário, responsáveis pela redução de 90,2% (25.933) do total.

*Resultado dos conglomerados das Empresas Estatais Federais Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa, Eletrobras e Petrobras. O resultado das demais empresas estatais ainda não foi publicado.

Ministério Extraordinário de Segurança Pública

Emissão de passaportes e fiscalização – Emissão de cerca de 730 mil passaportes e aproximadamente nove milhões de atendimentos no controle migratório de janeiro a março de 2018:

- Conclusão da integração do Sistema de Emissão de Passaportes com a base de dados do TSE e SERMIL, permitindo a dispensa de apresentação da quitação eleitoral e do certificado de reservista;
- Aumento de efetivo e reforço da estrutura para atendimento de solicitantes de refúgio em Boa Vista (RR);
- Conclusão da pesquisa/censo de imigrantes venezuelanos em Roraima para subsidiar políticas públicas de interiorização;
- Assinatura do contrato de manutenção do AFIS-PF, possibilitando o restabelecimento do sistema responsável pela identificação biométrica criminal e de pesquisa de fragmentos levantados em local de crime;
- Identificação biométrica de 48 brasileiros presos na Bolívia;
- Capacitação para 15 policiais estrangeiros na revelação de impressões digitais em embalagens de drogas, com foco no tráfico internacional (Intercops-Guarulhos; e


- Segurança de autoridades estrangeiras, autoridades brasileiras, prisões de foragidos internacionais, prisões de foragidos brasileiros, extradições, localização de pessoas desaparecidas e mais de quatro mil demandas/informações de cooperação policial internacional, originadas do Brasil ou do exterior.

Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Saúde

Informatização na Saúde digiSUS – Lançado em dezembro de 2016, a plataforma de informatização visa a contribuir para aumentar a qualidade e ampliar o acesso à atenção à saúde por meio do registro e o compartilhamento de dados individualizados de procedimentos e prontuários dos usuários do SUS, da marcação de consultas na atenção básica de saúde (agendamento *online* de consultas) em âmbito nacional e de diversos outros recursos para os gestores do SUS. Atualmente, 18.516 Unidades Básicas de Saúde contam com o prontuário eletrônico implantado. Antes do lançamento, apenas 920 unidades contavam com essa informatização da informação do paciente. A meta até 2018 é que as mais de 40 mil UBS tenham implantado o prontuário eletrônico. Foram adquiridos três novos servidores que aumentam em dez vezes a capacidade de armazenamento e processamento de dados de saúde enviados por Estados e Municípios. O investimento do Governo Federal foi de R\$ 67 milhões.

Ministério da Saúde

Fazer mais com os mesmos recursos disponíveis na saúde – De maio de 2016 a dezembro de 2017, o Governo Federal economizou R\$ 5 bilhões com ações administrativas, negociação e revisão de contratos. O valor foi reinvestido completamente no SUS. O valor de R\$ 2,5 bilhões foi destinado para habilitar serviços de média e alta complexidade e para o SAMU192. Já R\$ 1 bilhão foi para credenciamento de



novas equipes na Atenção Básica. Além dessas ações com a renegociação de contratos, foi possível aumentar o acesso da população aos medicamentos, aumentando a cobertura de vacinas e incluindo tratamentos inovadores.

Ministério de Minas e Energia/ Departamento Nacional de Produção Mineral

Revitalização da Indústria Mineral Brasileira - O Governo Federal apresentou, em julho de 2017, o Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira, que trouxe mudanças essenciais para o setor. Em 18 de dezembro de 2017, foi sancionada a Lei nº 13.540, que altera a legislação de regência da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), que corresponde aos *royalties* da mineração. Os Municípios afetados pela atividade de mineração foram contemplados. A nova distribuição passou a ser: União (10%), Distrito Federal e Estados Produtores (15%), Distrito Federal e Municípios produtores (60%) e Distrito Federal e Municípios afetados (15%). Ainda em dezembro, foi sancionada a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME). A criação da Agência, além de proporcionar mais agilidade e mais eficácia nas decisões que orientam o mercado de mineração, deve reduzir riscos e incertezas, recuperando a credibilidade e a atratividade da indústria mineral brasileira para os investidores privados.

MELHORIA DO GASTO PÚBLICO

Ministério do Desenvolvimento Social/Instituto Nacional do Seguro Social

Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Até o dia 21 de março de 2018, o Governo Federal economizou R\$ 5,8 bilhões com a revisão

dos benefícios por incapacidade pagos pelo INSS. Estão sendo convocados 552 mil beneficiários que recebem o auxílio-doença e que não passavam por perícia médica há mais de dois anos. Já foram enviadas mais de 980 mil cartas e realizadas 366.378 perícias. A ação resultou no cancelamento de 248.277 benefícios que estavam sendo pagos indevidamente. O pente-fino vai até dezembro de 2018.

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Auditorias de avaliação dos benefícios sociais – Auditorias contribuíram para evitar, entre maio de 2016 e maio de 2017, um prejuízo de R\$ 9,32 bilhões aos cofres públicos com benefícios sociais irregulares. O montante resulta, principalmente, de recomendações em trabalhos de auditoria e fiscalização, como avaliação contínua de programas sociais, revisão das regras e dos cadastros, e suspensão de pagamentos indevidos em: auxílios-doença e aposentadorias por invalidez do INSS (R\$ 4,5 bilhões); Benefícios de Prestação Continuada (R\$ 2,2 bilhões); seguro-defeso do pescador artesanal (R\$ 1,6 bilhão); e Bolsa-Família (R\$ 1,02 bilhão).

As avaliações sobre diversas ações e programas do Governo Federal servem de subsídio ao Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP). Os trabalhos geram recomendações junto aos ministérios gestores para correção dos problemas e irregularidades identificados.

Auditorias de avaliação dos programas de Governo – Nos últimos dois anos, a CGU concluiu avaliações de cerca de 30 programas do Governo Federal. Entre os principais trabalhos, avaliou-se a execução e a eficiência de programas como Proinfância, Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs), Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), Programa Nacional de Apoio ao Sistema, Prisional (Pnasp), Programa Água Para Todos e Programa Nacional de



Alimentação Escolar (PNAE). As avaliações servem de subsídio ao Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP). Os trabalhos geram recomendações junto aos ministérios.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Banco Nacional do Desenvolvimento

Nova política operacional do Banco Nacional do Desenvolvimento - O BNDES divulgou, entre dezembro de 2017 e março de 2018, novas políticas operacionais, com os critérios para a aprovação de financiamentos e as condições para futuros empréstimos. A prioridade se mantém para investimentos em projetos com retorno social, independentemente do setor.

As principais mudanças são:

- Entrada em vigor da Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituiu a TJLP como taxa básica das operações dos bancos;
- Alongamento dos prazos máximos de financiamento;
- Cálculo dos limites de participação atrelados ao investimento total; e
- Redução do *spread* básico.

As mudanças devem contribuir para aumentar a produtividade e a competitividade das empresas, o crescimento econômico e a geração de empregos, bem como para a transparência nos critérios de financiamento.

COMBATE AO CRIME

Ministério Extraordinário de Segurança Pública

Corregedoria de Polícia Federal – As principais ações em 2017 foram o estabelecimento de metodologia para acompanhamento do sistema eletrônico de inquéritos policiais (ePo); e disponibilização, ainda em fase de testes, do relatório padrão de correções ordinárias para preenchimento nacional padronizado, via sistema (Siscart), de modo a padronizar e otimizar as correções no âmbito da Polícia Federal.

Concurso público e capacitação – Autorização para a realização de concurso público para preenchimento de 150 cargos de Delegado de Polícia Federal, 60 cargos de perito criminal federal, 180 cargos de agente de Polícia Federal, 80 cargos de escrivão de Polícia Federal e 30 cargos de papiloscopista policial federal.

Capacitação:

- Setenta e quatro cursos presenciais com 2.885 vagas;
- Cinquenta e oito cursos EAD com 6.322 vagas;
- Desenvolvimento de nove novos cursos EAD;
- Vinte e quatro vagas no mestrado acadêmico em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);

- Dezesete vagas no mestrado profissional em Administração Pública na Universidade de Brasília (UnB);
- Cinquenta e cinco vagas em cursos presenciais de pós-graduação executados pela ANP (especialização em Ciências Policiais e especialização em Direito de Polícia Judiciária);
- Oitocentos e sessenta e cinco vagas em dez cursos EaD de pós-graduação a nível de aperfeiçoamento (cursos para progressão profissional); e
- Oitenta vagas em Oficina de Elaboração de Material Didático, oferecido para as Forças de Segurança da Guiné-Bissau.

Tecnologia da Informação – Incremento de peritos criminais federais dedicados à Operação Lava Jato na SR/PF/PR e apoio ao Banco Nacional de Perfis Genéticos, para o qual a PF cedeu em missão por 12 dias, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MESP), um perito criminal federal para elaborar projeto de aquisição de *kits* e equipamentos para coleta de material biológico nos presídios. Com essa ação, almeja-se um incremento, ao final de 2019, de 70 mil perfis genéticos de condenados, atualmente em pouco mais de 2.800.

Inteligência Policial – Resultados em números:

- Seis Operações de Inteligência Policial;
- Operação Tamareira, realizada em fevereiro de 2018, com 22 mandados judiciais cumpridos, para instrução de investigação policial de lavagem de capitais e outros praticados por comerciantes da região da tríplice fronteira;

- Quantidade de 1.809 informações de inteligência;
- No total, 1.407 pesquisas para subsidiar indicações;
- Nove operações de contrainteligência; e
- Foram realizados dez cursos, certificando aproximadamente 500 alunos.

Combate ao crime organizado – Resultado em números:

- Realização do 4º e 5º Curso de Investigação e Combate ao Crime organizado em 2018, alcançando aproximadamente 100 delegados e peritos da PF;
- Palestras/aulas para alunos da Força Nacional de Polícia Judiciária sobre criminalidade organizada;
- Alocação de efetivo policial federal para atuação no Estado do Ceará, em articulação com a Polícia Civil e Força Nacional de Polícia Judiciária; e
- Alocação de efetivo de policiais federais para atuação no Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP/RJ), para promover maior integração com as forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Ministério da Justiça

Ampliação da Rede de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro - Ampliação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (RedeLAB), em 2017, com a inauguração de dois Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro.

Cooperação Jurídica Internacional - Resultado em números:

- Ampliação da cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal, inclusive em assuntos de prestação internacional de alimentos, subtração internacional de crianças, adoção internacional, extradição, transferência de pessoas condenadas e transferência da execução da pena e recuperação de ativos:
 - Tramitação de 5.748 processos de cooperação jurídica internacional em 2017, o que resultou no aumento de 8% em relação ao ano de 2016; e
 - Setembro de 2017: o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) passou a exercer a função de autoridade central para os casos de subtração e de adoção internacional de crianças.
- Recuperação de ativos no exterior, oriundos de valores remetidos ilicitamente. Principais ações em 2017:
 - Bloqueados no exterior cerca de US\$ 250.000.000 e repatriados mais de US\$ 36.000.000.

- Extradicação e transferência de pessoas condenadas. Principais ações em 2017:
 - Extraditadas 59 pessoas, sendo 32 pedidos ativos e 27 pedidos passivos; e
 - Realizadas 14 transferências de pessoas condenadas, sendo sete pedidos ativos e sete pedidos passivos.

SEGURANÇA PÚBLICA

Ministério da Defesa

Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro e varreduras em presídios – A garantia da lei e da ordem consiste no emprego das Forças Armadas para promover a lei e a ordem nos Estados da Federação e nos estabelecimentos prisionais. As varreduras em presídios foram criadas para atender a uma necessidade de retirar ilícitos daquelas instituições no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2018. Os militares realizaram 33 varreduras em 31 presídios de sete Estados (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte). Em julho de 2017, foi assinado Decreto Presidencial de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que autorizou a atuação de tropas das Forças Armadas na segurança pública do Rio de Janeiro. Em 2017, foram realizadas 27 operações de GLO no Rio de Janeiro, com um efetivo estimado de 59.753 militares. Também foram realizadas duas operações no Rio Grande do Norte, uma no Espírito Santo, uma no Amazonas, uma em Brasília e uma em todo o território nacional.

Apreensão de drogas – A Polícia Federal bateu seu recorde histórico de apreensões de cocaína e maconha em 2017. Com operações das Delegacias de Repressão a Entorpecentes e do Grupo Especial de Investigações Sensíveis (GISE), a PF tirou de circulação 44,7 toneladas de cocaína e 313 toneladas de maconha. O valor de bens apreendidos também superou o ano de 2014, que detinha o recorde com R\$ 323 milhões, e alcançou a cifra de R\$ 591,4 milhões em bens apreendidos pelas ações da PF. A polícia rastreou e a Justiça apreendeu mais de R\$ 665 milhões em bens e em dinheiro do tráfico, quase o triplo do que em 2016, um recorde. As maiores apreensões foram no Paraná, em São Paulo e em Santa Catarina.

Drogas apreendidas nas rodovias federais – Entre julho de 2017 e abril de 2018, em ações da Polícia Rodoviária Federal, foram 14 mil pessoas presas, 205 toneladas de maconha e seis toneladas de cocaína e *crack* apreendidas, além de mil armas de fogo e 192 mil munições. Também foram recuperados 3,2 mil carros roubados/furtados/usados em outros crimes.

Ministério Extraordinário de Segurança Pública

Defensoria Sem Fronteiras – Acordo de Cooperação Técnica firmado em janeiro de 2017 pelo Ministério da Justiça, pela Segurança Pública e pela Defensoria Pública da União promove ações nas prisões brasileiras.

Diversas ações da Defensoria Pública já foram realizadas no Amazonas e no Rio Grande do Norte, além de:

- Implantação de Centrais de Alternativas Penais e Centrais de Monitoração Eletrônica, atuando na redução no número de pessoas que adentram o sistema prisional;

- Promoção da utilização das audiências de custódia, em parceria com o sistema de justiça criminal;
- Realização de mutirão multidisciplinar para atendimento de 1.303 pessoas privadas de liberdade no complexo de Alcaçuz, em Natal (RN). A ação contemplou serviços de assistência à saúde; jurídico e serviços para regularizar a documentação pessoal básica;
- Implementação de rotinas de segurança para as visitas, garantindo integridade dos presos e dos visitantes, por meio da capacitação de aproximadamente 230 agentes penitenciários;
- Diagnóstico do sistema penitenciário nos Estados do Amazonas e do Rio Grande do Norte, com atuação de defensores públicos dos Estados e da União, sendo realizados 5.215 atendimentos na região metropolitana de Manaus e 1.303 atendimentos em Natal;
- Realização do *Workshop* Internacional “Defensoria no Manicômio” decorrente do Programa “Defensoria no Cárcere”, no Rio de Janeiro;
- Contribuição com a execução do Compromisso 8 “Prevenção à Tortura, a Tratamento Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Sistema Prisional” do 3º Plano de Ação Brasileiro na *Open Government Partnership* (Parceria para Governo Aberto), com a elaboração de recomendações para o aperfeiçoamento de metodologias de inspeção prisional; e
- Realização de vistorias em 15 estabelecimentos prisionais nos Estados de Goiás e Minas Gerais.

Projeto Mulheres Livres

- Ação de levantamento de dados de mulheres privadas de liberdade com filhos nas unidades prisionais, com filhos na primeira infância e presas provisórias;
- Verificação situação processual, via Defensoria Pública e Núcleos de Práticas Jurídicas de Instituição de Ensino Superior; e
- Encaminhamento dos processos ao Poder Judiciário, com posterior encaminhamento à rede de proteção social.

Foram realizados os levantamentos de dados de mulheres privadas de liberdade nos Estados de SP, RJ, MG, PR e PE. Em GO e SC, o levantamento está em andamento. O Acordo de Cooperação Técnica foi celebrado com os Estados do Paraná e Santa Catarina, como projetos-piloto.

Programa Identidade Cidadã – Durante 2017, foram realizadas ações no RN (Complexo de Alcaçuz), AM, MG, RR, CE, SC, BA, MA, MG, RR e MT. A ação consiste na pactuação local (entre a administração prisional e a associação dos cartórios de registro de pessoas) para organizar o fluxo de regularização e emissão de segunda via da Certidão de Nascimento/Casamento, seguida de uma execução *in loco* para a coleta dos dados visando à emissão em uma unidade prisional.

Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (Resgata)


- Criado com o objetivo de incentivar, estimular e reconhecer as organizações públicas ou privadas que

utilizam mão-de-obra oriunda do sistema prisional brasileiro. Encerrado o primeiro ciclo de concessão do selo, 113 entidades preencheram os requisitos da Portaria.

Doação de veículos para Estados – Em abril de 2017, foi concluída a doação de 292 furgões-cela e todos os 26 Estados e o Distrito Federal foram contemplados. Além disso, em novembro de 2017, mais nove Estados foram contemplados com a doação de 21 caminhões 4x4 para transporte de presos. A previsão é que mais 59 caminhões 4x4 sejam entregues no primeiro semestre de 2018. A medida aumenta a autonomia dos sistemas prisionais estaduais, promove maior segurança no transporte e locomoção de presos, bem como ajuda nas ações de ressocialização dos apenados.

Plano Nacional de Segurança Pública – Lançado em fevereiro de 2017, a execução do Plano começou pelas cidades de Natal, Aracaju e Porto Alegre. Para 2018 está prevista a finalização da revisão da versão 2.0. O Plano Nacional objetiva a integração, a coordenação e a cooperação entre Governo Federal, Estados e sociedade. Entre os pontos principais estão a modernização do sistema penitenciário – ação contínua – e o combate integrado às organizações criminosas. Também estão entre as prioridades a redução do feminicídio e da violência contra a mulher; a diminuição de homicídios dolosos; e o combate integrado ao tráfico de drogas e armas.

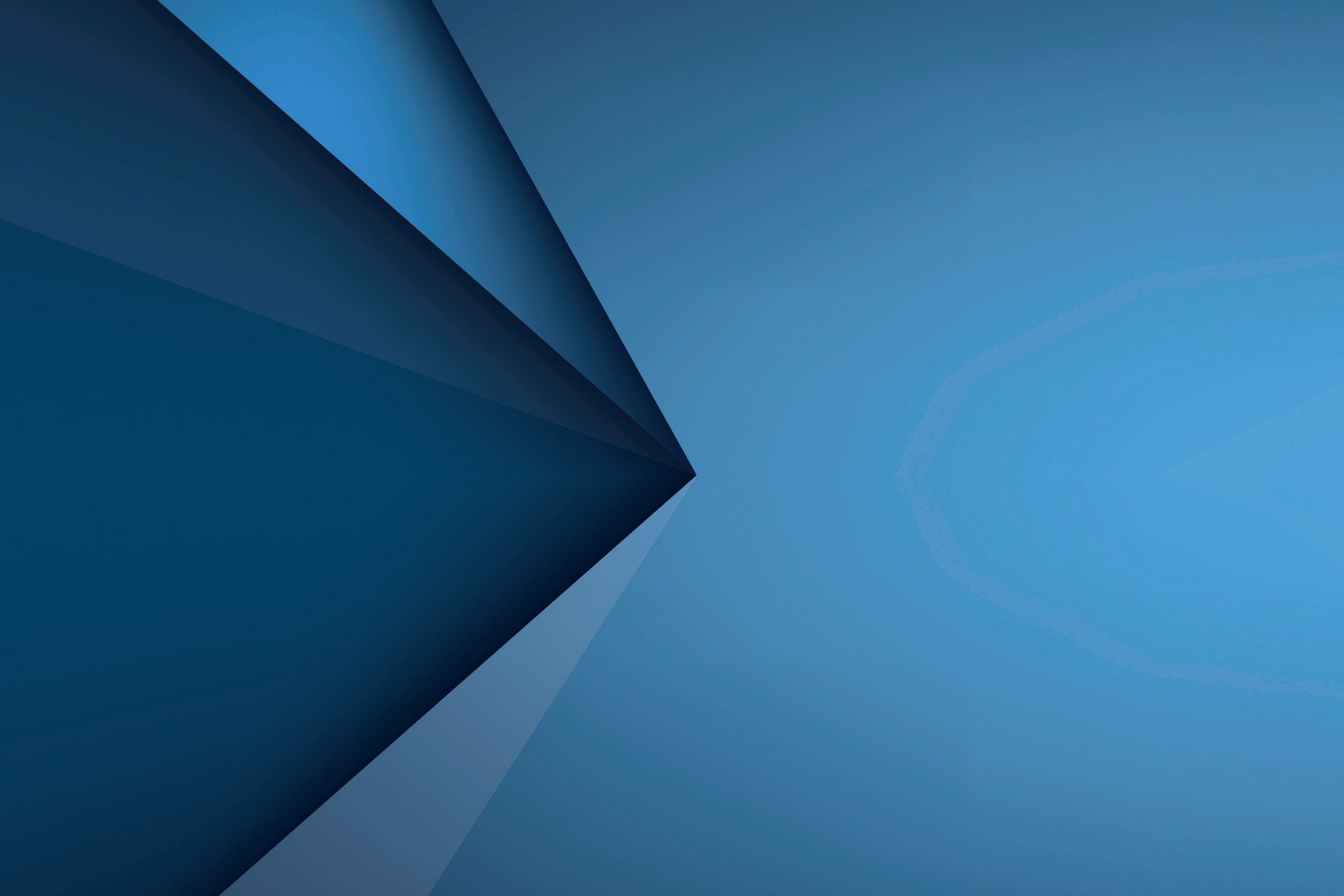
Construção e reforma de presídios – Repasse de R\$ 4 milhões para cada unidade federativa utilizar em itens de custeio, sendo recomendado o uso em bloqueadores de celular e escâner corporal. Vinte Estados optaram por investir em bloqueadores de celular, totalizando aproximadamente R\$ 48 milhões. Em janeiro de 2017, foi anunciada a construção de cinco presídios federais, com custo estimado entre R\$ 40 milhões e R\$ 45 milhões. De 2016 a 2017, o Governo Federal repassou cerca de R\$ 1,8 bilhão do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) às unidades da Federação para a construção e a reforma de presídios e penitenciárias.



Criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública – O novo Ministério foi criado em 26 de março de 2018, por Medida Provisória, e vai coordenar e promover a integração dos serviços de segurança pública em todo o território nacional em parceria com os entes federativos. A primeira ação que o Ministério assumiu foi a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, determinada via decreto em 16 de fevereiro. O Ministério Extraordinário da Segurança Pública incorporou funções que era, até então, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e que, agora, passa a ser Ministério da Justiça. Entre elas está o comando da Polícia Federal, do Departamento Penitenciário Nacional, da Secretaria Nacional de Segurança Pública e da Polícia Rodoviária Federal. Sob o ministério, ficaram ainda os conselhos Nacional de Segurança Pública e Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Linha de crédito para segurança pública – O Governo Federal liberou uma linha de crédito de R\$ 42 bilhões para os Estados investirem em segurança pública. Os recursos estarão disponíveis ao longo de cinco anos. O dinheiro virá do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com contrapartida por parte dos Estados. Da parte do BNDES, estarão à disposição R\$ 33,6 bilhões – o restante será investido pelos governos estaduais. Ou seja, a cada ano, os Estados deverão cumprir uma contrapartida de 20% em investimento próprio. Para 2018, a previsão é da aplicação de R\$ 5 bilhões em segurança pública. Do total, R\$ 4 bilhões virão do BNDES.



EIXO O BRASIL E O MUNDO

A política externa, numa democracia, deve refletir os valores e os interesses da sociedade. Movido por essa convicção, o Governo tem feito muito, ao longo desses dois anos, para realinhar a política externa do Brasil com os primados da democracia e do desenvolvimento. Diante da ruptura da ordem democrática na Venezuela, o Brasil assumiu posição clara: atuou para suspendê-la do Mercosul e não tem poupado esforços diplomáticos em favor do restabelecimento do Estado de Direito no país vizinho e irmão. A agenda internacional do Brasil também entrou em sintonia com a urgência dos brasileiros por mais crescimento econômico, empregos e renda. Daí o empenho em revitalizar o Mercosul e concluir as negociações do acordo Mercosul-União Europeia, bem como abrir novas frentes negociadoras, com países de todos os perfis e geografias.

COMÉRCIO EXTERIOR

Ministério das Relações Exteriores

Aprimoramento da Governança e Funcionamento do Mercosul - O Governo brasileiro tem promovido, em conjunto com os demais sócios do Mercosul, o resgate da vocação original do Bloco: livre comércio, democracia e direitos humanos. Foram eliminadas 57 barreiras ao comércio intrabloco, entre 78 identificadas. O Protocolo de Facilitação de Investimentos (PCFI), de iniciativa brasileira, foi concluído. Sob a presidência brasileira, adotou-se protocolo sobre contratações públicas. A Venezuela foi suspensa do bloco por violação da cláusula democrática.

Aproximação com a Aliança do Pacífico - O Brasil e os demais sócios do Mercosul têm promovido maior convergência entre o bloco e a Aliança do Pacífico. Em 2017, foi assinado novo acordo comercial entre Mercosul e Colômbia, que ampliou a liberalização do comércio entre os dois países de 84% para 97% da pauta tarifária.

Relações Mercosul com outras regiões do mundo e lançamento de novas negociações comerciais - Após 20 anos de negociações, há perspectiva realista de conclusão do acordo entre Mercosul e União Europeia ainda em 2018. Sob a presidência brasileira do Mercosul, no segundo semestre de 2017, entrou em vigor o acordo comercial do Mercosul com o Egito. Além disso, o Bloco está envolvido em tratativas comerciais com a associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), Tunísia, Marrocos. No primeiro trimestre de 2018, foram iniciadas as negociações do Mercosul com o Canadá e devem ser lançadas em breve com a Coreia do Sul. Com a Índia, o objetivo é ampliar a liberalização comercial do Acordo de Comércio Preferencial. O Brasil e seus sócios têm buscado também negociações comerciais

com países do Sudeste Asiático. Na Cúpula de Brasília, em dezembro de 2017, foi lançado diálogo exploratório com Singapura.


Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Exportações de Proteína Animal – As exportações em 2017 somaram cerca de US\$ 15,5 bilhões, aumento de cerca de 9%, comparado com os US\$ 14,2 bilhões registrados em 2016. A carne de frango, principal produto do setor, representou quase metade desse montante (46,1%). Foram exportados US\$ 7,14 bilhões do produto, 5,5% acima do que havia sido registrado no ano anterior. As vendas de carne suína apresentaram recorde histórico, somando US\$ 1,61 bilhão, ou seja, 9,7% superiores a 2016.

Ministério das Relações Exteriores

Organização Mundial do Comércio (OMC) – O Brasil obteve, em outubro de 2017, uma importante vitória em contencioso instaurado na OMC contra as barreiras comerciais da Indonésia à importação de carne e produtos de frango. A abertura do país ao frango brasileiro representa mercado estimado em, ao menos, US\$ 70 milhões. Ainda em 2017, o Brasil iniciou contencioso contra o Canadá, em defesa do produtor nacional, em relação aos subsídios concedidos pelo governo canadense ao setor aeronáutico. O tema de facilitação de investimentos ganhou atenção na OMC por iniciativa do Brasil, que apresentou proposta de acordo sobre a matéria.

Assinatura do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul – Foi assinado, em abril de 2017, o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul. O acordo, proposto originalmente pelo Brasil, incentivará o investimento intra-regional, por meio do



estabelecimento de mecanismos de cooperação entre os Estados, além de criar regras de proteção dos investimentos e prevenção de conflitos.

Assinado o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul – Foi assinado na Cúpula de Brasília, em dezembro de 2017, e irá contribuir para criar mais oportunidades de negócio para as empresas dos países e ampliar o universo de fornecedores dos órgãos públicos.

Ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e das Relações Exteriores

Portal Sem Barreiras – O Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações Brasileiras (SEM Barreiras), lançado em novembro de 2017, é uma ferramenta de gestão pública *online* destinada ao exportador que possibilita a comunicação de barreiras impostas sobre a entrada de produtos brasileiros em mercados estrangeiros. O sistema vale para a identificação de barreiras tarifária ou não tarifária, que geram custos extras ou até mesmo inviabilizam as exportações.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Plano Nacional da Cultura Exportadora – Coordenado pelo MDIC, o PNCE reúne iniciativas de instituições parceiras nacionais e estaduais, com o objetivo de aumentar a base exportadora, estimulando a inserção de empresas de pequeno porte no mercado externo. O PNCE foi lançado em todas as unidades da Federação, com o apoio de 150 instituições parceiras nacionais e estaduais, atendendo aproximadamente dez mil empresas desde a sua criação. Nos últimos 12 meses, foram realizadas cerca de 230 ações em mais de 50 Municípios dos 26 Estados e o DF, dentre as quais estão incluídas também feiras e missões para, pelo menos, dez países.


Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/Receita Federal

Portal Único do Comércio Exterior – Trata-se de um esforço integrado do Governo Federal para reformular os processos de exportação, importação, e trânsito aduaneiro e conta com uma atuação conjunta do MDIC com a Receita Federal. O impacto previsto sobre o PIB é de R\$ 23,8 bilhões no momento da implementação completa, prevista para 2018. Considerada como a principal iniciativa governamental de desburocratização e facilitação do comércio exterior brasileiro, o Portal cria interface única entre Governo e operadores de comércio. Além da burocracia, reduz prazos das exportações e importações em cerca de 40%. A anexação eletrônica de documentos possibilitou a eliminação do papel em 99% das operações de comércio exterior que demandam algum tipo de anuência governamental.

Novo processo de exportações – Lançado em março de 2017, a ação beneficia cinco milhões de operações de exportação por ano, em cerca de 255 mil empresas. O Novo Processo coexistirá com o sistema antigo até julho de 2018. Atualmente, 98,2% das operações (valores de 2017) podem ocorrer pelo novo modelo. As operações residuais (1,8%) serão implementadas até a primeira quinzena de junho de 2018.

Casa Civil/Ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Integração Nacional e do Meio Ambiente

Criação da CZPE do porto do Açu – O Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) aprovou a criação de mais uma Zona de Processamento de Exportação no Brasil, a do porto do Açu, no Rio de Janeiro, por meio de decreto assinado em dezembro de 2017. A área indicada para a ZPE fluminense tem 182,2 hectares e faz parte do distrito industrial de São João da Barra.



A administração da ZPE será concedida à iniciativa privada, que prevê investimentos de R\$ 40 milhões no empreendimento. A criação da ZPE está associada a um projeto industrial piloto, o Rochas do Açú, de processamento de mármore, granito, ardósia e outras pedras. A empresa deve investir outros R\$ 42 milhões no negócio, que tem como foco principal as exportações.

Criação da ZPE de Pecém – A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Pecém, no Ceará, iniciou suas operações no segundo semestre de 2016 e, no ano seguinte, o empreendimento superou US\$ 1 bilhão em exportações, representando quase a metade das vendas externas do Ceará no ano e contribuindo para o crescimento de mais de 60% das exportações do Estado. A ZPE de Pecém passa por um processo de expansão, com foco em projetos industriais nos segmentos de rochas ornamentais, alimentos, vestuário e calçados. Também está sendo negociada a implantação de uma refinaria de petróleo.

POLÍTICA EXTERNA

Ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente

Lançamento da plataforma para o Biofuturo – A declaração de visão da plataforma para o Biofuturo foi anunciada em novembro de 2017, em Bonn, durante a 23ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 23) pelo Brasil e os demais países signatários da proposta.

Destaca-se:

- COP 23: durante a convenção, realizada em novembro de 2017, em Bonn, Alemanha, foi lançado o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e anunciada a redução de 28%

do desmatamento nas unidades de conservação federais. Além disso, foi lançada a candidatura do Brasil para sediar a COP 25, que ocorrerá em 2019; e

- COP 22: o Brasil participou da convenção realizada no Marrocos com 271 delegados. Entre outras realizações, o Brasil lançou a “Plataforma para o Biofuturo”, em parceria com mais 19 países.

Ministério das Relações Exteriores

Retomada da diplomacia presidencial e participação nos principais foros da governança global (ONU, BRICS, G20) – O Presidente da República realizou visitas bilaterais aos seguintes países: Argentina, China, Paraguai, Índia, Japão, Noruega, Portugal e Rússia. Além disso, participou das Cúpulas do Mercosul, na Argentina; do G20, na Alemanha; e do BRICS, na Índia e na China. O Presidente também abriu a 72ª Assembleia-Geral da ONU, em Nova Iorque, e a Ministerial da OMC, em Buenos Aires.

Universalismo das relações exteriores do Brasil – Foram fortalecidas as relações do Brasil com países desenvolvidos e em desenvolvimento, sem exclusivismos. Como expressão do universalismo da política exterior brasileira, o Governo tem buscado aprofundar o diálogo econômico político com os EUA, reforçar a relação com a Europa, retomar a política para a África e fortalecer o relacionamento com a Ásia e o Oriente Médio, sem descuidar da prioridade permanente atribuída à América Latina e ao Caribe.

Eleição para o Conselho de Direitos Humanos – A atuação externa do Brasil na área de direitos humanos foi coroada com a sua eleição ao Conselho de Direitos Humanos para o mandato 2017-2019. É a quarta vez em que o Brasil exercerá mandato no órgão.

Eleição de brasileiros em órgãos internacionais

- O professor Antônio Augusto Cançado Trindade foi reeleito em novembro de 2017 para a Corte Internacional de Justiça, o principal tribunal das Nações Unidas;
- O embaixador Roberto Azevêdo foi reeleito em fevereiro à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Guilherme Costa, servidor do MAPA, foi eleito, em julho de 2017, o novo presidente do Codex Alimentarius, entidade vinculada à ONU, à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e à Organização Mundial de Saúde (OMS);
- Em junho de 2017, a jurista Flavia Piovesan foi eleita membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), para mandato de quatro anos (2018-2021);
- José Dauster Sette foi eleito Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café, em Londres;
- O então Diretor-Executivo da Polícia Federal Rogério Galloro foi eleito vogal das Américas no Comitê Executivo da Interpol, em Lyon; e
- O embaixador Silvio José Albuquerque e Silva foi eleito membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU.


Desarmamento e não proliferação nuclear – O presidente do Brasil foi o primeiro chefe de Estado a assinar, em setembro de 2017, o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares, um marco histórico na busca por um mundo livre de armas de destruição em massa. O Brasil foi um dos seis países que lideraram as negociações do tratado, em linha com a tradição pacifista e da busca por um mundo livre de armas nucleares.

Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda

Pedido de acesso à OCDE – Em maio de 2017, o Brasil solicitou acesso à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O ingresso na Organização trará diversos benefícios para a economia brasileira, entre os quais se destacam a reiteração do compromisso do Brasil com uma economia aberta, previsível, responsável e transparente e a promoção do intercâmbio de melhores práticas internacionais. O Brasil também já aderiu a 36 instrumentos da OCDE e está em processo de adesão a outros 74.

Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa

Operações de manutenção da paz – O País participou de dez das 16 operações de paz das Nações Unidas em atividade. O primeiro envio de tropas a um país estrangeiro teve início em 1956, com a participação na Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF), criada para evitar conflitos entre egípcios e israelenses e pôr fim à crise de Suez. Atualmente, o Brasil mantém observadores militares e oficiais de Estado-Maior em missões no Chipre, na República Centro-Africana, no Saara Ocidental, na República Democrática do Congo, na Guiné Bissau, no Sudão e no Sudão do Sul. Em outubro de 2017, chegou ao fim a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, que, por 13 anos, foi



comandada pelo Brasil. Cerca de 36 mil militares brasileiros passaram pelo Haiti. Desde fevereiro de 2011, a Marinha do Brasil comanda a Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil). O contingente brasileiro na Unifil é composto por 273 militares.

Ministério das Relações Exteriores

Eficiência nos serviços consulares – O Itamaraty tem realizado diversas ações para aprimorar a assistência consular a brasileiros como:

- Celebração de cerca de 80 acordos de cooperação jurídica internacional;
- Assinatura de 90 acordos de isenção de vistos;
- Implantação do Sistema Consular Integrado – Nova Geração, com maior integração de dados sobre documento (passaportes e vistos) com outros órgãos brasileiros); e
- Serviço de saque extraordinário do FGTS no exterior (2017).

O Governo continua empenhado em incrementar a eficiência dos serviços consulares prestados, por meio da adoção do visto eletrônico (*e-Visa*) para Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão (todos já em funcionamento); e da implantação de Centros de Processamento de Serviços Consulares (*Visa Centers*) em Angola (criado em setembro de 2017) e na China (onde foram instalados 12 *Visa Centers*), além da Índia (prioridade para 2018).

XI Cúpula da CPLP – O Brasil sediou, em outubro de 2016, a XI Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que contou com a presença dos chefes de Estado ou governo de Portugal, Angola, Cabo Verde, Timor Leste, Guiné Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, além do chanceler de Moçambique. Na reunião, o Brasil assumiu a presidência da CPLP, entidade que promove cooperação entre os países-membros em várias áreas, como educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura e esportes.

Brasil + Turismo (emissão de vistos eletrônicos) – A política de facilitação de vistos adotada pelo Governo Federal resultou em um número recorde de vistos concedidos, para os viajantes das quatro nacionalidades atendidas: Austrália, Japão, Canadá e Estados Unidos. Em fevereiro de 2018, 25.604 autorizações foram emitidas, incluindo vistos tradicionais e eletrônicos. Destes, 18.328 foram *e-Visas*, ou seja, 72% do total. Desde a entrada em vigor da ação, em novembro, o Brasil já concedeu 24.553 *e-Visas* para cidadãos dos países beneficiados.

Defesa da democracia na Venezuela – O Brasil articulou ações em diversos foros regionais em defesa da ordem democrática na Venezuela. Por iniciativa do Brasil, o país foi suspenso do Mercosul, com base na cláusula democrática do Bloco, em reunião presidida pelo Governo brasileiro em São Paulo, em agosto de 2017. O Brasil também tem atuado no âmbito da OEA e do Grupo de Lima com vistas a contribuir para o retorno à democracia na Venezuela e o reconhecimento da grave crise humanitária que vive aquele país, de modo a permitir a ajuda internacional aos necessitados.

Diversos

Realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

- Em meio a uma crise política e econômica grave, o Brasil conseguiu realizar o maior evento esportivo com sucesso;
- O esporte brasileiro alcançou, no Rio de Janeiro, a sua melhor participação na história dos Jogos Olímpicos. Apenas o ouro do futebol masculino não foi conquistado por bolsistas do Governo Federal. Já nos Jogos Paralímpicos, foram conquistadas 72 medalhas, todas recebidas por atletas patrocinados pelo Governo Federal;
- Como resultado dos investimentos nos Jogos e da hospitalidade dos brasileiros, pesquisa realizada pelo Governo Federal com turistas estrangeiros mostrou que 87,7% deles pretendem voltar ao Brasil e que, dos brasileiros, 94,2% querem voltar ao Rio de Janeiro; e
- A Casa Brasil, montada em dois galpões no *Boulevard* Olímpico durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 recebeu 558,2 mil pessoas, que tiveram a oportunidade de conhecer mais da cultura e da diversidade do País.

SEGURANÇA DAS FRONTEIRAS

Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa

Segurança das Fronteiras – Em 16 de novembro de 2016, realizou-se no Itamaraty a Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras, da qual participaram Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. A Declaração de Brasília, aprovada na ocasião, contém linhas de ação e diretrizes para orientar a cooperação bilateral e regional visando à segurança nas fronteiras e ao combate ao crime organizado. O Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça coordenam a articulação de parcerias para garantir a segurança no arco norte da fronteira brasileira.

Ministério da Defesa

Operação Ágata – Em 2017, com o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), a Operação Ágata foi reformulada, passando a ter caráter de curta duração e fracionada durante o ano, com o propósito de ser mais imprevisível para o crime organizado. Dessa forma, foi ampliada a efetividade por intermédio da cooperação entre as diversas agências federais, para desarticular as organizações criminosas. A Operação Ágata 12 resultou em 95 prisões e apreensão de 17.521.030 kg de drogas, 66 armas e 3.804.626 itens oriundos de contrabando.

Sisfron – O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) surgiu para atender à Estratégia Nacional de Defesa. O projeto-piloto alcançou as organizações militares da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada/Comando Militar do Oeste (CMO), e compreende uma extensão de 650 km da faixa de fronteira. As próximas fases do Programa preveem ampliar a cobertura em aproximadamente

1.950 km. A partir de 2018, será implantado na faixa de fronteira do Estado do Paraná e do Estado do Mato Grosso, o que totalizará uma extensão aproximada de 2.600 km de faixa de fronteira. Desde 2016, foram investidos no Sisfron R\$ 448 milhões. Para 2018, já estão autorizados recursos no valor de R\$ 313 milhões.

ACORDOS COMERCIAIS

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Brasil-Argentina - Desde 2016 os dois países utilizam o Certificado de Origem Digital (COD) no intercâmbio comercial, o que simplifica a emissão do documento, que pode ser realizada em 30 minutos. Anteriormente, a documentação demorava até três dias para ser emitida. Em 2 de agosto de 2016, os países assinaram declaração conjunta orientando as áreas técnicas dos países a dar prosseguimento ao Projeto do COD.

Brasil-Colômbia - Em dezembro de 2017, foi ratificado acordo automotivo que zera alíquotas de importação e prevê a concessão de 100% de preferência para veículos dos dois países, com cotas anuais crescentes. Pelo acordo 25 mil veículos poderão ser exportados nessas condições este ano, e a partir de 2019, serão 50 mil.

Brasil-Paraguai - Firmaram, em setembro de 2016, compromisso de avançar na construção de um acordo para o fornecimento de carros populares brasileiros para o Programa *Vehículo 0km para la Familia Paraguaya*. A previsão é vender, em 12 meses, dez mil carros a mais para o mercado

paraguaio. Com o Ministério da Indústria, está sendo negociado ainda um acordo automotivo, com foco na integração das cadeias produtivas dos dois países.

Brasil-Uruguai – Em setembro de 2017, foi assinado memorando de entendimento para beneficiar o fluxo comercial, utilizando o Certificado de Origem Digital nas operações, reduzindo custos e prazos nas exportações e importações.

Brasil-China – Em setembro de 2017, foi assinado memorando de Entendimento (MoU) em comércio eletrônico com o governo chinês. O documento fortalece a cooperação entre os dois países e busca promover o aumento das relações econômicas neste setor.

Brasil-BRICS – Avanço da pauta de comércio eletrônico nas discussões realizadas entre os países do BRICS. Assinado, em outubro de 2017, termo de cooperação econômica entre as economias que compõem o Bloco: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.





